UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

A PESCA DA MANJUBA (*Anchoviella lepidentostole*) E O CANAL DO VALO GRANDE: UMA RELAÇÃO DE (DES)CONTINUIDADES EM IGUAPE -SP

RAFAELLE ROCHA SOUZA CARNEIRO
ORIENTADORA: PROF^a DR^a LÉA FRANCESCONI

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

RAFAELLE ROCHA SOUZA CARNEIRO

A Pesca da manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) e o canal do Valo Grande: uma relação de (des)continuidades em Iguape-SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Profª Drª Lea Francesconi

São Paulo
2005

Agradecimentos:

Ao pescador da manjuba de Iguape, que luta para que sua condição de pescador seja reproduzida numa época tão difícil, de tanta escassez de recursos... em especial, ao tio Atanil, tio Walter, Ramiro (in memorian), Seu Agostinho de Carvalho “Capivara”, Orlando Maciel Netto (Filho de Vigário), Toninho “Pelote”, Dito “Saracura”, pessoas que tão gentilmente falaram de suas histórias, suas trajetórias...

Aos meus pais, Antonio Bartholomeu e Maria das Neves, que mostraram a importância de não desistir nunca, carregando sempre a humildade.

Ao Rogério, meu esposo, pelo apoio e pela paciência, por entender as ausências, por compreender a importância de minha presença nos bares de Iguape e a importância da pesquisa para o entendimento de minha própria existência.

Aos meus irmãos, Adriani José, Reginaldo, Rogério, Regiani e Rodolfo, pelo incentivo e apoio.

Á Sra. Maria Gomes da Rocha, minha avó, pelas conversas sobre “o tempo antigo”.

Aos meus tios, Sebastião Gomes da Rocha (Batico), Francisco Gomes da Rocha (Chico), Marilza G. Rocha Nunes, Marlene Bráz, e... por você Margarete Gomes da Rocha, minha tia querida, obrigada por vocês fazerem parte da minha vida!

Ao Jean de Moraes Pereira, pelo incentivo e por tão gentilmente ter feito os mapas do município de Iguape.

Ao Seu Milton Domingues, de Iguape, por ter insistido para que eu estudasse sobre o nosso povo, e por ter, tão gentilmente, cedido parte de seu acervo bibliográfico...

Á Profª Drª Lea Francesconi, pela verdadeira maestria com que orienta uma pesquisa, meu eterno agradecimento... por ter me ensinado que devemos lutar pelas coisas que são permanentes na nossa vida, enquanto devemos driblar as que são temporárias!

Aos Professores Drs. Rinaldo V. Arruda e Sueli Ângelo Furlan pelas valiosas sugestões.

Ao Soldado do Pelotão de Polícia Ambiental de Iguape, Adelson Ribeiro, pela atenção com que me recebeu e me orientou.

Aos sempre amigos Haroldo Jordão Giovanetti Ciconelo, da USP, e Mary Akane Sadamitsu Oki, de Iguape.

Ao Roberto Fortes, historiador iguapense, pelo incentivo e pela troca de informações.

Aos irmãos na fé, pelas orações... Dona Vitória Rocha, Dona Edna da Ilha Comprida, Dejair e Myrian Cavalcanti, Pastor Altair Mateus da 1ª Igreja Presbiteriana Renovada de Osasco, Pastor José Francisco de Jandira-SP, Ivani e Gilson Pascoal...

Aos amigos Lúcia e Reginaldo, pelo apoio e pela grande ajuda no escaneamento das reportagens.

À Yvi Paiva Massa, pela tradução.

Ao Profº José Jorge Ribeiro da Silva, de Campinas, à Profª Bárbara Schacherl de Iguape, ao pessoal do Quilombo do Ivaporunduva (Seu Sebastião, Dona Horácia, meus padrinhos, Constantino e Glória), meu sincero muito obrigada pela amizade.

A Deus, meu pai eterno, por jamais ter me abandonado!!!

“Valeu a pena?

Tudo vale a pena, se a alma não é pequena.”

Fernando Pessoa

Resumo

O presente estudo procurou compreender como se efetua a pesca da manjuba em Iguape-SP e qual a sua relação com o canal do Valo Grande: quais as modificações sofridas pela atividade pesqueira no município, antes, durante e após a construção da barragem no dito canal, e como os pescadores passaram a se organizar após essa interferência no meio ambiente. Objetivou compreender o modo de vida do pescador, através dos seus saberes tradicionais, e como esse modo de vida ainda resiste nos dias atuais, onde a tônica é pescar mais e mais, a fim de se obter uma renda maior. Enfim objetivou-se, mediante o diálogo entre teoria e conhecimento tradicional, mostrar como um pescador artesanal resiste num campo tão competitivo, como é a pesca da manjuba.

Palavras chaves: Pesca, Manjuba, Valo Grande, Recurso Natural, Conhecimento tradicional.

Abstract

The present study searched to understand a how to make the manjuba's angling in Iguape/SP and wich your relation with the Valo Grande's strait: with the modifications suffer the fishing grounds ativities in the country, before, during and after the structure of the dam in the strait, and how the fisherman have been organized after these interferation in the environment. Objectified to understand the life mode of the fisherman, through of the their traditionals aware, and how this life mode still stard of the present time, where the tonic is fish more to more, in order to have more rent. After all objectified, by means of the dialogue between the theory and traditional knowledge to show how the fisherman resiste in the field so competition, how is the manjuba's fish.

Keywords: Fish, Manjuba, Valo Grande, Natural Resources, Traditional Knowledge.

Índice de fotos:

Foto 1 (Bares freqüentados por pescadores).....	Pág 21
Foto 2 e 3 (Bares freqüentados por pescadores).....	Pág 22
Foto 4 (o tradicional Bolo de roda).....	Pág 27
Foto 5 (os Vapores de Iguape).....	Pág 59
Foto 6 (os Vapores de Iguape).....	Pág 60
Foto 7 (espécime da manjuba, em fase adulta).....	Pág 72
Fotos 8 (Tipos de rede utilizadas na pesca da manjuba).....	Pág 76
Fotos 9 e 10 (Tipos de rede utilizadas na pesca da manjuba).....	Pág 77
Foto 11 (O Valo Grande e o que restou da barragem).....	Pág 139
Foto 12 (O espaço onde seriam instaladas as comportas).....	Pág 139

Índice de mapas e figuras

Mapa 1:Cidades que compõe o Vale do Ribeira.....	Pág 14
Mapa 2: Localização de Iguape no Estado de São Paulo.....	Pág 15
Mapa 3: Iguape e localização da área de estudo.....	Pág 30
Mapa 4: Complexo estuarino-lagunar de Iguape/Cananéia/Paranaguá.....	Pág 69
Mapa 5: localização dos pontos de pesca permitidos e proibidos, de acordo com a instrução normativa 33/04.....	Pág 143

Tabelas

Tabela 1: População de Iguape, décadas de 70 a 2000.....	Pág 17
Tabela 2: Rendimentos por pessoa pelo domicílio.....	Pág.19
Tabela 3: Pontos de pesca e as respectivas redes utilizadas na captura.....	Pág 28
Tabela 4: Situação das peixarias com relação à propriedade dos meios de produção	Pág 116
Tabela 5: Total de pescadores cadastrados na Capitania dos Portos em Iguape.....	Pág 122
Tabela 6: Manjuba capturada em Iguape/SP.....	Pág 125

Gráficos:

Gráfico 1: População de Iguape entre as décadas de 70 a 2000.....	Pág 18
---	--------

Gráfico 2: Manjuba descarregada em Iguape/SP por safra, entre os anos de 1976 a 2004	Pág 126
--	---------

Reportagens tiradas do Jornal “Tribuna do Ribeira”, edição de 31 de Janeiro a 06 de Fevereiro de 1981	Pág 133 e 134
--	---------------

SUMÁRIO:

AGRADECIMENTOS	Pág 03
----------------	--------

INTRODUÇÃO	Pág 10
------------	--------

CAP. 1: A PESQUISA EM IGUAPE

1.1: Caracterização da área	Pág 14
-----------------------------	--------

1.2: População de Iguape	Pág 17
--------------------------	--------

1.3: Metodologia da pesquisa	Pág 20
------------------------------	--------

CAP. 2: ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE IGUAPE

2.1: Sobre a fundação de Iguape	Pág 31
---------------------------------	--------

2.2: As vias de comunicação por terra no Vale do Ribeira e a decadência do porto de Iguape	Pág 35
--	--------

2.3: A Mineração	Pág 44
------------------	--------

2.4: A Rizicultura	Pág 47
--------------------	--------

2.5: O Canal do Valo Grande	Pág 51
-----------------------------	--------

2.6: O fechamento do Valo Grande	Pág 61
----------------------------------	--------

2.7: O fechamento do Valo Grande e suas conseqüências	Pág 65
---	--------

CAP 3: SOBRE A PESCA DA MANJUBA

3.1: A pesca da manjuba em Iguape	Pág 69
-----------------------------------	--------

3.2: A Colônia de pescadores	Pág 78
------------------------------	--------

3.3: Os Tipos de pesca	Pág 81
------------------------	--------

3.4: Os atores	Pág 92
----------------	--------

3.5: A organização social do trabalho na pesca da manjuba	Pág 96
---	--------

3.6 O pescador artesanal e seu modo de vida.....	Pág 104
3.7: O controle das inovações tecnológicas pelo Industrial e pelo patrão.....	Pág 110
3.8: Com a construção da barragem, uma nova situação se apresenta.....	Pág 116

CAP 4: A PESCA DA MANJUBA HOJE

4.1: A sobrepesca da manjuba?.....	Pág 120
4.2: Os dois lados da moeda: Pescadores e Lavradores.....	Pág 130
4.3: A pesca da manjuba hoje e o debate sobre o Valo Grande.....	Pág 137

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	Pág 146
ANEXO.....	Pág 149
BIBLIOGRAFIA.....	Pág 152

INTRODUÇÃO

Iguape... cidade que abriga uma das mais exuberantes vegetações de Mata Atlântica do Brasil, possui um riquíssimo patrimônio arquitetônico, fruto das explorações auríferas, num primeiro momento, e da rizicultura. Ali foi instalado um dos maiores portos do Estado de São Paulo, do século XIX. Iguape é uma cidade-santuário, rota obrigatória de romarias que vêm agradecer pelas mais variadas graças alcançadas do Bom Jesus de Iguape... e foi justamente ali, em Iguape, que a pesca, especialmente a pesca da manjuba, foi ganhando destaque, dentre as atividades econômicas praticadas.

Dos áureos tempos, movidos pelas casas de beneficiamento do arroz, pelos vapores que aportavam trazendo as mercadorias fabricadas em todo o Vale do Ribeira, só restam fotografias e as lembranças dos mais velhos... o barulho da correnteza batendo no que restou da barragem no Valo Grande, não nos deixa acreditar que ali, um dia, foi um porto (porto deve ter águas mansas, e não correnteza).

O canal do Vale Grande, hoje, é apenas um braço de rio, largo como alguns poucos trechos do Rio Ribeira, onde são despejados litros e litros de esgoto sem tratamento, e de onde partem diariamente barcos e canoas em direção ao Mar Pequeno, Pedrinhas, Icapara e Barra do Ribeira... Já não se ouvem mais os barulhos das fábricas de salga e secagem da manjuba, que deram empregos a centenas de pescadores e familiares, já não se escutam os alaridos do sábado, fruto da alegria dos pescadores que acertavam suas contas com os industriais, e saíam com os bolsos cheios, em direção aos mercadinhos da cidade e aos bares...

Hoje, deve-se pescar o maior volume possível, de modo que o patrão “ache graça” naquele pescador, para que, na próxima safra, a vaga na tripulação seja garantida. Um erro, uma “pisada na bola” pode significar a exclusão daquele pescador, o qual terá sérias dificuldades em se engajar novamente na pesca da manjuba...

E a vida na cidade parece se estruturar em dois tempos: o tempo da “fartura”, o verão, época da manjuba, e o tempo “dos bicos”, dos vales, das dívidas, da dificuldade em se achar uma vaga como pedreiro, ou como barraqueiro na “festa de agosto” (Festa do Bom Jesus, realizada de 28 de julho a 06 de agosto).

Ser pescador, hoje, é ter dificuldades em pagar as contas, é enfrentar a precária estrada que interliga o centro de Iguape aos bairros de Icapara e Barra do Ribeira, em caminhões, ou atravessar a sinuosa barra de Icapara, já bastante assoreada, com barcos de fibra ou canoas, os quais tem de vencer as “marolas” que mais parecem ondas, para poder chegar à “menina dos olhos” do pescador da manjuba, que é a Barra do Ribeira, ou então a Praia do Leste e adjacências...

Em Iguape, a pesca se desenvolveu de maneira completamente diferente das demais cidades do Vale do Ribeira. Não se pode comparar, por exemplo, a pesca exercida em Iguape, com aquela exercida no município vizinho, a Ilha Comprida. O esforço pesqueiro sobre uma única espécie, a manjuba, em Iguape, parece ser, a cada ano, maior...

Dentro deste território chamado Iguape, surgiram “lugares” onde a pesca artesanal da manjuba se desenvolveu, de uma forma repleta de descontinuidades/continuidades. De acordo com Milton Santos, o território “é considerado como o conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem. Ele seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política”(Santos, 2002:88). Além disso, o território se constituiria como “um dado essencial da regulação econômica e política, já que do seu manejo dependiam os volumes e fluxos, os custos e os preços, a distribuição e o comércio em uma palavra, a vida das empresas e o bem estar das populações” (Santos, 2002:89)

Entender tais (des)continuidades no tempo e no território provocadas pela abertura e fechamento do canal do Valo Grande e suas conseqüências na vida do pescador da manjuba foram as principais questões desta pesquisa.

A pesca da manjuba em Iguape, criou, dentro de um mesmo território, diferentes lugares, onde ocorrem diferentes atividades: o lugar da pesca com a rede manjubeira, um lugar da pesca com a rede corrico, um lugar da pesca turística, um lugar do respeito, um lugar da descontração... Milton Santos diz que “a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições” (Santos, 2001:21). Cada lugar, como cada região, deve ser considerado um verdadeiro tecido no qual as condições locais de infra-estrutura, recursos humanos, fiscalidade, organização sindical, força reivindicatória afastem ou

atraem atividades em um dado momento. Outro fato a se levar em conta, segundo Milton Santos, é a dinâmica presente em cada lugar. Assim, observaremos que há, em Iguape, particularmente sobre a pesca da manjuba, uma interdependência muito forte entre a natureza e o seu uso: entre os ciclos naturais (lua, maré, ciclo reprodutivo da manjuba, chuvas, vento) e o uso deste local marcado por tais ciclos. É desta relação que vai depender a maior ou menor intensidade da atividade. É a partir desta relação, entre a natureza e o seu uso (incluindo-se, aí, a política) que a paisagem do lugar vai sendo, ao longo, dos anos, formada e transformada.

Milton Santos, a esse respeito diz que “a paisagem de um lugar não é um fato, mas um processo, que, estudado ao longo de muitas décadas, destaca e ilumina os conflitos de sua formação. O conhecimento da realidade que nos impressiona os sentidos, a leitura da continuidade ou descontinuidade dos fenômenos urbanos, a compreensão das relações públicas e privadas que se estabelecem entre a sociedade e seu lugar de vida, o acompanhamento da negociação que se desenvolve entre o natural e o constituído, para moldar a paisagem das cidades, tudo contribui para alimentar a idéia da mobilidade, criatividade e participação, essencial ao processo de construção dos lugares, mas o sentido pleno de um lugar só é revelado quando contrastado com a dinâmica do território em que ele se inscreve, com o significado dos movimentos desse território que, ao mesmo tempo, determinam e são determinados pela apropriação dos lugares” (Santos, 2001:437)

Iguape, assim visto, é um território, composto pelos sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem, dentro do qual, através da divisão territorial do trabalho, criou e recriou vários lugares, como o lugar da pesca da manjuba. A paisagem deste lugar foi sendo, ao longo dos anos, substancialmente modificada, através, por exemplo, de ações políticas, como foi a abertura do canal do Valo Grande e o seu fechamento, através da barragem. E a atividade, ao longo, dos anos, foi se desenvolvendo, com intensidades variadas.

A pesca da manjuba, hoje, é a maior atividade econômica de Iguape. Entender as (des)continuidades no bojo da pesca da manjuba, e qual a relação da pesca da manjuba com o Valo Grande foram os principais objetivos deste trabalho. Para tal, fez-se necessária uma “viagem” à história de Iguape, através da qual podemos entender os motivos que levaram alguns cidadãos iguapenses a abrir “um canal, que interligasse as

águas da Ribeira com o Mar Pequeno”. A pesquisa de campo possibilitou incursar na realidade vivida pelos moradores de Iguape e pelo pescador da manjuba, em particular. Para a compreensão das relações em curso na pesca da manjuba em Iguape, foram importantes as contribuições de Diegues, Ellen e Klaas Woortman, Mourão, Giulietti e Petrone, principalmente no que tange aos conceitos de pescador artesanal e populações tradicionais

CAPÍTULO I - A PESQUISA EM IGUAPE

1.1 Caracterização da área

O Vale do Ribeira é uma extensa área que compreende a Bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o complexo estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, também conhecido por lagamar. O total da área da bacia é de 3.287 Km², sendo que esta área abrange dois Estados: Paraná e São Paulo. Quase 70% da área total do Vale do Ribeira está localizada no Estado de São Paulo (67.74%), com predominância de pluviosidade elevada (acima de 2.000mm) e temperaturas que apresentam média de 22°C, com duas estações bem definidas: uma chuvosa, com temperaturas que oscilam entre os 21°C a 33°C, no verão, e uma seca, com temperaturas que oscilam entre 9°C e 25°C no inverno (meses de julho e agosto) .

MAPA 1 O VALE DO RIBEIRA PAULISTA E SUAS CIDADES

Fonte: www.valedoribeira.com.br

A bacia do Rio Ribeira de Iguape abrange trinta municípios, sendo que vinte e um estão localizados no Estado de São Paulo (região sudeste do Estado) e o restante na porção leste do Estado do Paraná.

A principal atividade econômica do município de Iguape é a pesca, especialmente a pesca da manjuba, durante os meses quentes (de outubro a março) e a pesca da tainha, nos meses frios, esta em menor intensidade.

A agricultura desempenha um papel secundário, destacando-se o cultivo da banana, chuchu e maracujá. Além disso, o cultivo e exportação de plantas ornamentais como antúrios e orquídeas pode ser destacado, sendo sua produção efetuada por famílias japonesas.

Iguape abriga uma das maiores Estações Ecológicas do Estado, a da Juréia-Itatins, sendo que dois terços situam-se em território iguapense e um terço, no município de Peruíbe.

O acesso à cidade se dá através da Rodovia Federal Régis Bittencourt - BR 116, Rodovia Estadual Prefeito Casimiro Teixeira - SP 222 (estrada vicinal que interliga a Rodovia Régis Bittencourt ao município) e Rodovia Estadual Prefeito Ivo Zanella - SP 222 (que interliga Iguape ao município de Pariquera-Açu).

MAPA 2: IGUAPE, ESTADO DE SÃO PAULO

Fonte: Fundação SEADE, modificado por CARNEIRO, R.R.S.

A altitude é de três metros, em média, latitude -24,708 Graus, longitude -47,555 Graus e área total de 1985,4 km²

Iguape faz divisa, ao sul, com os municípios de Cananéia e Pariquera-Açú, a leste com o município de Ilha Comprida, a oeste Miracatu, Juquiá e Registro e ao Norte, Peruíbe, Itariri e Pedro de Toledo.

O município pertence à Região Administrativa de Registro, onde se inserem também os municípios de Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Jacupiranga, Eldorado, Ilha Comprida, Itariri, Pedro de Toledo, Juquiá, Miracatu, Pariquera-açu, Registro e Sete Barras.

O sistema estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá é tido como um dos mais importantes criadouros do mundo, abrigando em suas margens o ecossistema manguezal, responsável pelas altas concentrações de plâncton, alimento este importantíssimo para a fauna ictiológica favorecendo principalmente os peixes de habitat costeiro, cujo ciclo de vida ou parte dele ocorra em águas de baixas salinidades. (NOVELLY *et* CINTRON, 1988)

A manjuba, como se verá, é uma espécie anádroma, ou seja, que migra do mar para o rio na época da desova. Esta espécie encontrou no estuário lagunar e no Rio Ribeira um ambiente propício para suas reprodução.

Em termos de Brasil, as pescas do gênero *Anchoa*, *Centergraulis* e *Anchoviella* são as que mais se destacam. O gênero *Anchoviella*, espécie *lepidentostole* ocorre desde as Guianas até o Estado do Paraná, aparecendo no trecho a jusante do Rio Paraíba do Sul, no estuário de São Vicente e com maior frequência no Rio Ribeira de Iguape. (BENDAZOLI *et al.*, 1990). Ocorre que é no trecho a jusante do Rio Ribeira de Iguape que a pesca comercial da manjuba apresenta grande destaque, representando 70% da produção total desta espécie descarregada no entreposto do CEAGESP em São Paulo no ano de 2004.¹

A manjuba *Anchoviella lepidentostole* é a única espécie da família Engraulidae de importância comercial no sudeste do Brasil² sendo considerada a espécie

¹ Fonte: CEAGESP, seção de Produtos Pesqueiros.

² PAIVA FILHO, A .M.; GIANNINI, F.B.R. A pesca da manjuba *Anchoviella lepidentostole* (Engraulidae) no estuário de São Vicente, SP. Relatório interno do Instituto Oceanográfico, São Paulo, nº 29, 1990

com maior expressão comercial pescada em Iguape, representando 75% da produção desembarcada no município em 2002.

1.2: População³ de Iguape

A população total do município, segundo o Censo do IBGE para o ano de 2000, era de 27.487 habitantes divididos entre 13.996 homens e 13.491 mulheres; população urbana de 21.934 pessoas e rural de 5.493.

Já em 2005, conforme estimativa da Fundação SEADE, a população total somava os 28.470 habitantes, sendo 14.472 homens e 13.998 mulheres, com taxa de urbanização de 80,79%.⁴ Isso significa que a zona rural (incluindo-se, aí bairros como a Barra do Ribeira e Icapara) abriga menos de 20% da população total, ou seja, pouco mais de cinco mil habitantes.

A tabela e gráfico abaixo mostram o êxodo rural ocorrido principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, seguindo uma tendência nacional. A partir da década de 80, a cidade passa a ser o local de residência da maioria da população. Ocorre que nem todas as cidades, como é o caso de Iguape, tiveram estrutura (empregos e hospitais, por exemplo) para comportar a quantidade de pessoas que se dirigiam a ela, em busca de oportunidades, como se verá no decorrer do trabalho:

Tabela 1-População de Iguape			
Ano	Total	Urbana	Rural
1970*	19.289	8.920	10.369
1980	23.306	16.255	7.051
1990	27.401	20.695	6.706
2000*	27.487	21.990	5.497

³ Os dados sobre população foram obtidos da Fundação SEADE e do Censo do IBGE de 1970 a 2000.

⁴ Fonte: Estimativa da Fundação SEADE, disponível no Site www.seade.gov.br/produtos/perfil/index.php consultado em 20/05/2005 às 20:12hs.

População de Iguape - SP

* Fonte: IBGE

Fonte: Fundação SEADE

A população que habita a zona rural, hoje, desempenha principalmente a agricultura realizada num sistema familiar de produção, e a pesca (especialmente a pesca da manjuba) em bairros como Barra do Ribeira, Icapara, Vila Nova, Costeira da Barra, Prelado, Costão da Juréia, Bocuí, Jairê e Embu.

Com relação aos indicadores sociais, o município de Iguape, de acordo com a Fundação SEADE, foi enquadrado no Grupo 4⁵, no ano de 2004, ou seja, município que apresenta baixo nível de riqueza e nível intermediário de longevidade. Tal enquadramento significa que o município apresenta alto número de famílias que vivem com um salário mínimo, fato este relacionado, entre outros fatores, ao número cada vez menor de empregos formais (com carteira assinada).

⁵ A Fundação SEADE classifica os Indicadores sociais em cinco grupos, que se estendem do grupo 1, ou seja, municípios que apresentam alto número de famílias que vivem com dez salários-mínimos ou mais ao grupo 5, ou seja, municípios que apresentam alto número de famílias que vivem com menos de um salário-mínimo.

Há em Iguape, de acordo com a Fundação SEADE, um total, para o ano de 2003, de apenas 1826 empregos formais, sendo uma proporção ainda muito baixa em relação ao total da população.

Tabela 2 – Rendimentos por pessoa pelo domicílio em 2000	
Salários-mínimos	%
Até ½	01,02
Entre ½ e 1	22,89
Entre 1 e 2	22,72
Entre 2 a 3	10,89
Entre 3 a 5	11,37
Entre 5 e 10	10,85
Maior que 10	05,17
Sem rendimentos	15,09

Fonte: Fundação SEADE

Observa-se, com relação aos chefes de família, que a maioria absoluta recebe até três salários mínimos, sendo que mais de 15% da população não tem vencimentos. Essa situação é justificada pela carência cada vez maior de empregos para a população.

O turismo poderia ser a saída para o desemprego. Ocorre que, para que tal atividade realmente se desenvolvesse, atendendo aos anseios da população, seriam necessárias obras de infra-estrutura, como melhoria da pavimentação, além da criação de uma rede de hotéis, restaurantes e serviços de informação, que ainda são muito precários. Fato curioso é que o setor de informações turísticas funciona apenas de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Ou seja, o turista, que vem à cidade aos finais de semana, acaba sem dispor deste importante suporte.

Com relação aos estabelecimentos comerciais, a cidade dispõe de três feiras-livres, sendo uma no bairro do Rocio (aos domingos), uma no bairro de Vila Garcês (Rua Capitão Dias, às quintas-feiras), e uma feira do produtor rural (na praça da Basílica, aos domingos). Dispõe de doze açougues registrados na Prefeitura Municipal, treze peixarias, e quatro supermercados, além de 45 pequenos mercadinhos e/ou empórios. Observa-se que

há uma forte tendência de fechamento dos açougues, porque os três dos quatro supermercados da cidade já dispõe de quitanda, açougue e padaria, tornando-se fortes concorrentes para os pequenos estabelecimentos. Essa situação pode vir a alterar ainda mais a situação de desemprego na cidade, na medida em que os pequenos estabelecimentos comerciais não suportarem a concorrência com os estabelecimentos maiores e forem fechando suas portas, o que implicará em dispensa de seus funcionários.

1.3: Metodologia da pesquisa

Iguape é uma região que comporta muitos contrastes, desde a sua história, até os dias atuais. A compreensão de uma atividade tão complexa, como é a pesca da manjuba, requer uma aproximação com os pescadores e com o lugar onde se realiza a pesca. Tal aproximação faz-se necessária, porque é através deste contato direto que começam a se estabelecer vínculos de amizade e de “conhecimento”. O simples fato de uma pessoa ser “conhecida” de um pescador, é motivo suficiente para que ela seja recebida nos pontos de pesca, sem grandes desconfianças. A partir destas “aproximações” com os pescadores, as conversas acontecem e, aos poucos, passamos a participar um pouco da realidade vivida por eles.

No meu caso, esta aproximação com os pescadores ocorreu de forma mais suave, tendo em vista que sou nascida e criada no município, e tenho parentes pescadores. Quando procurava alguns pescadores e me identificava como parente de determinado pescador, o clima de desconfiança ia, aos poucos, dando lugar a um clima de descontração. As conversas aconteciam, as “histórias dos tempos antigos” iam sendo lembradas com muito saudosismo.

Tais narrativas ilustravam fatos da vida do pescador que os livros, ou outros instrumentos de investigação científica não demonstravam. Por este motivo a história oral foi um importante instrumento de investigação, na medida em que fornecia dados valiosos sobre o cotidiano do pescador, as mudanças que ocorriam no modo de vida, as opiniões, o saber-fazer, enfim, a vida do pescador.

De acordo com Queiroz (1988), “ história oral é o termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variadas formas, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. A história oral pode captar uma experiência efetiva dos narradores e também recolhe destes tradições, mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo. O relato oral é útil como técnica para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita.” (QUEIROZ, 1988:17)

Realizei entrevistas abertas, conforme descreveu Queiroz (1983), aquelas que, após um diálogo inicial, segue-se a “conversa”, de modo que evitava intervenções nas falas dos pescadores, de maneira que se registrasse um depoimento do entrevistado. Tais entrevistas, em sua grande maioria, realizaram-se nos bares da cidade, particularmente no Bar do Zé Santista (antigo bar do Machadinho, no Bairro da Vila Garcêz), Bar do Vigário (antigo Bar do Folha Larga, no Bairro do Canto do Morro), Bar do Jairo (no Bairro do Rocio) e no Bar da Maria Corruíra (No bairro da Guaricana).

Foto1: Bar da Maria Corruíra, Bairro da Guaricana
Carneiro, R.R.S.

Foto 2: Bar do Vigário, Bairro Canto do Morro
Carneiro, R.R.S.

Foto 3: antigo Bar do Machadinho, Bairro da Vila Garcez
Carneiro, R.R.S.

Nestes locais, é comum que pescadores se reúnam, ao final das pescarias, para “tomar um trago”, bater-papo e jogar bilhar. Aí são discutidos os resultados das pescarias, a situação da política local, o preço pago pelo pescado, reclamam de seus patrões, falam do passado, das mulheres, dos relacionamentos entre eles e os mestres de rede enfim, discutem a vida do pescador.

Diferentemente dos pontos de pesca, onde toda a atenção é voltada à observação do movimento da maré, à hora certa de dar o lanço de rede⁶... ali, o tempo é precioso. Se, por um descuido, a reponta de maré passar, perde-se uma preciosa

⁶ O Lanço ou lance de rede é o arrasto da rede, realizada por, em média, quatro homens que puxam a rede em direção à terra.

oportunidade de obter um bom resultado no lanço. Logo, não há tempo para se perder com conversas. O ambiente, nos pontos de pesca, é de competição.

No bar, por sua vez, os pescadores de diferentes embarcações, trabalhadores de diferentes patrões, encontram-se num clima de amistosidade, onde as indiferenças, a rivalidade, são substituídas pelo riso, pelo trago, pelo jeitinho de ser do pescador...

Ali pude observar fatos que jamais, nos pontos de pesca, poderia ver. A conversa, no bar, é mais fácil, mais espontânea. Escutamos as reclamações quanto ao preço pago pelos patrões, a dificuldade na obtenção dos vales, ouvimos falar das qualidades de pescadores jovens que pretendem servir de camaradas numa embarcação... se o bar reprovar o comportamento de um pescador jovem, certamente ele terá sérias dificuldades de se inserir neste tão competitivo mercado de trabalho.

O bar é o local onde as novidades correm. Ouvimos falar de todas as atualidades do município, desde o nascimento de uma criança, até o falecimento de alguém.

Mas há uma grande dificuldade em se fazer uma pesquisa no bar, porque o uso do gravador é quase impossível. A desconfiança é grande, mesmo quando o portador de um gravador seja uma pessoa conhecida deles, como foi o meu caso.

Quando se chega com um gravador, os homens emudecem, já não tem a mesma liberdade. Já não reclamam de seus patrões, porque, aparentemente, temem perder a vaga para a próxima safra... temem que as gravações cheguem à Polícia Ambiental...

Por este motivo, o registro dessas “emoções” só foi captada mediante o uso de papel e caneta... o meu caderninho, que levava sempre comigo, ao lado do violão.

O violão foi um instrumento de aproximação entre mim e eles. Conforme eles pediam determinada música, e eu os podia atender, crivam-se vínculos de amizade e confiança. E eles iam, pouco a pouco, não se “incomodando” tanto com uma presença feminina, neste ambiente tão masculinizado pela sociedade local.

Ao som do violão, ouvia pacientemente as críticas à situação em que chegou a pesca, e as diferentes opiniões sobre o Valo Grande. Em algumas situações, apresentava-me apenas como “sobrinha do Atanil pescador” ou “filha do Antonio Bartholomeu”, o que me tornava bem próxima a eles, já que tinha uma vivência no município.

Obviamente encontrei outros problemas com relação às minhas peregrinações aos bares, realizadas todas as sextas e sábados das safras de 2002/2003, e 2003/2004 (durantes os meses de outubro a março). As mulheres que freqüentam bares são mal vistas pelas pessoas, possuem “famas”. Muitas vezes, algum pescador me perguntava: “Seu marido não se incomoda de você estar aqui?”

Logicamente, a busca pela compreensão deste modo de vida do pescador falou mais alto e, com o tempo, já participava ativamente das conversas... isso, sem o uso do gravador! E ia justificando minha presença ali com perguntas sobre a arte que é pescar, sobre a influência da lua, da maré, sobre as diferentes opiniões sobre o Valo Grande...

Foi no bar que observei a rivalidade entre os pescadores antigos, que respeitam o local de pesca, que organizam o uso do espaço mediante a Fiada, como se verá, e os pescadores jovens, que não agüentam “chegar a sua vez” na fiada e, às vezes, desrespeitam esse direito, jogando suas redes sobre aquelas já postas... os jovens, em algumas situações, são vistos como bagunceiros, uma vez que eles não se enquadram no direito estipulado pelos pescadores mais velhos...

“A turma respeitava... a turma respeita e não jogava [a rede] em antes daquele jogar não! E hoje não tem mais essa vez... Hoje não tem mais fiada... Essa rapaziada, esses novos que começaram a pesca já não respeitam mais isso. Se a senhora tá na fiada outro chega e já joga por dentro. Não respeita mais...” (Seu Agostinho “Capivara”, 72 anos)

Foi ali, que observei a grande dificuldade quanto ao deslocamento dos pescadores da cidade para bairros distantes, como a Barra do Ribeira (deslocamento esse que era desnecessário antes do fechamento da barragem no Valo Grande, em 1978, quando, até então, os pontos de pesca da manjuba eram mais numerosos, como se verá adiante). Ali observei o clima de desconfiança como esses pescadores que se deslocam da cidade para bairros distantes são recebidos nos pontos de pesca da Vila Nova/Praia do Leste e Barra do Ribeira. Ali percebi como são limitados os pontos de pesca, as rivalidades para se conseguir um local para dar um lançamento com a rede manjubeira⁷, e as dificuldades de se utilizar a rede

⁷ Tipo de rede utilizada exclusivamente na pesca da manjuba, feita de nylon, em cujo manuseio são necessários uma média de quatro homens, os quais realizam o arrasto desta rede. É conhecida também como “rede de meia água”, porque os pescadores ficam dentro da água a fim de puxá-la em direção à terra, e “rede grande” porque é uma rede de extensão maior que a outra rede utilizada na pesca da manjuba.

corrico⁸ no estuário já bastante assoreado, “com pouca fundura”. Percebi, também, que o pescador da cidade, obrigado, muitas vezes, a ir até pontos distantes, enfrenta até o jargão de ser considerado como um “de fora” para poder continuar lutando pela sua condição de pescador. Mesmo sendo cidadãos iguapenses, estes pescadores que saem de bairros como Guaricana, Vila Garcez, Porto do Ribeira e Rocio em direção a bairros mais distantes, como a Barra do Ribeira, são vistos como “invasores” pela população deste bairro, ou como um “de fora” ou “bagunceiro”, como se verá.

“Gostar a gente gosta mas... mais é por necessidade porque não tem outro serviço, não tem pra onde corrê então a gente é obrigado a cair na pescaria mesmo né... é como se fosse uma obrigação, o serviço...” (Orlando Maciel Netto, 23 anos)

Para conseguir gravar algum depoimento, fiz uso de informantes chave⁹, pessoas que tinham algum prestígio entre os pescadores, e que eram respeitados pelos mesmos, os quais me levavam até as pessoas que se prontificavam a falar sobre suas experiências na pesca. Consegui entrevistar quatro pescadores com o uso do gravador, e fora dos bares, na entressafrá.

Neste caso, também optei por fazer entrevistas abertas, porque a entrevista acabava por ser como um “bate-papo”, sem grandes formalidades. Sentia que os entrevistados se sentiam mais “soltos”, já que os mesmos tinham liberdade pra falar.

Observei que o uso do gravador, ao mesmo tempo que era importante para registrar o depoimento, a história de vida do pesquisado, também se apresentava como um obstáculo, na medida em que o entrevistado procurava falar de modo diferente ao que é habituado, ou seja, procurava pronunciar as palavras de modo diferente ao que lhe é costumeiro, ou dar explicações de acordo com os técnicos do IBAMA, por exemplo.

A pesquisa científica abriu-se de modo espetacular na minha vida, na medida em que, através dela, comecei a entender os porquês daquelas afirmações tão enfáticas, e até que ponto elas coincidiam com a realidade.

⁸ A rede corrico é a outra arte de pesca utilizada na pesca da manjuba. É uma rede menor, feita de nylon, para cujo manuseio bastam apenas um ou dois pescadores, os quais lançam a rede na flor d’água, a fim de que a mesma fique boiando, seguindo a força e direção da correnteza. Por este motivo, é também conhecida como “rede de boieiro” ou “rede de espera”.

⁹ FOOTE-WHYTE, Willian. Treinando a observação participante. In: ZALUAR, Alba. Desvendando máscaras sociais. (org). 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980.

Passei de uma situação de moradora da cidade, para uma situação de pesquisadora. Tamanha foi a dificuldade, que as pessoas não me viam como pesquisadora, e sim, como a filha do Antonio Bartholomeu, sobrinha do Atanil, do Chico Ferramenta....

Aprendi a observar os dois ciclos que o município vivia: a safra da manjuba (época de fartura e de emprego) e a entressafra (época dos bicos, dos vales, do desemprego), e observava como a vida se estruturava a partir desta situação.

Nesta fase, além das idas aos bares, procurei visitar algumas famílias, para observar um pouco do modo de vida do pescador. Escolhi principalmente famílias no Bairro do Rocio (duas famílias, a de Atanil de Souza Ferreira “Tainha” e a de Walter René Pereira) três famílias no Bairro de Vila Garcês (Orlando Maciel Netto, Antonio Trigo “Pelote” e Agostinho de Carvalho “Capivara”), uma família no Bairro do Canto do Morro (Ramiro Maciel), e uma no Porto do Ribeira (Dito “Saracura”)

A escolha das famílias ocorreu primeiramente devido à minha vivência, e devido à apresentação dos informantes chave, como foi o Atanil Ferreira, pescador e o Sr. Milton Domingues, funcionário público aposentado, o qual, durante muitos anos , realizou pesquisas sobre o Valo Grande e a pesca da manjuba.

Nesta fase, procurei observar principalmente a mudança nos hábitos alimentares da família do pescador, a qual teve de se adaptar a uma realidade de carência cada vez maior de recursos financeiros e, a partir dessa realidade, deixar cada vez mais de comer Bolo de roda (que era vendido, em maio de 2005, a dois reais a unidade na “Casinha do Bolo de Roda”, localizada na Rua Saldanha Marinho, em frente à sede da Polícia Militar) e passar a comer cada vez mais pão francês (a média, como é conhecida na cidade), que era vendido, na mesma época, a quinze centavos de Real a unidade de 50 gramas.

Foto 4: o tradicional Bolo de Roda.

Carneiro, R.R.S.

A chamada “pesquisa qualitativa”¹⁰ possibilitou o estudo de questões muito ligadas ao cotidiano dos pescadores, como as crenças, os mitos, as motivações, as relações sociais na pesca, enfim, o modo de vida deles. O jeito de ver o mundo, as dificuldades, as incertezas e as certezas...

Esta linha teve de ser seguida, em virtude de haver poucos trabalhos sobre a pesca da manjuba em Iguape. Destacam-se os trabalhos de Rossi-Wongtschowski, Bianco et al. A manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) no Rio Ribeira de Iguape. Biologia, comportamento e avaliação do estoque. São Paulo: IBAMA/IOUSP/IP-AS/SEMA, 1990 e o trabalho de GIULIETTI, Nelson. A pesca e industrialização da manjuba em Iguape, litoral Sul do Estado de São Paulo. Dissertação (mestrado em Geografia)- Programa de Pós-graduação em Geografia, USP, São Paulo, 1992. Tais estudos forneceram-me importantes contribuições, sobretudo ao entendimento do ciclo de vida do peixe.

Logo, devido ao número diminuto de pesquisas, houve a necessidade de se recorrer aos relatos orais como fonte de dados sobre a organização da atividade.

Além disso, entender essa relação entre a pesca da manjuba e o canal do Valo Grande só foi possível após exaustiva consulta aos livros sobre a história de Iguape. Houve a necessidade de descrever os estágios econômicos pelos quais passou o município, a importância da abertura do Canal do Valo Grande e quais as conseqüências dessa

¹⁰ BECKER, Howard. Uma teoria da ação coletiva: de que lado estamos? Aldine Publishing Company, 1970, Traduzido. Rio de Janeiro:Zahar Editores, disponível na biblioteca do NUPAUB-USP/SP

interferência na natureza para a vida da cidade. Então, os relatos só vieram a reforçar determinadas posições que os livros colocavam.

Foi essa combinação bibliografia/relatos/observação que deu suporte à pesquisa.

Os locais escolhidos para a observação da arte de pesca, o manuseio das duas redes utilizadas na captura, foram denominados pontos de pesca. Não se confunde com pesqueiros tidos por alguns autores¹¹ como partes de áreas de uso ou do espaço aquático, cuja localização é feita através de referenciais aquáticos (pontos, como uma laje), ou terrestres (como casas, Igrejas, arvoredos, etc), sendo tais locais guardados em segredo, sendo revelados apenas a pessoas que mantenham com o detentor desta localização alguma ligação de parentesco, compadrio ou camaradagem. Também não se confundem com pesqueiros onde se realizam a “pesca familiar”, os “pesque e pague”, onde as pessoas pagam para pescar em propriedades particulares.

Os pontos de pesca aqui tratados, em número de quatro, são os locais onde a pesca da manjuba é realizada, não havendo nenhum segredo quanto à sua localização; pelo contrário: são locais de bastante conhecimento e até rivalidade entre os pescadores.

Tabela 3 -Pontos de pesca e as respectivas redes utilizadas na captura	
Pontos	Rede utilizada
1- Rio Ribeira (próximo à Barragem do Valo Grande, no Porto do Ribeira	Manjubeira
2- Mar Pequeno (pedra do Jejava)	Corrico
3- Praia do Leste/Vila Nova	Manjubeira e corrico
4- Barra do Ribeira	Manjubeira e corrico

A pesca da manjuba é exercida numa extensão geográfica grande, que vai desde a bocas da barras do Ribeira e do Icapara, até toda a extensão do estuário, na divisa

¹¹ BEGOSSI, Alpina (org) Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo:Hucitec/ Nepam/ Unicamp/ Nupaub/ Fapesp, 2004.

entre Iguape e Cananéia, mais precisamente até o bairro de Pedrinhas, além do Rio Ribeira de Iguape.

Assim sendo, foi necessário escolher alguns pontos de observação (ver mapa 3). A escolha foi baseada em alguns critérios, como locais de fácil captura. Outros critérios são: 1º) locais privilegiados, de acordo com os próprios pescadores, para a pesca da manjuba, dada sua situação geográfica. Neste caso, os ditos “locais privilegiados” seriam aqueles mais próximos às bocas de barra, os quais são os acessos naturais aos locais de desova do peixe, ou próximos à foz artificial do Rio Ribeira, que é o canal do Valo Grande. Logo, são pontos de fácil captura; 2º) Locais que permitiam o uso de um ou mais tipos de redes: o corrico e a manjubeira.

A denominação destes pontos é dada pelos próprios pescadores, e eu procurei manter as mesmas denominações. Fato a constatar é que os nomes não se confundem com os bairros. Os pontos 1, 2, 3 e 4 são locais frequentados por pescadores de todo o município. Alguns pontos (como o Ponto 1 – Porto do Ribeira- e Ponto 4- Barra do Ribeira) embora recebam os nomes dos bairros aos quais pertencem, são pontos frequentados por pescadores de vários locais.

Outro aspecto relevante para a escolha dos pontos de pesca é a influência da barragem (ou o que restou dela). Assim sendo, os pontos que mais influência receberam e recebem da barragem são os denominados pontos 1 e 2. Estes foram os locais mais afetados quando do fechamento da barragem e os que mais sofrem nos períodos de estiagens prolongadas e grandes cheias do Rio Ribeira.

Além disso, a questão central é a relação Pesca da Manjuba X Valo Grande. Por este motivo, privilegiei os chamados “pescadores da cidade” (os moradores do bairro de Vila Garcês, Guaricana e Porto do Ribeira) e os “do Rocio”, os quais têm um contato direto com o Valo Grande. Isso porque eles foram os principais prejudicados quando da construção da barragem do Valo Grande, porque tiveram que “invadir” outros pontos de pesca, tendo de se deslocar 18 quilômetros em direção à Barra do Ribeira e Praia do Leste para poder continuar pescando. Foram eles que tiveram suas casas invadidas pelas águas das enchentes de 83, 93 e 97, e foram eles os que tiveram suas vidas mais alteradas com a nova situação.

Mesmo após o rompimento da barragem, em 1983, e o retorno da situação de “ilha” de Iguape, a impressão que temos é que, juntamente com as águas do Ribeira, foram embora parte daquele estilo de vida próprio do caiçara. A realidade passou a ser diferente, as indústrias da “Beira do Valo” fecharam suas portas, a pesca se tornou mais cansativa e mais competitiva, e ele, o pescador que já não come tanto bolo de roda, que passou a comer cada vez mais salsicha, ao invés de peixe, morador “da cidade “ e “do Rocio”, foi quem sofreu diretamente estas conseqüências. Por isso que eles foram os principais alvos desta pesquisa.

CAP. 2: ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE IGUAPE

2.1: Sobre a fundação de Iguape

Nos anos posteriores ao descobrimento do Brasil teriam desembarcado no litoral Sul do Estado de São Paulo, mais precisamente no município de Cananéia, os primeiros desterrados enviados por Portugal. De acordo com o relatório da Geobrás (1965), tal fato teria ocorrido entre os anos de 1501 e 1502. Dentre estes primeiros desterrados, encontrava-se o Bacharel Chaves, o qual teria prestado auxílio a Martim Afonso de Sousa, quando este aportou em Cananéia a fim de tomar posse da colônia brasileira em nome do El Rei Dom João.

Nascia, de acordo com a Geobrás (1965:12, Vol III), a primeira cidade brasileira, antes mesmo de São Vicente, de nome Cananôa, Cananéa, Cananéia, segundo diversos historiadores (Young, 1903; Fortes, 2000), povoação que se presume estivesse situada não na atual localização, mas na Ilha Comprida, que até o ano de 1990 era bairro de Iguape.

É inegável, em vista dos documentos existentes e citados em diversas obras, (Young, 1903; Geobrás, 1965; Fortes, 2000) que o primeiro europeu conhecido como morador desta região, foi um bacharel português, posto em terra na Ilha do Cardoso, em fevereiro de 1502, por ordem do comandante da frota que partiu da Europa em exploração nesta costa, no mês de maio de 1501, em cuja frota estava Américo Vespúcio servindo de piloto-mór e cosmógrafo.

Em 1508, de acordo com Young (1903) partiu da Espanha uma frota comandada por Vicente Yanez Pinzón e Juan de Solis, para explorar a costa desta terra de “Vera Cruz” e chegando em viagem à latitude 23° SUL, portaram em terra, ficando ali perdidos sete castelhanos; e o comandante, por este fato, pôs o nome de “Rio dos Inocentes” neste lugar.

Em fins de 1526 ou em princípio de 1527, Diogo Garcia chegou a esta costa e numa baía chamada de “Rio dos Inocentes” encontrou um bacharel português que lhe forneceu carne, peixe etc, e deu-lhe um genro seu que lhe serviu de intérprete. Prova isto que Diogo Garcia, pelas cartas cosmográficas reconhecia o lugar chamado “Rio dos Inocentes”. Provavelmente a dita baía é o espaço compreendido entre as ilhas do Abrigo, Cardoso, Comprida e de Castilho. (Young, 1903: 224-225)

O nome deste genro era Francisco Chaves, do qual se conhece a notícia histórica de seu encontro com Martim Afonso de Sousa, em Cananéia, e a da promessa que lhe fez, de que “em dez meses tornava ao dito porto, com quatrocentos escravos carregados de prata e ouro”. (Young, 1903:230)

Por documentos que existiam em Iguape é provado, segundo Young (1903) que existia uma povoação ao pé do “Oiteiro do Bacharel” anteriormente ao ano de 1577, ano este em que foi aberto um Livro do Tombo da Igreja dedicada a Nossa Senhora das Neves.

O nome dado a este monte teria relação com uma lenda corrente, na qual um náufrago, bacharel, teria encontrado abrigo nas imediações de um morro, local com escassez de água potável e terreno declivoso, e ali se estabeleceu durante toda a sua existência, enfrentando as dificuldades que o local apresentava. Por este motivo, tal morro ficou conhecido como “Oiteiro do Bacharel”. (Young, 1903:228)

A cidade de Iguape era, em princípio, chamada “Vila Velha”, quando então ocupava a região próxima ao “Oiteiro do Bacharel”.

De acordo com o relatório da Geobrás (1965:13, VolIII), uma certidão passada em 1660 pela Câmara Municipal ao Capitão Bernardo Rodrigues Bueno, informava que os terrenos onde foi erigida a nova vila, então conhecida como “Vila de Nossa Senhora das Neves de Iguape”, foram doados por Francisco Álvares Marinho e Antonio de Barcellos; em 1679, o Capitão-mór ouvidor de Itanhaém, Luiz Lopes de Carvalho, transferia oficialmente a povoação, que no ano de 1758 era elevada à “Vila”, e em 1849, a “cidade”.

Young atesta a existência de “uma vila ao pé do “Oiteiro do Bacharel”, em frente à Barra do Icapara e que a Câmara tomou posse das terras anexas a ela; porém, não se utilizou destas terras por não serem apropriadas ao fim desejado. Se a Câmara tomou posse destas terras, sobre o que não pode restar dúvida, é evidente que já havia vila, porque não podia haver Câmara sem vila” (Young, 1903:237)

Em vista deste fato, o mesmo autor deduz que a povoação de Iguape, estabelecida em frente à Barra de Icapara, tinha foro de Vila.

As dificuldades quanto à escassez de água potável, terreno acidentado, dentre outros motivos, determinaram a mudança da Vila, até então instalada nas

proximidades do Oiteiro do Bacharel. Em parte, tal mudança foi ocasionada pela falta de comodidade no território da antiga vila e, em parte, pela facilidade existente no local escolhido para a nova vila, de comunicarem os moradores estabelecidos nas margens do Mar Pequeno com os das margens do Rio Ribeira. (Young, 1903:238)

Já a Geobrás (1965) atesta que a razão para tal mudança teria relação com a proximidade da antiga vila com o Mar Pequeno e à barra do Rio Ribeira. Este seria um local de fácil entrada para que embarcações procurassem um bom abrigo seguro para fugir de temporais. Assim sendo, o povoado voltado para esta passagem, seria necessariamente um alvo fácil para os navios aventureiros de então. Maior segurança teria sido o motivo mais plausível para a explicação da escolha de novo local. Como explicar, porém, que a nova povoação tenha sido levada para o sul, em local sem qualquer característica marcante?

Em uma povoação beira-mar, talvez a necessidade mais premente seja o abastecimento de água potável. Deve-se acrescentar ainda, que no novo local escolhido haveria facilidade de comunicação entre as populações ribeirinhas do Mar Pequeno e da margem direita do Rio Ribeira, afastadas menos de quatro quilômetros.

Parecem ser estas as razões principais que justificaram a mudança da primitiva vila de Iguape: segurança, comodidade e abastecimento de água.

O terreno escolhido para a edificação da nova vila é parte de uma vasta planície que começa ao pé de um pequeno morro e estende-se em direção Sudoeste numa distância de vinte e quatro quilômetros, acompanhando o Mar Pequeno nesta direção (Young, 1903:239)

Um fato interessante veio a mudar a rotina dos moradores da nova vila: o aparecimento da Imagem do Senhor Bom Jesus, que ocorreu em 1647 na Praia da Una, em Iguape. Esse fato veio a transformar a cidade num dos principais centros de peregrinação do Sudeste e Sul do país.

Os mais antigos documentos afirmavam que essa imagem vinha de Portugal com destino a Pernambuco; a tripulação do navio português que a transportava, e que teria sido abordada por um navio de guerra holandês, não desejando que o santo fosse profanado, resolveu lançá-la ao mar, juntamente com caixas de cera do reino e botijas de azeite doce. Provavelmente esse lançamento tenha ocorrido em fevereiro de 1647, tendo a imagem dado

às costas paulistas somente no mês de novembro desse mesmo ano, quando foi encontrada, tendo portanto boiado no mar durante cerca de nove meses.

Tinha início uma das mais piedosas lendas da história religiosa do Brasil, conforme a seguinte transcrição:

“Logo que chegaram à Vila de Conceição (atual Itanhaém), os ditos índios boçaes contando o aparecimento da imagem e dos demais objetos que a acompanhavam, foram imediatamente alguns habitantes à Praia do Una, a mandado do capitão-Mór Valério de Carvalho, com o fim de verificar o facto e arrecadar para esta villa taes objectos arrojados pelo mar, visto que as praias de Una e Juréa estavam então fazendo parte do districto da Villa de Itanhaen; que, logo ao chegarem ao logar designado, em companhia dos índios, tentaram conduzir a imagem para Itanhaen, o que não conseguiram por ser a mesma “muito pesada”: que os ditos índios declararam que – quando colocaram no “barranco de jundu” – dentro de uma cova, a tinham posto com o rosto voltado para o nascente (lado da Conceição) e que, ao voltarem de Itanhaen, viram com espanto que a imagem se havia virado para o poente (lado de Iguape)

Tal narração fez nascer no povo da Vila de Iguape a convicção de que a imagem deveria ser levada para este local, para “o lado do poente”, e que o fato foi feito, levando-se o povo para a antiga Igreja de Nossa Senhora das Neves, que então servia de matriz; somente no início do século XIX tiveram início as obras da nova Matriz, no local onde se encontra atualmente, e que só cinquenta anos mais tarde estava terminada. Finalmente, no dia 05 de agosto de 1856, com toda pompa e solenidade, a imagem do Bom Jesus era transportada para seu novo trono, onde permanece até hoje”. (Geobrás, 1965:48-49)

Este fato transformou Iguape desde o século XVIII numa Cidade Santuário, onde até hoje, por ocasião das festas do Bom Jesus que se comemora no dia 06 de agosto, dezenas de milhares de pessoas, não só das redondezas, mas também das longínquas cidades do país, reúnem-se para prestar sua homenagem de respeito e gratidão ao Senhor Bom Jesus de Iguape.

O lugar escolhido para a edificação da igreja matriz foi próximo ao Mar Pequeno, e naturalmente concorreu para esta escolha a facilidade que havia de transportar as pedras para a obra por meio de canoas e balsas, não podendo ter sido transportadas estas

pedras naquela época senão pelo Mar Pequeno, como consta, segundo Young (1903), no livro do Tombo da igreja

2.2: As vias de comunicação por terra no Vale do Ribeira e a decadência do Porto de Iguape

Anteriormente à mudança da vila, existia um caminho para o trânsito do povo entre o Mar Pequeno e o Porto da Ribeira, e pela tradição consta que o caminho usado pelo povo em 1837 passava no mesmo lugar aonde nos tempos primitivos desta vila foi aberto. (Young, 1903:264)

Sendo como é, cortado em todas as direções pelo Rio Ribeira e seus afluentes, era natural que os primitivos estabelecimentos agrícolas fossem assentados nas margens destas mesmas vias naturais de transporte.

Tomando em consideração o percurso do rio Ribeira dentro do município de Iguape, veremos que da sua barra até a barra do Rio Juquiá existe uma zona de 90 quilômetros de extensão, atravessada por uma via de transporte das mais econômicas, podendo ser navegado o rio nesta extensão dia e noite por vapores apropriados. (Young, 1903:269)

Ligados diretamente a um porto de mar, tendo vida própria pelo lado agrícola, não necessitavam os moradores deste município ligar-se por meio de estradas com os do interior de São Paulo, tanto mais que, para o produto de suas lavouras, como para os gêneros que eram obrigados a importar, os dois mercados principais, Santos e Rio de Janeiro estavam naturalmente ligados ao porto de Iguape pelo mar.

Zona vastíssima de terreno ubérrimo, cortada de rios navegáveis, em comunicação fácil aos mercados; eis a razão de não possuir o município de Iguape uma única estrada de rodagem.

Havia, desde os tempos primitivos da povoação, um caminho entre São Vicente, Conceição de Itanhaém (atual Itanhaém) e Iguape, passando na maior parte da sua extensão nas praias do mar, existindo grande número de documentos que referem-se aos consertos feitos neste caminho; pelo povo espalhado entre a barra do rio Uma e esta vila, de

mão comum, sendo somente de 1838 para cá, que o governo mandou auxiliar este serviço com algumas pequenas quantias em dinheiro.

Ainda que, anteriormente ao ano de 1824, nada consta aqui a respeito de estradas para o interior, nem por isso podemos deixar de conhecer que havia intercuro, por meio de picadas de caçadores, entre os moradores do rio Juquiá com os de Sorocaba, como também entre os de Xiririca (atual Eldorado) com os de Paranapanema. (Young, 1903:270)

Pelas leituras das atas da Câmara de Dezembro de 1829, o autor verificou que tinha chegado ao Rio Sabaúna algum gado vindo por terra de Xiririca, e que a Câmara ordenou ao fiscal para providenciar de forma que os moradores da margem do Mar Pequeno não pusessem embaraços ao trânsito deste gado até a cidade.

Foi por meio deste documento que ficou provada a possibilidade do transporte de animais por terra entre Xiririca e Iguape. (Young, 1903:272)

Segundo Mourão (2003), com a ligação da abertura entre Sorocaba e São Paulo pela Estrada de Ferro Sorocabana, em dez de julho de 1875, ligação prolongada posteriormente até Itapetininga, boa parte das mercadorias do alto Ribeira foram, a partir desta época, desviadas para a ferrovia em prejuízo do porto de Iguape.

Em 1888, era dada uma concessão à Companhia Docas de Santos, a qual, em 1892, inaugura o primeiro trecho de cais. Com o traçado das ferrovias e, posteriormente, das rodovias, o município de Santos volta a ter o monopólio do comércio exportador e importador.

O isolamento que sobreveio, então, à região de Iguape e Vale do Ribeira, após a decadência do porto de Iguape, segundo o mesmo autor, não passou despercebido aos governantes da época, registrando-se vários planos, visando entrosar os centros de produção com os portos de Cananéia, Iguape e São Sebastião. A lei nº 28, de 09 de junho de 1892, concedia uma garantia de 6% sobre o capital que fosse despendido na construção de até 30.000\$000 réis por quilômetro, ligando o porto de Cananéia ao porto de Paranapanema. Um pouco mais tarde, pela Lei nº 422, de 29 de junho de 1896, foi autorizada a abertura de uma concorrência, ligando São Sebastião às divisas de Minas Gerais, em direção ao Vale do Sapucaí. Mais recentemente, no governo Carvalho Pinto, foi recomendada a ligação do sistema da Sorocabana ao porto de Cananéia, que passaria a ser o porto da região de Sorocaba, Norte do Paraná e, em parte, do Paraguai. Porém, tal ligação

foi desviada para Paranaguá, e tanto o porto de Cananéia como o de Iguape não receberam nenhum benefício deste feito. Pelo contrário: o desvio da ligação entre Sorocaba, Paraná e Paraguai para Paranaguá veio a determinar a condição de verdadeira falência dos portos de Cananéia e Iguape.

Havia ainda três planos da Companhia de Estrada de Ferro Sorocabana, o plano mais antigo prevendo a ligação dos trilhos da Ferrovia da Banana, Santos a Juquiá, ao Porto de Paranaguá e o segundo, prevendo a ligação posterior dessa estrada com o Porto de São Sebastião e o terceiro plano, elaborado em 1962, prevendo a ligação da Alta Sorocabana ao Porto de Cananéia. (Mourão, 2003:40) Do mesmo modo, tais planos não vieram a beneficiar a Baixada do Ribeira (Petrone, 1966) e o município de Iguape, em particular.

O maior movimento dos produtos produzidos no Vale do Ribeira se dava através da ferrovia ligando Santos a Juquiá, a Southern São Paulo Railway que, já em 1919, transportava 33.861 volumes da área do médio Ribeira para Santos, ao passo que apenas 4.099 volumes seguiam por mar, pelo Porto de Iguape. Esta ferrovia, em boa parte, deve-se à necessidade de escoar a produção da banana que, aos poucos, passa a ocupar toda esta imensa área, a partir da planície de Itanhaém.

Ainda neste trabalho, Mourão assinala que, quanto ao Alto Ribeira, as estradas de Capão Bonito do Paranapanema a Xiririca, de Sorocaba a Juquiá e de Faxina a Yporanga, eram as vias de comunicação direta da região meridional da Província com a costa marítima quando, em 1864, o Governo da Província, empenhado em facilitar as comunicações diretas entre as duas regiões, promoveu a construção da estrada de Itapetininga ao Ribeira. A abertura desta estrada veio permitir que localidades que despachavam seus produtos para Santos, percorrendo cerca de 40 léguas, pudessem enviá-lo a Iguape, tendo apenas de caminhar 16 a 18 léguas. Essa vantagem para o porto de Iguape foi, em parte, anulada com a abertura da ferrovia São Paulo-Sorocaba, em 1875.

Já em 1935 a região litorânea entra em conexão com o planalto por meio do eixo rodoviário Juquiá-Piedade. Somente a partir de 1961, com o término dos trabalhos da Rodovia Régis Bittencourt, a BR-116, é que o litoral passa a dispor de uma grande via de comunicação, ligando a região diretamente com São Paulo, o que, aos poucos, vai influenciando positivamente a economia local, em especial nas áreas cortadas por estradas

complementares à rodovia. A abertura, depois da BR-116, da estrada municipal ligando Iguape a Biguá (Bairro do município de Miracatu que fica nas margens da BR-116), transformou esta área que, com a perda de importância da navegação fluvial, havia sido abandonada pela agricultura, face à dificuldade no escoamento da produção, no grande centro produtor do município de Iguape, com destaque para a produção de banana, maracujá, chuchu e flores, como antúrios e bromélias.

A partir de então, as rodovias passaram a ser o principal meio de escoamento da produção, em detrimento também das ferrovias.

Com o assoreamento do porto de Iguape, o qual é consequência direta da abertura do Canal do Valo Grande, como se verá, Iguape deixou de ser o grande pólo comercial da região, devido, dentre outros fatores, à queda na navegação que, impedida de ir a Iguape, em virtude do assoreamento do seu porto, abandonou paulatinamente as rotas do Litoral Sul do nosso Estado.

A produção da faixa litorânea, centrada na agricultura, principalmente dada a falta de estradas, dependia do sistema de navegação fluvial e do transporte marítimo, pelo porto de Iguape, sobretudo o de Cananéia, sua saída. Se o interdito de 1787 havia determinado o declínio dos portos litorâneos em favor de Santos, o desvio do fluxo de mercadorias do alto Ribeira para a ferrovia Sorocaba-São Paulo, a partir de 1875, e o início do assoreamento do porto de Iguape, a partir de 1876, aliados ao declínio da navegação fluvial, começam a determinar a crise que levou, praticamente, ao desaparecimento de Iguape como entreposto comercial de toda a região ribeirinha.

Em consequência, os portos de Iguape e Cananéia perderam tanto sua antiga posição quanto sua importância no processo econômico. De acordo com o antigo projeto, Cananéia estava destinada a transformar-se em local de embarque e desembarque das mercadorias do Norte do Paraná, Paraguai e região de Sorocaba. Mais tarde, Cananéia foi substituída por Paranaguá, no que se refere a este projeto.

De acordo com Petrone (1966) um das explicações para o isolamento econômica da região, até 1961 (ano da construção da BR-116), se dá justamente em virtude da precariedade das vias de comunicação. Isso porque, em primeiro lugar, a região permaneceu completamente à margem do sistema ferroviário que na ocasião começou a se definir pela então Província, em terras do planalto, em consequência, em certa forma,

ficando acentuado seu isolamento, pelo menos perante os novos quadros econômicos que então se definiram na Província. As esperanças da região continuaram a se apoiar no sistema fluvial do Ribeira. (Petrone, 1966:88)

Em termos geomorfológicos, de acordo com o mesmo autor, o Vale do Ribeira poderia ser subdividido em três regiões: A Sub-região litoânea, que abrangeria a Zona de Iguape e a Zona Lagunar de Cananéia, a sub-região da retro-terra do Ribeira (ou das colinas), que abrangeria as zonas de Jacupiranga-Pariquera-açu (inclui-se, aqui, o município de Cajati, que, na ocasião deste trabalho, era distrito de Jacupiranga), Zona de Eldorado e Zona de Registro; e por fim a Zona de Juquiá (que englobaria também o município de Miracatu), que seria uma região de transição entre a sub-região litorânea e a retro-terra.

A Sub região litorânea abrangeria, de acordo com Petrone (1966) o conjunto das pequenas bacias hidrográficas drenadas para o lagamar de Cananéia, toda a Ilha Comprida e as terras drenadas pelo Ribeira litorâneo e seus afluentes neste trecho, além da bacia do Rio Uma do Prelado. Suas características principais seriam a presença constante do mar, com as extensas linhas de praias da Ilha Comprida ou da Juréia, o número relativamente grande de ilhas embutidas no continente (Cardoso, Cananéia, Comprida), os numerosos canais e “mares” e baías, a influência das marés que, particularmente em torno de Iguape, faz-se sentir de modo pronunciado nos rios, altitudes normalmente pouco acima do nível médio do mar, drenagem superficial riquíssima, na faixa costeira, revestimento vegetal muito variado em que às florestas de mangues se avizinham as associações de perí ou lírio do brejo, floresta tropical e diques marginais, manchas de sambaquis¹² ou nas encostas dos morretes¹³ isolados, umidade e pluviosidade elevadas, temperaturas elevadas e uniformes, área de povoamento antigo.

Dentro da referida sub-região litorânea é possível distinguir duas zonas, a do litoral de Iguape e a lagunar de Cananéia.

¹² Os homens dos sambaquis constituíram na região um grupo humano adaptado às condições de vida impostas pelas características geográficas da planície costeira marinha e pelo sistema lagunar. Suas canoas devem ter singrado as águas das lagoas e os “Rios” regionais, por todos os recantos, visitando aquela pequenina e homogênea região geográfica. Os homens dos sambaquis constituíram ali assim como uma civilização de canoieiros e um grupo humano conchófago e ictiófago por excelência

¹³ pequenos morros, com altitudes não superiores a 10 metros.

A sub-região da retro-terra do Ribeira corresponderia ao que Silveira¹⁴ denominou de região sub-litorânea do Ribeira, já que há uma distinção entre esta faixa e a região de Juquiá. Abrangeria, conseqüentemente, todo o Vale do Ribeira aproximadamente a partir da área entre a barra dos Rio Jacupiranga e Carapiranga, até o trecho mais próximo a montante da Barra do Batatal, em Eldorado. Seus principais elementos identificadores seriam os seguintes:

Área topograficamente caracterizada pela presença de colinas de formas suaves, pouco pronunciadas, geralmente com altitudes inferiores a 50 metros, correspondentes a formações geológicas antigas e mantos sedimentares menos recentes que os da orla litorânea, sílico-argilosos com presença de leitos de cascalheiros, drenagem mais estabilizada, ou mais definida que na região sub-litorânea. De um modo geral, área sensivelmente mais enxuta que a anterior; umidade e precipitações menos elevadas, com a característica mais significativa de apresentar um esboço de estação seca no inverno; a presença de um revestimento florestal constitui, especialmente sobre as colinas e terraços, antes de sua parcial destruição pelo homem, um dos mais importantes traços identificadores comuns à área em questão; a referida sub-região contrasta com a litorânea por ser mais densamente povoada; apesar deste fato, a sub-região da retro-terra é de povoamento relativamente recente, ressalvados casos como o das vizinhanças de Eldorado, praticamente datada do século XIX; a população desta sub-região é sensivelmente mais heterogênea que a litorânea, devido, entre outros fatores, ao efetivo relativamente elevado de japoneses e descendentes, assim como de oriundos italianos, poloneses e germânicos; a maior heterogeneidade da população está relacionada ao fato de essa sub-região ter conhecido as mais importantes experiências de colonização da Baixada, com elementos estrangeiros, a exemplo dos núcleos coloniais de Pariquera-açu, Registro e

¹⁴ SILVEIRA, João Dias da – Baixadas litorâneas quentes e úmidas- tese de concurso à cadeira de geografia física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, São Paulo, 1950.

Sete Barras. É nesta região que encontramos as principais culturas comerciais, da mesma forma como é nela que a criação aparece, embora com importância relativamente reduzida, principalmente em Registro (Banana e chá); suas paisagens são mais humanizadas, geralmente resultantes da presença de atividades econômicas de caráter predatório.¹⁵ Finalmente, é nesta parte da baixada que atualmente se percebem os mais significativos indícios de um processo de revalorização em andamento, com a introdução de novas plantas cultivadas (como o palmito pupunha), um esboço de renovação e substituição de técnicas e sistemas de utilização do solo, uma reorganização do espaço agrícola escudada em um rearranjo do habitat rural, uma melhoria sensível no sistema viário e maior desenvolvimento das funções urbanas.

No conjunto desta sub-região percebe-se, ainda de acordo com Petrone (1966), três zonas: A Zona de Jacupiranga-Pariquera-açu, a Zona de Eldorado e a Zona de Registro.

A Zona dos altos vales do Jacupiranga e Pariquera-açu teve na cidade de Jacupiranga o seu centro regional que se define melhor em torno do município de Pariquera-açu, este sede do Hospital Regional do Vale do Ribeira, que atende todo o Vale. A Zona de Eldorado abrange uma faixa irregular de terras ao longo do Ribeira, principalmente a montante da cidade de Eldorado. A Zona de Registro tem como centro a cidade de mesmo nome, que é capital do Vale do Ribeira.

Jacupiranga, por exemplo, e principalmente Pariquera-açu, é área de pequenas propriedades, policultora, com presença significativa de elementos de origem italiana, polonesa e germânica. A presença de jazidas de Apatita, exploradas pela Serrana de Mineração, fornece à área de Cajati uma marca especial. Registro é a área onde mais notável se fez sentir a influência da colonização japonesa. É a área de maior vitalidade econômica de toda a Baixada, paisagisticamente despertando a atenção pela continuidade das culturas de chá ou pelos bananais, ou área de criação em Sete Barras. A Zona de Eldorado, por sua vez, a par de ter conhecido, no século XVIII, uma fase econômica de certo interesse, ligada ao aproveitamento do ouro de lavagem e, em seguida, permanecido

¹⁵ Pode-se observar, ao passar pela BR-116 sentido Curitiba, que a paisagem próxima aos municípios de Miracatu é quase toda tomada pelas extensas áreas de bananicultura, além da presença de algumas pedreiras.

em situação de estagnação, conhece hoje um pequeno crescimento decorrente da cultura da banana e da exploração turística da região das cavernas e das antigas áreas de quilombos.

Finalmente teríamos a Zona de Juquiá que, na verdade, não podendo ser incluída na sub-região anterior, viria a constituir, por si só, uma pequenina sub-região. Sob muitos aspectos físicos assemelhando-se à anterior, individualiza-se, porém, pelos fatos da geografia humana. Seu principal traço é o caráter periférico em relação à Baixada e a faixa territorial percorrida pela ferrovia Santos-Juquiá. Relativamente bem povoada ao longo do Juquiá e do São Lorenzo, tem uma população com influência relativamente forte do elemento japonês, e paisagens rurais em que os bananais expressam uma economia baseada na monocultura comercial em propriedades que podem ser consideradas grandes. Hoje, pode-se incluir nesta faixa também o município de Miracatu, que na ocasião da edição deste estudo, pertencia ao distrito de Pedro Barros, município de Juquiá.

Dentro do que o autor chamou de sub-região litorânea, está localizado o complexo estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, complexo este que abrange totalmente a cidade de Iguape, objeto do presente estudo.

A área é parcialmente coberta por uma mata tropical úmida (Floresta Tropical Úmida) e apresenta extensos mangues, além de praias e dunas costeiras, sendo considerada um dos principais locais de reprodução de inúmeras espécies marinhas do sudeste brasileiro (Diegues, 2002:540). O clima pode ser descrito como Equatorial sempre Úmido, de acordo com o mesmo autor, com temperatura média anual superior a 20°C. A região apresenta altos índices pluviométricos, superiores a 2000mm anuais, sobretudo no verão, ocasionado pelo forte aquecimento do continente, provocando chuvas locais frontais, estas originadas pela passagem de frentes frias, particularmente intensas no final do outono e princípio do verão.

O nível médio da maré é de aproximadamente 1,61m.

A vegetação característica desta região compõe-se de floresta Ombrófila Densa, ocupando encostas dos morros e da serra de Formações Pioneiras tanto de influência marinha (restingas, encontradas principalmente em Iguape –praia do leste- e Ilha Comprida), como de influência Fluvio-marinha arbórea (mangue, em Iguape), ocupando a faixa litorânea. As espécies características da formação florestal são: *Brasimopsis*

lactescens (leiteira), *Ficus ssp* (figueira), *Tabebuia cassinoides* (caixeta), *Schyzolobium parahyba* (guapuruva), *Cedrela fissilis* (cedro) e *Euterpe edulis* (palmito)¹⁶.

Devido ao alto grau de preservação ambiental, devido, entre outros fatores, ao fato de ser referida área local de Preservação ambiental, pertencente à Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe, a fauna local ainda é muito rica e diversificada.

A ictiofauna é representada pelas espécies *Mugil sp* (tainha, parati), *Carcharias taurus* (cação), *Centropomus sp* (robalo), *Cyanoscion sp* (pescada), *Micropogonias furnieri* (corvina), *Paralichthys brasiliensis* (linguado), *Scomberomus maculatus* (sororoca), *Arius ssp* (bagre) e *Anchoviella lepidentostole* (manjuba).

Encontram-se também algumas espécies de crustáceos, estes, mais próximos ao município de Cananéia (em virtude de, ali, a salinidade do Mar pequeno ser maior comparada à proximidades de Iguape) como: *Penaus schimitti* (camarão-branco) *Penaus aztecus* (camarão-rosa), *Xiphopenaeus Kroyeri* (câmara- sete-barbas), *Cardisoma guanhumi* (guanhamum) e *Ucides cordatus* (caranguejo-uçá). Com relação aos moluscos, *Perna perna* (marisco), *Mytella ssp* (sururu) e *Crassostrea ssp* (ostra).

O ecossistema estuarino-lagunar é um corpo d'água salobra que se estende por mais de 150 quilômetros de extensão por uma largura que varia entre 10 quilômetros e algumas centenas de metros. As ilhas barreira que isolam principalmente o estuário do mar são a Ilha Comprida, de formação arenosa e de restinga e a de Superagui, que também apresenta remanescentes de mata Atlântica. A salinidade apresenta grande variação, agravada pela destruição da barragem construída em 1978, que impedia que as águas do Rio Ribeira desembocassem no estuário através do Canal do Valo Grande. Os manguezais, considerados o ecossistema mais significativo da área, estendem-se por cerca de 100 quilômetros e são formados por três espécies de árvores *Rhizophora mangle* (mague-vermelho), *Laguncularia racemosa* (mangue branco) e *Avicenia schaueriana* (mangue negro). A queda das folhas das árvores e sua mistura com o lodo formam restos orgânicos importantes que servem de base da cadeia alimentar para várias espécies de moluscos, particularmente ostras, crustáceos e peixes.

¹⁶ DIEGUES, Antonio Carlos. “Povos e Águas- Inventário de Áreas Úmidas Brasileiras”, São Paulo, NUPAUB-USP, 2002, 2ª ed.

Foi justamente neste ecossistema estuarino lagunar e em grande extensão do Rio Ribeira de Iguape que a pesca da manjuba ganhou espaço, como observaremos adiante.

2.3: A mineração

No decorrer do século XVII o povoamento de Iguape permaneceu ligado ao mar. Praticava-se uma lavoura de subsistência e a atividade pesqueira era exercida com vistas a complementar a atividade agrícola. De acordo com Petrone, os habitantes deveriam repetir muito do modo de vida dos homens canoieiros dos sambaquis (Petrone, 1966:72)

Entretanto, com a presença da foz do rio Ribeira não muito distante do núcleo de Iguape, a cidade constituiu-se numa porta de entrada para a retro-terra, pois serve a um interessante sistema fluvial navegável, o que indicou o caminho do interior aos primeiros povoadores. Esse rio viria a se tornar o caminho natural e normal para o interior, do qual Iguape seria o ponto de partida.

A partir de meados do século XVII, e agora principalmente por Iguape, as incursões para o interior se tornaram mais freqüentes, tendo em vista a possibilidade de encontrar jazimentos de ouro. A exploração dessas jazidas teria criado as primeiras condições para algum desenvolvimento e prosperidade comercial. (Petrone, 1966:73)

O ouro começou a tornar-se, então, o motivo do primeiro empreendimento econômico em escala comercial em toda a região, conforme bem atesta Young : “ o exame das contas da quantidade de ouro, que passou pelas oficinas, as quais demonstram que os quintos reais, recebidos de 17 de fevereiro até o dia 31 de dezembro de 1678, ou durante o espaço de 317 dias, foram mil, seiscentos e oitenta e uma oitavas, provando assim que a quantidade apresentada para ser quintada era de 8.405 oitavas”, quantidade bastante elevada (Young, 1903:286).

Ainda segundo Petrone (1966), a procura de jazimentos auríferos levou os exploradores Ribeira acima, penetrando a montante de muitos de seus afluentes e sub-afluentes. Atingiram, assim, a região de Xiririca, onde o metal parece ter sido encontrado em quantidades relativamente apreciáveis. Nesta região espalharam-se os mineradores, criando condições para que se definisse o povoado de Xiririca, o primeiro nódulo de cristalização do povoamento da retro-terra. Segundo o mesmo autor, pelo menos no século

XVII, a mineração não modificou sensivelmente o ritmo de vida dos habitantes. Com relação à Iguape, pode-se deduzir que a novidade da exploração aurífera a montante deve ter sido responsável pela saída de uma boa parcela da população, tendo em vista que a cidade, até então não possuía funções que justificassem uma maior concentração de habitantes na cidade.

Já no século XVIII, as descobertas para o interior haviam atingido Apiaí, cuja elevação à vila data de 1770. Moradores de Iguape para aí se deslocaram, permanecendo próximo ao rio Xiririca. Petrone afirma que a mineração era a atividade que prendia todas as atenções dos moradores das margens do grande Rio, já que fora o motivo de sua presença aí. Suas conseqüências foram de grande alcance. Em primeiro lugar, deu uma certa vitalidade econômica à região; depois permitiu que Iguape começasse a definir sua posição de “cabeça” regional, definição que só seria possível com a valorização econômica da retro-terra servida pelo Ribeira. Em terceiro lugar foi fator determinante na formação dos primeiros embriões de cidades da retro-terra.

Em Iguape foi instalada uma casa de fundição, para onde convergia o ouro bateado Ribeira acima. Além disso, também ligado ao ouro, criava-se junto ao Ribeira, a jusante da confluência com o Juquiá, o porto de Registro, que conforme o próprio nome indica, era o local destinado ao controle da produção de rio acima, para efeito do pagamento dos Quintos Reais.

Embora inicialmente não contribuisse, em bases estáveis, para a criação de uma atividade agrícola que justificasse enraizamento mais significativo da população, a atividade mineradora permitiu, todavia, que as terras ribeirinhas ficassem mais conhecidas e, com as relações com as jazidas de Iporanga e Apiaí, permitiu que se esboçassem os primeiros contatos de relativa freqüência em direção ao planalto. Tais contatos se fizeram principalmente por Apiaí, a partir de Iguape, articulando-se com o caminho que de São Paulo buscava o Rio Grande do Sul.

Durante o período de quase dois séculos, as atividades agrícolas limitavam-se a culturas de subsistência, dentro de um sistema de roças itinerantes. A mineração teria roubado um contingente relativamente grande de braços da lavoura, fato que repercutiu evidentemente na produção, “originando fases de verdadeira carestia” (Petrone, 1966:77).

A saída de grandes contingentes humanos de Iguape em direção às jazidas de ouro limitava, também, as possibilidades locais de mercado.

Somente a partir do segundo quartel do século XVIII a lavoura sofreu incremento relativamente grande, dado que encontrará condições inclusive para exportar excedente de produção.

Nesta época, a atividade mineradora entrou em decadência, ao mesmo tempo em que se registrou a expansão da agricultura.. As possibilidades de escoamento dos produtos através de Iguape e Cananéia e a abertura de mercados principalmente em Santos e Rio de Janeiro, estimularam o desenvolvimento da lavoura comercial na região, despontando como principais produtos o arroz, a mandioca e cana, merecendo grande destaque a produção arrozeira.

Mandioca e arroz eram as culturas mais importantes, que possuíam caráter comercial. Os vazeados do baixo Ribeira, na área de Iguape, assim como em Cananéia e um pouco também na área de Xiririca, possibilitavam importante cultura de arroz que, em seguida, iria justificar a montagem de várias máquinas de beneficiamento, especialmente em Iguape.

A decadência da exploração do ouro de lavagem, no último quartel do século, concorreu para que se ampliassem as áreas cultivadas embora os fatores mais importantes desse incremento tenham sido “ a possibilidade de beneficiar o produto e a de escoar a produção graças às embarcações que chegavam a Iguape e Cananéia” (Petrone, 1966:79)

2.4: A rizicultura

A baixada do Ribeira é de grande importância, dentro do conjunto das terras baixas do litoral paulista, já que seu território até 100m de altitude corresponde a 31% da vertente atlântica do Estado. Isso significa que grande parte das terras situam-se em terrenos aplainados, passíveis de inundação em épocas de cheias do Rio Ribeira, o que é favorável ao desenvolvimento de culturas como o arroz.

Morfológicamente, a Baixada do Ribeira é uma grande extensão de terras baixas, quase 6.800 Km² de superfície abaixo de 100m, abertas para o Oceano e emolduradas pela Serra de Paranapiacaba e seus contrafortes. Aprofundando-se aproximadamente 80 Km para o interior e, com uma largura que é quase equivalente, constitui uma área geologicamente complexa, dentro da qual encontramos desde as formações cristalinas mais antigas, até grandes extensões de sedimentos muito recentes. Entretanto, o fato mais importante é que a maioria da superfície da Baixada é formada por áreas sedimentares, antigas ou recentes, de origem marítima, terrígena ou de ambas as origens.

Essa condição geomorfológica deu à cidade meios de desenvolver uma atividade agrícola importante, levando-se em conta as baixas altitudes das terras, além de proporcionar condições para que a atividade portuária se desenvolvesse.

Foram nas chamadas Planícies Fluviais de Inundação, existentes ao longo do baixo Rio Ribeira de Iguape e de seus afluentes que serviram de base para o cultivo do arroz.

Zan destaca a expansão significativa da agricultura comercial em Iguape: “Do final do Séc. XVIII até meados do século XIX, a agricultura comercial, especialmente de arroz, apresentou uma expansão significativa, tendo como base a mão-de-obra escrava e voltada para mercados europeus e latino-americanos. A importância que o arroz de Iguape assumiu no contexto econômico da Província pode ser avaliada pelo crescimento da participação relativa da população da Baixada na população provincial (de 3% em 1772 para 3,9% em 1828)”.(Zan, 1986:02) Além disso, “dos 119 engenhos hidráulicos de beneficiamento de arroz existentes em São Paulo, 100 estavam na região do Ribeira”. (Zan, 1986: 23)

Na região de Iguape, a seqüência de períodos inundáveis foi positivo no que tange à produção de arroz. Petrone (1966) é outro autor que, no concernente às atividades econômicas, refere-se a importância do arroz e mandioca na área de Iguape. Segundo o mesmo, a lavoura de arroz estava ligada ao rio, pois localizava-se nas áreas de vargados inundáveis. Aproveitava-se, justamente, das possibilidades que ofereciam solos freqüentemente submetidos a cheias.

Segundo Zan (1986:25-29 e 38), na segunda metade do século XIX, a rizicultura escravista foi determinada pelas oscilações do mercado e pelas dificuldades de reposição dos fatores de produção. Na realidade, tais dificuldades foram determinadas fundamentalmente pela expansão da cafeicultura ao longo do planalto. Com a abolição do tráfico de escravos em 1850, houve um significativo encarecimento da mão-de-obra escrava, devido ao contrabando de “peças” e o aumento de procura de braços pelos cafeicultores. Ao mesmo tempo, a lavoura cafeeira abriu mercados para o arroz de outras regiões do país, especialmente de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, além de estimular a entrada do produto norte-americano. Deve-se ressaltar que o Vale ficou à margem da rede ferroviária implantada na província, como se viu, que atingiu basicamente as regiões cafeeiras, bem como a imigração estrangeira que voltou-se principalmente para o abastecimento da cafeicultura com a mão-de-obra assalariada.

A sobrevivência, por sua vez, da rizicultura comercial na Baixada do Ribeira, do final do século XIX até a década de 20 do século XX esteve ligada ao aumento da demanda de gêneros alimentícios (bens de salário) principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Com isso, apesar da concorrência do arroz de outras regiões, a produção do Vale conseguiu garantir para si uma fatia do mercado, embora de forma bastante instável.

Assim, a presença da agricultura comercial de alimentos no Vale não resultou em acumulação substancial de capitais que pudesse desdobra-se num desenvolvimento regional. Ao contrário, a Baixada do Ribeira permaneceu numa situação de relativa pobreza em comparação com outras áreas do Estado. As grandes oscilações do mercado, a concorrência da produção de outras regiões e a precariedade do sistema de transportes, acabaram por inviabilizar a lavoura comercial do arroz na região, especialmente em Iguape, a partir das primeiras décadas do século XX. O Vale

mergulhou, então, num período de estagnação econômica, constituindo-se no chamado “Sertão do Litoral” (Zan, 1986).

Giulietti (1992) afirma que, dada a importância e projeção de seu porto, tendo como sustentáculo a produção e exportação de arroz, Iguape experimentou, nos meados do Séc. XIX, um grande apogeu. No período que vai do início do citado século até o ano de 1880, Iguape passou pela sua melhor fase. O seu porto se projetou, a agricultura se desenvolveu, principalmente a cultura do arroz e novamente a cidade tornou-se o pólo do Vale do Ribeira. Também, nesse período, é construído o canal do Valo Grande, que liga o Rio Ribeira ao Mar Pequeno, como se verá adiante.

Segundo o mesmo autor, o período de apogeu durou até fins do Império, mas na década de 1870 já apresentava sintomas de retrocesso. Entretanto, foi no fim do século XIX e início do XX, que a cidade sofreu acentuada decadência abalada com a epidemia de febre amarela, a abolição da escravidão, e, principalmente, a perda do porto devido ao assoreamento, consequência direta da abertura do Valo Grande, e o desvio de grande parte do comércio para Santos e São Paulo, em razão do prolongamento da Estrada de Ferro Juquiá-Santos, as quais assumiram quase todo o transporte que era feito através do porto de Iguape. Depois dessa fase, a cidade somente conheceu a decadência e não mais se reergueu. A cultura de arroz continuou sendo a base principal da economia da região, mas a concorrência com outras regiões e dificuldades de transporte marítimo tornaram a sua colocação no mercado cada vez mais difícil. Outras atividades econômicas vieram a se instalar na região, dentre elas destacaram-se a bananicultura e a pesca comercial, esta por volta de 1920.” (Giulietti, 1992)

De acordo com o relatório da SUDELPA (1985:07), a exploração agrícola constitui atividade econômica muito antiga no Vale do Ribeira. No século XIX a região liderava a produção de arroz do país e o canal do Valo Grande teria sido construído precisamente para facilitar o escoamento da safra arrozeira. O colapso da produção do arroz, ocorrido no começo do século XX, fez a região regredir ao estágio de agricultura de mera subsistência, situação que se prolongou por muitos anos e que conduziu à acentuada decadência da economia regional.

No começo do século XX, a fim de tentar retomar o crescimento agrícola, implantaram-se as culturas da banana e do chá, dando início a um lento processo de

recuperação da agricultura regional. Atualmente, o Vale do Ribeira é a região que lidera a produção destes dois itens no Estado de São Paulo. Ocorre que estes itens acabaram por ter suas produções concentradas principalmente no município de Registro, e Iguape, neste período, ficou às margens deste processo, em virtude, dentre outros fatores, do isolamento geográfico dada a decadência de seu porto.

Depois da década de 20 do século passado, Iguape entrou numa fase de verdadeira estagnação econômica devido, dentre outros fatores, às conseqüências advindas da abertura do Valo Grande. O arroz, que chegou a receber prêmios internacionais (particularmente em Turim, 1911) em virtude da sua alta qualidade, resumiu-se a mera produção de subsistência.

A exceção é o implemento da rizicultura pelos colonos japoneses no município de Iguape. Segundo entrevista com o ex-morador da colônia do Jipovura, Marcos Nakamura, a década de 40 do século passado apresentou uma pequena melhora na produção arrozeira do município. Toda a safra, efetivada por um sistema familiar de produção, seguia em direção a Registro e posteriormente à estrada de Ferro Santos-Juquiá, através de pequenas embarcações que ancoravam no porto de Iguape. De Juquiá rumava para Santos, de onde era distribuída aos grandes centros urbanos do país.

Embora esta fase tenha durado pouco tempo, em virtude da perseguição aos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial, permitiu acumulação de capital para o desenvolvimento do comércio, além da criação de usinas de beneficiamento do arroz em Iguape.

A importância do comércio realizado então pelo Porto de Iguape foi de tal monta que justificou a abertura do chamado “Valo Grande”, conforme se verá, cuja única finalidade era facilitar o transporte fluvial da produção do Vale do Ribeira até o Mar, para exportar para Santos, madeira para construção, fibras diversas, peixe salgado, couros, esteiras, vassouras, chapéus de palha, arroz, aguardente, farinha de mandioca e outros produtos.

E o Rio Ribeira de Iguape representou sempre, sem dúvida alguma, o elemento preponderante de todo o vale; os moradores ribeirinhos ligados diretamente ao mar, pelo rio, não precisavam de estradas para comunicação com as regiões do interior de São Paulo; toda a vida econômica do Vale estava ligada com Santos e Rio de Janeiro pelo

comércio que era feito através do rio Ribeira de Iguape, via coletora de todo o transporte fluvial que se fazia pelos seus afluentes, o que justifica a inexistência de qualquer estrada de rodagem no município de Iguape, que somente no início do século XIX começaram a ser abertas.

2.5: O Canal do Valo Grande

O Canal aberto para a comunicação entre o rio Ribeira e o Mar Pequeno é do maior interesse para a história de Iguape, porque veio a alterar completamente a vida dos moradores do município. (Young, 1903:287)

Segundo o trabalho da CETESB, intitulado “Tensões antrópicas sobre o sistema lagunar de Iguape- Cananéia” (CETESB, S. Paulo, 1980, 37p.), o rio Ribeira de Iguape, na baixada litorânea, próximo da vila Porto do Ribeira, possuía um curso quase reto numa extensão de três quilômetros e formava então um grande e agudo “V”, deslocando-se para o Norte, com novo trecho reto de cerca de dois quilômetros e meio, e então volta-se para O-E e após 27 quilômetros atingia o Oceano. No vértice do “V”, havia uma grande lagoa, em cuja margem se localizava o bairro do Porto do Ribeira, a menos de três quilômetros de Iguape, em linha reta.

Essa situação geográfica criava um grave problema: as embarcações do tempo do Brasil-Império desciam o Rio Ribeira, pois tinham que atingir o Oceano e através da sinuosa barra de Icapara, penetrar o “Mar da Ilha” (Mar Pequeno) até chegar a Iguape, num percurso de mais de 53 quilômetros.

Por isso, as mercadorias eram desembarcadas no Porto da Ribeira, seguindo-se um traslado por terra, mais econômico e mais seguro, até a vila de Iguape. Seria por este motivo que surgiu, por volta da metade final dos 1600, a idéia de se abrir um canal, um valo apenas, que permitisse que canoas atingissem Iguape, com maior segurança e tempo menor. (CETESB, 1980:01)

O documento mais antigo encontrado, de acordo com Young, (1903:287-288), data de 20 de abril de 1779, o qual foi copiado de um livro de correições feitas pelos Ouvidores da comarca. Segundo este livro, a Câmara, anteriormente a esta data, tinha representado ao ouvidor geral, Antonio Barboza de Mattos Coitinho, demonstrando que

havia utilidade ao povo na abertura de um valo. Em data de 29 de setembro do mesmo ano a Câmara teria chamado alguns homens do povo para com eles concordarem se era ou não útil começar a manobra do valo. A conclusão a que chegaram foi que não parecia ser justo intentar semelhante obra por não servir de nenhum efeito para o bem comum do povo.

Desde o ano de 1779 até 1805, parece que adormeceu a idéia de abertura do canal. No dia 1º de junho de 1805, em sessão da Câmara, foi escrito um ofício ao General Governador de São Paulo, Antonio José de França e Horta, fazendo ver as necessidades da abertura do canal. (Young, 1903:288). Porém adormeceu outra vez a idéia desta obra durante quinze anos, até que em data de 19 de agosto de 1820 a Câmara retomou a questão, referindo-se ao ofício do governador recebido em 17 de junho de 1805, em cujo teor há a aprovação quanto ao início das obras, tendo em vista que a Câmara subscreveria que contribuiria com dinheiro e escravos em prol ao início das obras (Young, 1903:288)

Por ocasião da medição e demarcação das terras destinadas ao rocio da nova vila, fato ocorrido em dez de julho de 1679 por Luiz Lopes de Carvalho, Capitão e Ouvidor de Itanhaém, fez-se, nesta ocasião, a abertura de uma vala, cuja extensão ia desde o Mar Pequeno até a margem ocidental da lagoa que se comunicava com o Ribeira. Esta vala seguia quase rente ao caminho que do Porto da Ribeira vinha ter ao povoado. Pela direção desta vala, com muito mais de trezentas braças de extensão, desde os primeiros tempos, os habitantes de Iguape desejavam abrir o canal por onde se comunicassem as águas do Mar Pequeno com as da Ribeira.

Assim, foi a partir da primitiva vala do Rocio, a qual servia também de cerca para impedir o gado que pastava do lado oposto às terras da municipalidade de estragar as plantações feitas no local, que amadureceu a idéia da abertura de um canal maior, que desse passagem às canoas carregadas com os produtos agrícolas do alto Ribeira, ou retro-terra (Petrone:1966), em direção ao porto de Iguape.

Em sessão da Câmara em 15 de outubro de 1825, os vereadores resolveram “abrir o valo do Porto do Ribeira para esta vila, para cujo fim assentarão que se deverá mandar pedir um engenheiro, para destinar lugar mais próprio e suficiente para esta obra.” (Young, 1903:291)

Para satisfazer este pedido da Câmara, o governo mandou o engenheiro Tenente Coronel Euzébio Gomes Barreiros estudar a questão do canal e dar seu parecer relativamente ao local por onde deveria ser aberto.

A partir deste momento, a municipalidade se dividiu em dois partidos: aqueles que apoiavam a abertura do canal pelo lado Sul da cidade, que eram maioria; e aqueles que apoiavam a abertura do canal pelo lado Norte.

O partido do Sul argumentava suas opiniões com base nos resultados de uma pesquisa feita pelo Capitão Carlos Lourenço Darkward e apreciações do Brigadeiro Daniel Pedro Muller, cujos resultados foram lembrados num ofício que a Câmara dirigiu ao Governo em data de 22 de outubro de 1825. Segundo este ofício, nota-se que a Câmara declara positivamente que o melhor lugar, que apresentava as condições indicadas pelo Capitão Darkward (local pouco extenso e plano, com fartura de água, pedra saibro e barro) era o lado Sul da cidade, o que teve apoio da maioria dos cidadãos iguapenses. (Young, 1903:292)

O partido do Norte argumentava que, quando das cheias do Rio Ribeira, as margens do canal não suportariam a impetuosidade das águas e a cidade correria grandes riscos. Ocorre que, em tal local, não havia tanta fartura dos materiais para a construção (Saibro, pedra, água), o que implicaria em gastos maiores para o transporte de tais materiais, motivo pelo qual não teve tanto apoio da população.

De acordo com o documento da Câmara dirigido ao vice-presidente da Província, com data de 16 de agosto de 1826 citado por Young (1903) encontramos que “tem feito encarar como horroroso o projeto do Canal pelo Norte, e de mais a mais fortificado de tempo em tempo pelo Capitão General Antonio José de França e Horta por um hábil oficial da engenharia João da Costa Ferreira; o qual examinando o terreno e atendendo ao futuro perigo que poderia resultar à vila, e também às necessidades públicas quanto à pedra, barro, lenha e água., declarou que jamais se deveria abrir o canal pelo Norte, e sim pelo Sul, visto que deste lado podia ser aberto, senão com maior ao menos com tanta facilidade em maior distância da vila sem perigo e inconveniente algum. (Young, 1903:295-296)

Pelos documentos apresentados verificamos que o canal foi aberto pelo lado Sul, e que os trabalhos de abertura iniciaram-se em agosto de 1827.

João Da Costa Ferreira previa que o terreno nas margens do projetado canal havia de ser corroído pelas águas do rio Ribeira e, portanto, era necessário que o dito canal fosse distante da vila, para evitar-lhes os danos e prejuízos.

O mesmo autor registrou o fato da Câmara, antes de começar a obra, ter sido avisada por um homem, considerado como competente para resolver a questão do Canal que, o terreno por onde tinha de passar este projetado canal, não podia resistir à impetuosidade da correnteza das águas e, portanto, as alegações feitas mais tarde pelo povo, quando as águas foram corroendo as margens do Canal e causando prejuízos, de não ter sido avisado do dano que podia haver, não tem fundamento. (Young, 1903:293)

Segundo ofício de Paulo Freire de Andrade, chefe da divisão da comissão referente às sesmarias e terrenos da Marinha, datado de 1826, “o canal foi feito para se argumentar¹⁷ a indústria, animar o comércio e facilitar a passagem de um a outro rio (do Rio Ribeira ao Mar Pequeno); o açúcar e outros muitos gêneros que se podem ir buscar as nascentes do rio da Ribeira, é natural que se vão buscar em saveiros pois que paus para canoas já vão faltando e essas, pouca carga conduzem, e que para se evitar despesas querem que os mesmos saveiros conduzam os gêneros a bordo das embarcações que estão no Rio Capara¹⁸; por onde hão de eles passar? Por baixo da ponte: será preciso que a ponte seja muito alta e muito distante entre si e os paus que a sustentarem o que muito a enfraquecerá. O rio de Capara não tem lugar cômodo para nele se carenarem Sumacas, Brigues¹⁹ e etc; estes lugares se encontrarão no Rio Ribeira, querendo aproveitar o Canal para tais embarcações passarem de um a outro Rio; como hão de passar, por cima ou por baixo da ponte?” (Young, 1903:295)

Se o povo de Iguape, como parece pela leitura desta parte do citado ofício, teve a idéia de utilizar o projetado canal para a passagem de embarcações de alto mar e de grandes calados, certamente teriam a intenção de que o “pequeno valo”, que inicialmente dava passagem apenas a canoas, em pouco tempo fosse aumentado pela força das águas, transformando-se num “valo grande”, suficiente para dar passagem a embarcações grandes.

Young atesta que a população local já tinha a clara noção sobre a força da correnteza e o peso do volume de água deste rio, já que era comum a abertura de “furados”

¹⁷ Fomentar.

¹⁸ Atual grafia: Icapara.

¹⁹ Nomes de vapores que ancoravam no porto de Iguape.

em diversas partes do rio Ribeira. Deste modo, não podiam deixar de prever o prejuízo que havia de resultar pela corrosão das margens do projetado Canal.

Logo, observa-se que havia nítida intenção na destruição das margens do valo, a fim de dar passagem a navios de maiores calados. A congruência das produções agrícolas do Vale do Ribeira em direção ao porto de Iguape era também interessante, na medida em que iria proporcionar uma vitalidade no setor de comércio e serviços; mas a ambição pela existência de um porto de grande envergadura, como o de Santos, fica clara nas passagens acima.

Do dia 28 de outubro de 1826 até o dia 10 de março de 1829, parece que a Câmara desta vila abandonou completamente esta obra, visto que não costa uma só palavra a seu respeito nos termos de vereança lavrados durante este tempo, de acordo com Young. Não mencionam o começo da obra, cujo serviço foi principiado na semana anterior ao dia 27 de agosto de 1827. O seguinte excerto mostra um certo desinteresse no aceleração das obras:

“Parece que durante os doze anos seguintes a 1839 o serviço do canal continuou com uma marcha lenta, sendo as despesas pagas pela renda do imposto sobre arroz, sem contudo ficar o canal em condições de dar passagem franca a canoas, sendo que durante este espaço de tempo nenhum apontamento existe sobre este serviço nos livros da Câmara. Com data de 12 e de 17 de novembro de 1841, como igualmente em 13 de março de 1844, a Câmara, respondendo ao Governo sobre as obras mais necessárias ao melhoramento deste Município, nada diz a respeito do Canal.” (Young, 1903:308)

Por um ofício registrado no dia 13 de janeiro de 1860, ver-se-á que a Câmara declara à Assembléia Provincial que as obras do canal se achavam concluídas, dando o dito canal livre trânsito a canoas e pedindo que metade da taxa até esta data aplicada nas referidas obras, fosse concedida para ser empregada nas obras que convierem em benefício e aumento da água potável da cidade.

Tão logo as obras do canal foram concluídas, a cidade já começou a sentir os primeiros efeitos dessa interferência no meio. Do mesmo modo, começaram a procurar “peritos” que pudessem justificar os porquês daqueles primeiros danos. O povo começou a sentir os “contras” da obra, como bem ilustra a seguinte passagem:

“Com data de 3 de abril de 1861 foi apresentada pelo cidadão Luiz Kruchely uma representação à Câmara Municipal e por ela remetida ao Governo (...) Esta documentação é o primeiro documento que encontrei, tratando do verdadeiro e mais evidente prejuízo causado pela abertura do canal, de cujo detrimento à vila, nenhum dos profissionais que examinaram e que deram seus pareceres antes do começo da obra, lembrou de advertir o povo (...) Parece impossível que os profissionais que examinaram o local anteriormente ao começo dos trabalhos, não se lembrassem do grande depósito de areia que havia forçosamente de se formar no Mar Pequeno; porém, nada encontramos nos documentos existentes sobre o resultado que era de se esperar, devido à qualidade do terreno por onde resolveram abrir o canal. (Young, 1903: 312-315)

No ano de 1876 os vapores e embarcações a vela que demandavam este porto, ancoravam em frente ao cais do “Porto Grande” em distância menor de 100 metros; tempos depois eram obrigados a ancorarem em frente ao “Morro do Espia”, distante mais de um quilômetro do “Porto Grande”.

O maior desmoronamento do terreno nas margens do Canal deu-se entre os anos de 1875 e 1890, quando as águas do rio Ribeira, procurando o curso mais curto para chegar ao mar, começaram a se despejar com uma força vertiginosa por este novo caminho e dia por dia foram vencendo o fraco impedimento oferecido pelo terreno arenoso até que a largura do canal pudesse comportar volume normal da água do dito rio. (Young, 1903:318)

O alargamento do canal, resultado do desmoronamento das margens pela ação corrosiva da correnteza e o conseqüente depósito destes sedimentos no Mar Pequeno, foi forçando os barcos a ancorarem cada vez mais longe do porto. A largura e a profundidade do canal ia crescendo ano a ano. De acordo com o trabalho da CETESB (1980) sobre a situação do “Canal do Valo Grande”, nos fins do século XIX, o Valo apresentava larguras maiores que cem metros e profundidade acima de dez metros, continuando sempre os desbarrancamentos das margens, o que começou a ameaçar as casas de Iguape. Mais recentemente, quando da elaboração do referido relatório, chegava a cerca de duzentos metros, com vazão de 15.000 centímetros cúbicos por segundo.

Já o relatório da Geobrás (1965) atesta que “quando o efeito da erosão se fez sentir mais intensamente sobre as margens e o fundo do Valo, as condições do Mar Pequeno foram piorando; novos bancos apareceram obstruindo cada vez mais a passagem

de barcos e criando novos e graves problemas para toda a região (...) Os imensos desbarrancamentos que as águas das enchentes promovem no canal, os trabalhos incessantes das águas da Ribeira de cavar e aprofundar o novo leito que a mão imprudente do homem lhe abriu; o imenso depósito no Mar Pequeno das areias varridas pelas enchentes e que ameaçam inutilizar em tempo pouco remoto o Porto de Iguape, induziram-nos a chamar a atenção do Governo(...) As areias arrancadas das margens pela força da correnteza são levadas para o Mar Pequeno e ali depositadas em frente e aos lados da saída do Canal, sobretudo do lado do Norte, onde se acha situada a cidade de Iguape, cujo porto está sendo rapidamente entulhado (Geobrás, 1965:90-91)

De acordo com este mesmo relatório, as dificuldades da Barra de Icapara aumentavam, desviando as embarcações de sua rota. Um dos objetivos do canal seria o melhoramento da barra de Icapara, cujas dificuldades obrigavam os vapores e embarcações que navegam entre Santos e Iguape a entrarem e saírem pela barra de Cananéia, fazendo cerca de 130 milhas ao invés de 76 que medeia entre os dois pontos. Era sabido que a Barra de Icapara oferecia profundidade suficiente para os vapores e navios que freqüentavam o porto de Iguape, e que toda dificuldade provinha da falta de um serviço regular de praticagem análogo ao que se achava estabelecido na barra do Rio Grande do Sul, que seria um freqüente serviço de dragagem que é obrigatório onde se estabelecem portos.

O relatório da Geobrás (1965) demonstra que a barra de Cananéia é bem mais desembaraçada que a de Icapara; por ela penetra a água do oceano, por ocasião das preamares, provocando uma corrente de fluxo que vai encontrar-se com a corrente provinda do Norte, em um ponto situado a aproximadamente 44 quilômetros da barra, no local que, por esta razão, é denominado “Tombo das águas”. A Sudeste da ilha de Cananéia e bem em frente à entrada da barra existe um grande banco, bastante irregular, que por ocasião das grandes marés de quadratura (marés de luas crescente e minguante) fica quase a descoberto. Por diversos e vários fatores, os grandes depósitos da entrada da barra são bastante instáveis, sofrendo modificações, quer quanto à sua posição, quer quanto à sua profundidade. A largura do canal, em 1965, já era de aproximadamente 1.200 metros, sendo que no ponto mais estreito media cerca de 1.000 metros, ao passo que a profundidade atingia, na ocasião, o máximo de 20m (Geobrás, 1965:102) Isto nos dá a noção do estrago

provocado pela ação das águas do Rio Ribeira, que passaram a desembocar preferencialmente no Mar Pequeno, como se verá.

Por estas rápidas considerações, vê-se que a barra de Cananéia, se bem que apresentando melhores condições de navegabilidade que a de Icapara, não é também, completamente livre e segura para a navegação marítima, exigindo, portanto, para sua melhoria, grandes e onerosas obras de fixação.

Mourão (1971) a respeito do canal do Valo Grande declara que, se o valo possibilitou a ligação do rio com o porto, facilitando o acesso das mercadorias, aos poucos, e em decorrência dos problemas geológicos, a pequena vala foi alargando-se e transformando-se no que hoje conhecemos por Valo Grande.

A partir de 1876, conforme Young (1903) e Mourão (1971, 2003) o assoreamento das barras já era notório, além do fato de que a água doce do Ribeira passou a invadir o chamado Mar de Dentro (ou Mar Pequeno), determinando a diminuição do teor de salinidade, do que resultou o desaparecimento ou diminuição da ocorrência de vários tipos de peixes. Os navios que sempre atracaram no Porto Velho (Porto de Iguape), já no início do século XX eram obrigados a ficar a mais de um quilômetro, ao largo, em frente ao Morro do Espia. Com o progressivo assoreamento da barra de Icapara, a navegação começou a ser forçada a entrar pela barra de Cananéia, subindo e descendo o Mar de Dentro (Mar Pequeno), o que dá um percurso, de ida e volta de, aproximadamente 135 quilômetros. Além disso, o próprio Mar Pequeno, aos poucos, passou a sofrer os efeitos do assoreamento que, além de atingir a barra velha do Ribeira (foz natural do Ribeira), a barra de Icapara e por fim, o Mar Pequeno, principiou a invadir até mesmo alguns afluentes do Ribeira, pelos quais as populações se intercomunicavam, recorrendo à navegação fluvial. Várias tentativas de fechamento do Valo Grande foram feitas, mas sem êxito, tendo sido a primeira registrada em 1894.

A frequência na formação de bancos de areia aumentaram, tendo em vista que as águas do Rio Ribeira passaram a desembocar preferencialmente através do Valo Grande. O Mar Pequeno (ou Mar de Dentro), dado o aumento na formação desses bancos, apresentava profundidades que já não permitiam a entrada de grandes barcos. O porto, aos poucos, foi perdendo sua razão de ser. As margens do canal iam sendo, dia a dia, carregadas pela correnteza, e entulhadas no Mar Pequeno. Os moradores dos bairros da

“Beira do Valo” e “Rocio” temiam que a impetuosidade das águas levasse consigo também suas casas... em função destes problemas resolveu-se fechar o Valo Grande, o que foi efetuado em agosto de 1978. E história, infelizmente, não terminou aí, como se verá.

FOTO 05: Vapor "Vicente de Carvalho" no Porto de Iguape no início do século XX. Publicada por Roberto Fortes (www.robertofortes.fotoblog.uol.com.Br), do arquivo pessoal do Sr. Marcos Roberto Fortes

FOTO 06: Vapor "Iguape", década de 1920, no Rio Ribeira de Iguape.

27/06/2005 Publicada por Roberto Fortes (www.robertofortes.fotoblog.uol.com.br)

Do arquivo pessoal do Sr. Marcos Roberto Fortes

2.6: O fechamento do Canal do Valo Grande

O canal do Valo Grande foi fechado no mês de agosto de 1978, como resposta aos anseios de parte da população, em sessão de inauguração presidida pelo então governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, na tentativa de solucionar os graves problemas decorrentes de sua abertura. Jornais da época, especialmente o jornal “O Estado de São Paulo” além de periódicos regionais, como “A Tribuna do Ribeira” falavam sobre a urgência na execução das obras de fechamento do canal. O povo de Iguape, animados pelas matérias de jornais, passaram a apoiar a idéia do fechamento, sem saber das conseqüências de tal ato.

O que passou a ocorrer, então, foi que o leito original do Rio Ribeira estava consideravelmente modificado por assoreamento e havia intensa ocupação das áreas ribeirinhas outrora inundáveis. Graças a isso, após o fechamento, ocorreram extensas inundações na época das chuvas, criando sérios problemas à população local.

Áreas inteiras ocupadas por bananais e pequena agricultura familiar, em bairros até então prósperos, como Jipovura e Peroupava, passaram a ser inundados, Levas de moradores da zona rural seguiam em direção à cidade.

Por outro lado, o teor de salinidade das águas no Mar Pequeno, quando do fechamento, novamente se alterou. Isso porque, quando o canal estava aberto, o teor de salinidade no Mar Pequeno se aproximava a Zero (ou seja, apresentava água praticamente igual à do Rio Ribeira). Após o fechamento, os índices de salinidade subiram consideravelmente, interferindo diretamente no habitat de peixes como a manjuba, que encontravam no Mar Pequeno ambiente propício à sua reprodução. Logo, os cardumes passaram a migrar para outros locais, como se verá, trazendo graves conseqüências para a pesca da manjuba.

A então chamada “Questão do Valo Grande”, como passou a ser conhecida pela população local, entrava numa nova fase. Era necessário o surgimento de alternativas para essa nova situação.

O relatório do CONSEMA²⁰ e o relatório da Geobrás (1966) apontam as seguintes alternativas, referentes ao Valo Grande: Manutenção da barragem, retirada da barragem, rebaixamento da barragem ao nível da maré mais baixa ou ao nível da maré mais alta e construção da barragem com comportas.

A manutenção da barragem traria como conseqüências o aumento no índice de enchentes, com retenção prolongada nos níveis de água; elevação do lençol freático; prejuízos à agricultura; ameaça aos ribeirinhos; ameaça de rompimento da barragem em caso de grandes cheias; permanência da ligação viária entre a cidade de Iguape e o bairro do Rocio²¹; manutenção da salinidade no Mar Pequeno, com fluxo de água doce apenas nas enchentes, o que ocasionaria choques danosos ao meio; prejuízos à flora e fauna continentais, quando das enchentes; diminuição na turbidez da água; repovoamento de mangues e aparecimento de diversas espécies, acostumadas a salinidades mais elevadas; diminuição, por sua vez, de espécies condicionadas a ambientes de salinidades baixas, como a manjuba e o robalo; desvalorização das propriedades alagadas, em conseqüência do aumento de áreas inundadas; êxodo rural- desemprego na pesca e agricultura e crescente desaceleração econômica e comercial.

A retirada da Barragem, por sua vez, traria como conseqüências a ocorrência de enchentes ocasionais, especialmente nos bairros rurais como o Peroupava, com curta permanência do nível de água; rebaixamento do lenço freático, aos níveis anteriores à construção da barragem; prejuízos à agricultura, dados somente pelas maiores enchentes; isolamento da cidade de Iguape com relação ao bairro do Rocio, sendo necessária a construção de uma ponte, a qual já foi feita; necessidade de proteção das margens do Valo Grande; supostos prejuízos advindos à pesca de peixes de altas salinidades; diminuição permanente de salinidade no Mar Pequeno; grande interferência sobre a situação lagunar; danos à flora e à fauna do oceano; assoreamento do Mar Pequeno, com prejuízos à navegação.

Já o rebaixamento da barragem aos níveis da maré mais baixa, traria como conseqüências a ocorrência de enchentes ocasionais, em alguns pontos, com menor tempo

²⁰ Conselho Estadual do Meio Ambiente, atual Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

²¹ O bairro do Rocio conta, segundo o censo do IBGE de 2000, com 10000 habitantes, sendo o bairro mais populoso de Iguape. De acordo com a colônia de pescadores Z-7 Veiga Miranda, trinta por cento da população do Rocio têm na atividade pesqueira sua principal ocupação.

de retenção da água; provável retorno do lençol freático às condições anteriores ao fechamento do Valo; prejuízos à agricultura, causados somente nas grandes cheias; diminuição significativa da responsabilidade da barragem sobre os danos à população ribeirinha; ameaça de rompimento da barragem apenas com volume de água superior aos das grandes enchentes de 1983; isolamento da cidade de Iguape em relação ao bairro do Rocio, sendo necessária a construção da ponte, o que já existe; entrada de grande quantidade de água doce no Mar Pequeno, nos aumentos de vazão no rio. Diminuição de salinidade e provável desaparecimento de espécies; não existem dados capazes de avaliar os prejuízos à flora e fauna marinhas; supões-se que poderão ser significativas; possível tendência ao desassoreamento do Mar Pequeno e aumento da turbidez da água.

O rebaixamento da barragem ao nível da maré mais alta, por sua vez, traria como conseqüências a ocorrência de enchentes mais freqüentes com maior tempo de retenção de água; pequeno rebaixamento do lençol freático; diminuição dos prejuízos à agricultura; diminuição da ameaça aos bairros ribeirinhos; seriam necessários esforços estruturais para garantir a integridade da barragem; permanência da ligação viária Iguape/Rocio-Pariquera-açu, prejudicada apenas pelas enchentes; entrada intermitente de água doce no Mar Pequeno, apenas nas enchentes; não existem dados capazes de afirmar os prejuízos à flora e fauna no Mar Pequeno; tendência ao desassoreamento do Mar Pequeno; repovoamento dos mangues.

Por fim a construção da barragem com comportas, traria como conseqüências a ocorrência de enchentes ocasionais, em alguns pontos, com menor tempo de retenção de água; provável retorno do lençol freático às condições anteriores ao fechamento do Valo; Prejuízos à agricultura causados apenas pelas maiores enchentes; ameaça aos bairros ribeirinhos, controlável pela operação das comportas; eliminação do risco de rompimento da barragem; permanência da ligação viária Iguape/Rocio-Pariquera-açu. O projeto inclui a construção da ponte, a qual já está construída; o controle da salinidade do Mar Pequeno, cuja diminuição será inevitável quando da ocorrência de grandes enchentes; estudos das condições do Mar Pequeno em diferentes condições, os quais podem redundar no manejo ótimo das comportas; tendência ao desassoreamento do Mar Pequeno.²²

²² Dados tirados do Relatório do CONSEMA, São Paulo, 1985, datilografado

O estudo da Geobrás (1966), por sua vez, recomendava, em suas conclusões, que deveria ser feito também o seguinte: execução imediata das obras de proteção das margens do Valo Grande, tanto do lado da “Ilha de Iguape”, como do lado do continente; elaboração de projeto para a construção de um dique longitudinal no Mar Pequeno, ao longo da faixa marginal da cidade de Iguape, para sustentação do aterro a ser feito no lado interno; dragagem dos bancos existentes no Mar Pequeno, na região fronteiriça à cidade, preferivelmente com o emprego de draga de sucção e recalque que depositará o material retirado do dique longitudinal, criando uma nova área urbana ganha ao mar; elaboração de um plano de urbanização para a nova área, obedecendo ao zoneamento pré-estabelecido; elaboração do plano diretor municipal abrangendo os problemas da área urbana e da área rural de Iguape, como decorrência do Plano de Desenvolvimento Regional para o Vale do Ribeira; Elaboração do projeto das instalações portuárias para a navegação marítima, a serem localizadas nas proximidades do Morro da Paixão, satisfazendo as condições atuais da região e com possibilidades de ampliação futura; dragagem de um canal amplo e profundo ligando as barras de Icapara e Cananéia para acesso ao Porto de Iguape; Execução e manutenção do serviço de balisamento do canal dragado, para facilitar a navegação no Mar Pequeno; Construção das ligações da Ilha de Iguape (Ilha comprida) e continente, com prioridade à ponte sobre o Ribeira velho; Realização de um estudo em modelo reduzido da região lagunar e costeira, que possibilite a elaboração de um projeto definitivo para o melhoramento da barra de Icapara e a fixação da extremidade NE da Ilha Comprida; realização, em modelo reduzido, do estudo da possibilidade de aumento da descarga do Rio Ribeira de Iguape pelo Ribeira Velho, por meio de obras executadas na região denominada “Três Barras”; planejamento da industrialização do pescado e de outras indústrias que utilizem a produção e a matéria-prima do local, visando no futuro a constituição de um distrito industrial que poderá ser um pólo de desenvolvimento regional.

No entanto, até hoje, nenhuma dessas alternativas foi executada. Vale frisar que, quando das grandes enchentes ocorridas no ano de 1983, a barragem, conforme previsto no relatório do CONSEMA, não suportou o grande volume d’água e arrebentou, estando a barragem semi-aberta. Foram iniciadas as obras de instalação de comportas, na década de 1990, porém até hoje, não foi terminada. A água doce do Rio Ribeira continua desembocando através do Valo, ainda hoje, causando prejuízo principalmente aos **poucos**

pescadores que se dedicam à pesca do camarão, os quais têm de se deslocar até o local denominado “Pedrinhas”, onde a salinidade da água é um pouco maior. A única atividade que parece resistir a essa situação é a pesca, especialmente a pesca da manjuba, o que será analisado no próximo capítulo.

2.7: O fechamento do Valo Grande e suas conseqüências:

A região conhecida por Mar Pequeno é um braço de mar situado entre o continente e a Ilha Comprida, no litoral Sul do Estado de São Paulo, e que se comunica com o oceano por duas entradas: a barra de Icapara, ao Norte e a Barra de Cananéia, ao Sul.

O padrão de circulação das águas do Mar Pequeno é determinado pelas ações das marés e por fatores meteorológicos.

Com maré enchente, a água do oceano penetra no Mar Pequeno pelas duas barras, provocando correntes de marés típicas, que vão encontrar-se na região da Pedra do Tombo, a 18 quilômetros da cidade de Iguape, aproximadamente.

Nas marés vazantes, o comportamento das correntes é praticamente o inverso do observado nas marés enchentes.

Estas condições prevaleceram na região até o início do século XIX, quando foi construído o Valo Grande, canal com três quilômetros de extensão, que une o rio Ribeira com o Mar Pequeno, nas proximidades da cidade de Iguape.

O Valo Grande, como foi visto, foi construído para permitir a navegação direta do rio Ribeira para Iguape, encurtando o percurso em mais de trinta quilômetros (CETESB, 1980:05)

Paralelamente com as vantagens decorrentes da facilidade de acesso dos produtos provenientes do Vale do Ribeira para a cidade de Iguape, uma série de alterações físicas e ecológicas começaram a acontecer. O Valo Grande transformou-se gradativamente no caminho preferencial das águas do Rio Ribeira em direção ao oceano. Simultaneamente, aumentaram os processos de assoreamento do leito original, no trecho entre a derivação para o Valo Grande e o oceano (trecho conhecido como Ribeira Velho).

Esses processos de acomodação do leito do rio, às novas condições de escoamento provocaram sérios problemas de erosão nas margens do Valo Grande, até

serem atingidas as características de equilíbrio, com estabilização de meandros e relações largura/profundidade no leito, que permitiam que praticamente $\frac{3}{4}$ da descarga líquida do rio atingisse o oceano pelo Valo Grande, e o restante pelo Ribeira Velho.

A descarga contínua de grande quantidade de água doce no Mar Pequeno provocou uma série de alterações ecológicas no meio ambiente marinho. Por um lado, a salinidade dessas águas diminuiu sensivelmente, impedindo o desenvolvimento natural de grande número de espécies de água salgada, com alto valor comercial. Por outro lado, a grande quantidade de sedimentos carregados pelas águas do Rio Ribeira provocaram sérios problemas de assoreamento e turbidêz nas águas do Mar Pequeno.

O Valo Grande foi fechado em agosto de 1978., com o objetivo principal de restituir as condições ambientais naturais no Mar Pequeno. A partir desse momento, o Ribeira voltou a desembocar no oceano unicamente pelo seu leito original. Entretanto, as condições morfológicas para o escoamento de toda a massa líquida no rio Ribeira pelo seu leito original estavam consideravelmente modificadas. O assoreamento no trecho do Ribeira Velho, e a intensa ocupação das áreas ribeirinhas, outrora inundáveis, criaram uma condição para o transporte e a atenuação dos picos de cheia, no trecho do baixo Ribeira.

Atualmente, para as mesmas descargas de outrora, os níveis d'água a montante são bem mais elevados, para vencer a maior resistência ao escoamento, e também pela perda da capacidade de armazenamento das áreas marginais. Esta situação tem provocado inundações bastante intensas, na época das chuvas, atingindo extensas áreas ocupadas.

Entre as diversas alternativas possíveis, para se eliminar o problema, está a de se estabelecer um sistema de vertedores com comporta na barragem do Valo Grande, que permita escoar diretamente para o Mar Pequeno o excesso de água do Rio Ribeira, em época de enchentes. Entretanto, esta solução precisa ser cuidadosamente analisada do ponto de vista das alterações ecológicas que poderá provocar na flora e na fauna do Mar Pequeno, além dos custos para sua manutenção.

Enquanto a barragem estava fechada, segundo a CETESB (1980), o ecossistema retornou às suas condições originais, altamente benéficas. O lançamento ocasional e indiscriminado de grandes vazões de água doce naquele braço de mar, poderia causar sérios problemas matando os organismos mais sensíveis a uma brusca diminuição da

salinidade das águas, e transformando o sistema em um ecossistema hídrico, com características variáveis, de forma aleatória. Nessas condições poderiam acontecer verdadeiras catástrofes ambientais.

A operação destas comportas poderia ser efetuada de forma a minimizar o impacto da água doce no Mar Pequeno. Em determinadas condições de maré, as águas desse braço de mar se dirigem do interior para o oceano. A velocidade do escoamento e, conseqüentemente, a massa de água que sai do Mar Pequeno em um ciclo de maré, por esse processo, dependerá do tipo de maré e das condições meteorológicas existentes no momento.

Segundo ainda este mesmo estudo, o fechamento do Valo Grande alterou a salinidade (aumento da média de até 20% na superfície e 12% no fundo) e a composição do material em suspensão na água e induziu modificação na distribuição na região, especialmente na população da espécie até então dominante, que era a *S. costatum*.

A crescente salinização da água no sistema Cananéia-Iguape, poderia propiciar um incremento na aquíicultura, mas provocaria modificações na saturação de oxigênio, reduziria o teor de nutrientes, de substâncias estimuladoras de crescimento microalgal, aumentaria a transparência da água em decorrência do corte na introdução das águas do rio Ribeira de Iguape. Esses fatores, no entanto, necessitarim ser bem considerados em termos ecológicos, para um correto dimensionamento daquela possibilidade. (CETESB, 1980:09)

Em decorrência desses fatores a CETESB sugere que seja coordenado a organização de um projeto para estudar as conseqüências ecológicas e sociais da adoção de uma das seguintes alternativas:

Manter fechado por definitivo o Valo Grande;

Manter um fluxo contínuo de água doce para o sistema Iguape-Cananéia;

Construir um vertedouro que permita uma descarga de água doce no sistema nos períodos de enchentes.

Por sua vez, conforme analisado no item anterior, o relatório do CONSEMA apontava algumas alternativas, dentre as quais a manutenção da barragem, retirada total da mesma, rebaixamento da barragem aos níveis da maré mais baixa ou da maré mais alta, e, por fim, a barragem com comportas.

Já o estudo da Geobrás apontava como urgente a execução das obras de proteção das margens do Valo Grande, dragagem dos bancos de areia existentes no Mar Pequeno, além de um plano de urbanização para a área, dentre outras sugestões.

De qualquer forma, tais estudos já alertavam que, independente de qual das medidas fossem adotadas, seria necessário uma análise cuidadosa dos prós e contras de cada uma delas, já que os impactos de uma nova interferência humana nesse meio tão sensível, que é o complexo estuarino lagunar de Iguape- Cananéia, dentro do qual se insere o canal do Valo Grande, podem vir a trazer uma nova fase de transtornos ao meio ambiente e à população em geral.

CAP. 3 : A PESCA DA MANJUBA EM IGUAPE

3.1:: Sobre a pesca da manjuba

Foi principalmente desde a Barra do Rio Ribeira de Iguape, Valo Grande e em todo o Estuário Lagunar entre Iguape e Cananéia- Mar Pequeno- , que se desenvolveu a pesca da manjuba. Tem se notícia de que, até a década de setenta do século passado, pescava-se no Rio Ribeira de Iguape até imediações da cidade de Eldorado, onde existiam indústrias de salga e secagem do peixe. (ver mapa 4)

Mapa 4: Complexo estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia Paranaguá

Fonte: Instituto de Pesca de Cananéia-SP

De modo mais amplo, em quase toda a bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape achavam-se espécimes da manjuba, que é uma espécie anádroma, ou seja, que migra do mar para o Rio Ribeira. A reprodução da espécie processa-se, de acordo com Wongtschowski(1990), praticamente durante o ano todo, com dois picos de maior

intensidade, um no verão e outro no outono., períodos que coincidem com a alta pluviosidade e temperaturas elevadas. A atividade reprodutiva e a conseqüente entrada para o rio diminuem quando o clima se torna menos chuvoso e frio.

A espécie, de acordo com a mesma autora, tem uma alta tolerância a variações de temperatura da água (16 a 30°C); transparência (10 a 130 cm); cor (10 a 540 mg/l Pt); turbidez (6 a 500 FTU); condutividade elétrica (60 a 65.000 us/cm); pH (6,10 a 8,60); alcalinidade (0,063 a 2,225 meq/l); oxidabilidade (traços a 33,78 mg/l) e oxigênio dissolvido (2,32 a 12,13 mg/l). Além disso, valores muito baixos de nutrientes na água, como sílica, fosfato, nitrato, nitrito e amônia parecem não afetar diretamente a atividade reprodutiva da manjuba mas sim, a atividade alimentar.

Essa resistência a condições precárias da água fez com que a manjuba se adaptasse bem no estuário, que, até o fechamento do canal do Valo Grande em 1978, recebia descargas diretas de água doce do Rio Ribeira.

Do ponto de vista fluviográfico, pode-se considerar como desembocadura do Rio Ribeira de Iguape no mar, o local denominado “Três Barras”, onde se separam os dois braços, um conhecido como “Ribeira Velho” e outro cujo prolongamento é o “Valo Grande”. De fato, como será posteriormente mostrado, o regime nestes dois braços é predominantemente marítimo, tendo em grande parte do tempo as correntes de maré caráter dominante. Evidentemente, no passado, este fato não ocorria, sendo o “Ribeira Velho” a única calha lançadora das águas no mar, com regime normal flúvio-marítimo. Hoje em dia, com a abertura do Valo Grande, as ondas de maré penetram pelas duas bocas e vão se encontrar no Ribeira Velho, em região à jusante das Três Barras, não tendo assim nenhum dos dois braços regime flúvio-marítimo normal.

Tal fato foi preponderante para a criação de condições de salinidade da água no estuário lagunar de Iguape/Cananéia tão baixas, a ponto de a manjuba, peixe de águas com salinidade próxima a 0, adaptar-se muito bem próximo ao Valo Grande.

Para a pesca da manjuba, segundo Giulietti (1992), historicamente, o Valo Grande foi importante, e até o seu fechamento exerceu papel fundamental, tanto em relação à pesca, quanto à ocupação do espaço dela decorrente.

A maior parte da população residente na região, particularmente em Iguape, está vinculada direta ou indiretamente à atividade pesqueira. Em Iguape, o calendário da

pesca artesanal é determinado quase que exclusivamente pela safra da manjuba, espécie que, de acordo com Diegues (2002), embora venha sofrendo uma notória sobrepesca há anos, vem garantindo o sustento de aproximadamente 3.000 pescadores (regulares e eventuais).

Além da captura da manjuba, as atividades pesqueiras artesanais têm leve importância nos meses frios do ano, quando se dá a safra da tainha, cuja pesca é feita com cercos fixos e através de arrastos a poucos metros da praia. Esta última emprega apenas uma parte dos chamados manjubeiros, em virtude da “entressafra”, já que não há quase outras alternativas de inserção desta população, que fica ociosa na entressafra da manjuba.

Segundo Giulietti, a captura da manjuba era exercida, antes do fechamento do Valo Grande, em 1978, quase que exclusivamente no Valo Grande, portanto, dentro da própria cidade. Com a expansão da pesca, a margem direita deste canal foi ocupada por pescadores e operários das indústrias ali instaladas. (Giulietti, 1992).

A manjuba, na região do Rio Ribeira de Iguape, é capturada em grandes quantidades, durante os meses quentes (de outubro a março), sendo atualmente a única espécie da família, de valor comercial no Sudoeste do Brasil. A safra corresponde à época do ano em que a espécie, formando grandes cardumes, migra do oceano para as águas do Rio Ribeira de Iguape, para desovar. A época da safra corresponde ao período no qual os pescadores da região obtêm o sustento para praticamente todo o ano. Fora deste período, alguns poucos praticam a pesca de outras espécies (como a tainha, durante o inverno) ou exercem outras atividades, principalmente na construção civil.

A espécie tem vida curta (pouco mais de três anos), crescimento rápido e, em um ano, atinge aproximadamente os nove centímetros de comprimento, quando então os indivíduos já estão prontos para desovar, penetrando pela primeira vez no rio.

Foto 07: espécime da manjuba, em fase adulta.

Carneiro, R.R.S.

Segundo a Colônia de Pescadores Z-7 “Veiga Miranda” de Iguape, a qual será analisada no item seguinte, atualmente, estão envolvidos na pesca da manjuba, 2.500 pescadores, incluindo-se, aí, uma pequena quantidade de mulheres registradas diretamente na captura (mais ou menos 20 mulheres, casadas com pescadores, e trabalhando num sistema familiar principalmente com a rede tipo corrico), além daquelas empregadas como “empacotadeiras” nas indústrias de salga e comercialização do pescado *in natura*.

Do produto pescado, hoje em dia, a maior parte é vendido *in natura* no entreposto do CEAGESP, enquanto uma parte vai ser processada nas indústrias de salga e secagem. De acordo com dados obtidos junto à Colônia de pescadores de Iguape, hoje, as indústrias legalizadas são apenas duas (2), a Costão da Barra e a Massakatu Nishidate, havendo grande número de indústrias ilegais, cuja permanência é a principal ameaça à continuidade das legalizadas.

Devido às alterações das condições ambientais, econômicas e sociais, incluindo a mudança dos pontos de captura; a provável queda nos volumes capturados e a paralisação da maior parte das indústrias, o panorama encontrado atualmente na região é bastante diverso daquele apresentado na bibliografia escrita até a década de 80.

A pesca da manjuba, no Rio Ribeira de Iguape, de início, era tida como uma atividade acessória dos colonos japoneses, para atender ao consumo próprio. A partir de

1926, a pesca da manjuba ganhou importância comercial, devido, principalmente, à retração ocorrida na cultura de arroz (Diegues, 1973).

A manjuba, segundo Giulietti, foi industrializada desde o início da pesca, e o processo de industrialização consistia na salga e secagem ao Sol, nas ruas da cidade, originando um produto de qualidade inferior devido ao elevado teor de gordura, o que geralmente causava oxidação acima do normal, reduzindo a sua durabilidade. Em 1938 tem início à fase propriamente dita da industrialização da manjuba, com processo ainda rudimentar, mas utilizando prensa e estufa. A partir daí, a pesca da manjuba cresceu, o que motivou a expansão da cidade, que vinha decadente desde os fins do século passado com a queda da cultura e exportação do arroz, da navegação e, conseqüentemente, das atividades portuárias. Segundo Carvalho e Ramos (1941), quando os primeiros colonos japoneses iniciaram suas atividades agrícolas, nos primórdios da fundação da Vila de Registro, e agregaram-se como ocupação acessória, à pesca e à industrialização da manjuba, movidos pelo desejo de atender ao consumo meramente local, muito provavelmente não previram o que poderia vir a ser esta pesca e essa industrialização em um futuro não muito remoto. Os mesmos autores assinalam cerca de quarenta locais de pesca que eram freqüentados nos períodos de safra.

A pesca era realizada no Valo Grande, Mar Pequeno e no Rio Ribeira de Iguape, estendendo-se até Registro, Sete Barras e Eldorado. Mas foi principalmente em todo o complexo estuarino-lagunar do Mar Pequeno que a atividade ganhou destaque.

O Mar Pequeno tem os menores valores de salinidade, em comparação com outros locais da região lagunar, segundo Miyao (1986). Este fato estaria associado provavelmente à entrada de água doce proveniente do Rio Ribeira de Iguape e de águas de origem subterrânea, que aí se acumulam devido à baixa taxa de renovação das águas locais, resultante da ocorrência em certo grau de um represamento por ação das ondas de maré em sentido oposto. Tais condições são propícias para o desenvolvimento e proliferação da manjuba, um peixe de hábito costeiro e que prefere águas de baixa salinidade, penetrando no Rio Ribeira de Iguape na época da desova.

O Valo Grande, quando do início da pesca em escala comercial, em Iguape, era o principal local de pescaria da manjuba. França (1975) assinala que entre 1920 e 1940 inicia-se pela primeira vez também com caráter comercial a pesca, tanto no mar como nos

rios e no Valo Grande. Este deixa de ser unicamente o fantasma a ameaçar a cidade e começa a render frutos à população, após ter-lhe causado tantos transtornos; é quando se inicia ali, a pesca da manjuba.

Mas foi em 1910, segundo Mourão, que se iniciou a passagem da agricultura tradicional e em decadência, para a pesca: “assistimos, no início deste século, à passagem de contingentes humanos da economia agrária para a pesca artesanal de subsistência, como forma fundamental de vida econômica, em função da satisfação dos mínimos biológicos”(Mourão, 1973:7).

Segundo o Relatório da Geobrás (1965), o problema da pesca na região de Iguape-Cananéia é de fundamental importância, pois, quando encarada em bases industriais, poderia representar a recuperação da economia do Vale do Ribeira de Iguape. Ao meu ver, a pesca da manjuba, encarada em bases industriais, poderia, certamente, representar a recuperação da economia de Iguape, já que o apoio à criação de mais indústrias legalizadas por parte do poder público iria fomentar a criação de novos empregos diretos e indiretos, o que contribuiria para melhorar a situação de grande parte da população, que sobrevive do subemprego.

Carvalho (1951) relata que, em 1935, na cidade de Registro, a abundância da matéria-prima, ou da manjuba, era tão notória, que o produto, por falta de meios adequados de transporte, era empregado como adubo na lavoura. Isso nos dá uma visão da quantidade de manjuba capturada nesta época, quando começou a se realizar a pesca nos moldes atuais.

A pesca da manjuba cresceu rapidamente, com a produção, em 1938, chegando a 350 mil quilos. Em 1939, atingiu cerca de 580 mil quilos e em 1940, de janeiro a abril, 540 mil quilos, estimando-se que tenha atingido neste ano mil toneladas (Giulietti, 1992:45). O número de pescadores e canoas envolvidas na pesca em Iguape foi crescendo ano a ano, conforme os relatórios da Capitania dos Portos de Iguape, citados por França (1975). Em 1940, havia 636 pescadores inscritos em Iguape e 729 canoas; em 1941, 690 pescadores; em 1942, 843 pescadores; em 1943, 826 pescadores e algumas embarcações inscritas em nome de indústrias de pesca; em 1945, 926 pescadores; em 1948, 916 pescadores; em 1949, 956 pescadores; em 1950, 991 pescadores; em 1951, 1157 pescadores; em 1962, 1790 pescadores.

Com relação às tecnologias observadas na pesca da manjuba, observamos que ainda hoje os pescadores utilizam as tradicionais redes de arrasto (manjubeira) e espera (Corrico). Porém, o material usado na fabricação dessas redes mudou, substituindo-se o algodão por nylon, mais resistente, além da substituição dos remos por motores de centro e borda..

Inicialmente, a tecnologia empregada na pesca era simples, com a utilização majoritária de canoas a remo (propulsão humana) e rede de algodão ou nylon, algumas pertencentes ao próprio pescador, como as redes corrico, ou pertencentes ao industrial, como é o caso da maior parte das redes tipo manjubeira. Por volta do ano 1940, os donos das indústrias de salga, a fim de assegurar um suprimento regular de matéria prima barata, introduziram inovações tecnológicas no processo de captura, como canoas motorizadas para recolher o pescado das áreas de pesca, redes de nylon maiores e mais resistentes às de algodão, propiciando um aumento na produtividade (Diegues, 1975).

Segundo Diegues, existiam, na década de 70 do século XX, cerca de 1.500 pescadores trabalhando durante a safra da manjuba, dos quais somente aproximadamente 500 poderiam ser considerados pescadores regulares ou profissionais, sendo outros 1000 pescadores “sazonais”, que abandonam provisoriamente suas atividades, que podem ser agrícolas ou urbanas, ou mesmo de sub-emprego, para se dedicarem à pesca. Os “mestres de rede”, a quem os donos de indústria cedem a rede e a canoa a motor durante a safra, chegam a cerca de 225 pessoas. Estes reúnem dois ou três companheiros e formam a tripulação adequada para aquela safra.

A introdução da rede tipo manjubeira, maior, feita de náilon, e, deste modo, mais cara, cujo produto é de melhor qualidade comparada com o produto da rede tipo corrico, foi levando à perda gradativa dos instrumentos de trabalho por parte do pescador, pois os mesmos não tinham condições de repô-las em decorrência do elevado preço destas. Assim, segundo Giuliatti (1992), os donos de salga foram tendo controle da produção, através do controle das inovações.

Vários conflitos gerados pelo tipo de petrecho de pesca foram acontecendo, porque, como foi dito, a pesca da manjuba se efetua, em Iguape, com as redes tipo manjubeira (rede de arrasto) e corrico (rede de espera). A pesca com a rede manjubeira é realizada por pelo menos três pescadores. Um deles fica na margem do rio segurando um

cabo (também conhecido por calão de rede) fixado a uma das extremidades da rede que, por meio de uma canoa a remo, é lançada perpendicularmente à margem até mais ou menos o meio do rio, quando então a canoa retorna à margem ainda soltando a rede e, em seguida, o cabo preso à outra extremidade, de maneira que se forme um cerco. Quando a outra ponta alcança a margem, a equipe de pescadores, em terra, puxa a rede para fora (em direção à terra), recolhendo o produto da captura.

A pesca com a rede tipo corrico é efetuada por um ou dois pescadores numa canoa à deriva, sendo a rede recolhida após um tempo determinado ou em lugar estipulado. É conhecida como rede de “boieiro”, porque fica boiando na superfície, acompanhando a direção da maré. A primeira arte de pesca tratava-se de rede permitida pela legislação e a segunda proibida, mas utilizada clandestinamente.

Foto 08: Preparo da rede corrico

Carneiro, R.R.S.

Foto 09: arrasto com a rede manjubeira no Ponto 01 (próximo ao Valo Grande)

Carneiro, R.R.S.

Foto 10: Pesca com a rede de espera “corrico”, no ponto 02 (Mar Pequeno)

Carneiro, R.R.S.

Dessa forma, os pescadores foram se tornando cada vez mais dependentes das indústrias de salga e dos chamados patrões (aqueles que têm os petrechos de pesca, mas não são donos de indústrias) detentores dos meios de produção. Isto também acontece em relação aos pescadores proprietários de redes, intermediários e comerciantes. Isso porque, como estes instrumentos são caros, e conseguidos, na maioria das vezes, mediante financiamento em bancos, somente as indústrias, donos de peixarias e outras poucas pessoas conseguem comprá-los. Os pescadores, por sua vez, sem condições de comprovar

renda para obter financiamentos, trabalham para os industriais e para um novo tipo social que surge, o patrão, o qual será analisado mais adiante, que fornecem as redes e demais materiais num sistema parecido com a parceria, ficando a maior parte da produção sempre com o industrial e o patrão. Deste modo, a dependência se consolida, em escala crescente. Sem redes boas, não há boa pescaria. Quem detém estas redes são os industriais e os patrões. E assim se cria um sistema de dependência.

3.2: A Colônia de Pescadores

A Colônia de Pescadores foi fundada, no município de Iguape, no início da década de 50 do século passado, como resposta à necessidade de organização da atividade pesqueira e da luta pela garantia dos direitos trabalhistas dos pescadores. Como se notará adiante, é a Colônia a responsável pelo cadastramento dos pescadores profissionais, a partir do qual os mesmos têm acesso ao INSS²³ e aos direitos trabalhistas, como licença médica, licença maternidade, licença paternidade, seguro defeso e seguro desemprego.

O pescador paga uma anuidade para a Colônia, a qual servirá de mediadora entre o pescador e os órgãos públicos. No entanto, o pagamento da anuidade não desobriga o pescador de pagar as mensalidades do INSS. Pelo contrário: quando o pescador não está cumprindo suas obrigações junto aos órgãos públicos, a Colônia atua no sentido de lembrar o pescador e ajudá-lo, prestando-lhe as assessorias e esclarecimentos necessários.

Ao pescador, cabe, então, associar-se à colônia de pescadores, pagando uma anuidade que no ano de 2003 era de 25 reais, e em 2004, 50 reais.²⁴ Isso para se garantir um mínimo de direitos, como a aposentadoria, a licença médica e, a partir de 2004, também o seguro-defeso.

A Colônia de Pescadores de Iguape “Z-7 Veiga Miranda” possui sede própria, construída com recursos próprios, localizada na Rua Coronel Rollo, bairro da Vila Garcez. Segundo o Sr. Walter Xavier, presidente da Colônia, são aproximadamente 1300

²³ Instituto Nacional de Seguro Social.

²⁴ O aumento de 100% na anuidade ocorreu em virtude da existência do Seguro-defeso a partir da Safra 2004/2005, instituído através da Instrução Normativa 33/04.

os associados, sendo, deste total, cerca de 40 mulheres. A anuidade paga pelos mesmos é de 50 reais.

Qualquer pescador filiado tem direito de votar ou ser votado nas eleições da nova diretoria da colônia, realizada a cada quatro anos. As chapas são formadas por doze componentes, e o voto não é obrigatório.

A colônia é filiada à Confederação e à Federação Nacional dos pescadores, cujo presidente da última, atualmente, é o Sr. Okida Tsuneo.

Desde a inauguração da Colônia de Iguape, no ano de 1950, muitos avanços já foram obtidos em prol à classe dos pescadores. Hoje, a instituição serve como intermediária entre o pescador e os órgãos como INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). A anuidade paga pelo pescador serve apenas para a manutenção da sede, que comporta quatro funcionários. A Colônia não pode aposentar o filiado. O segurado especial (aquele que não tem como declarar sua renda)- inclua-se, aí, o pescador- deve contribuir para o INSS duas vezes por ano com 2,3% da sua produção. Por exemplo, se o pescador recebe 400 reais por mês, 2,3% desse montante é repassado ao INSS para fins de aposentadoria.

Os benefícios que a colônia oferece ao associado são os seguintes: Seguro-defeso, seguro acidente, seguro saúde, benefício maternidade e aposentadoria.

As colônias afiliadas às Confederação e Federação Nacional são subdivididas em circunscrições chamadas Zonas. A de Iguape, por exemplo, é a Zona 7 (daí o nome, Colônia de Pescadores Z-7 “Veiga Miranda”), a de Cananéia, Zona 9, a de Santos, Zona 1 e assim por diante.

Além de lutar pelos direitos dos filiados, a Colônia de pescadores também oferece palestras, cursos, e oferece espaço para reuniões e discussões dos problemas enfrentados pela classe dos pescadores.

Foi neste espaço que se iniciaram as discussões sobre a volta do período do defeso da manjuba. Hoje, graças a uma série de reuniões com outros órgãos, como o IBAMA, o período se institui (publicado no Diário Oficial da União, edição nº 115 de 17/06/2004) e a pesca da espécie que estava seriamente ameaçada pode ser regulamentada. (ver anexo)

De acordo com Diegues (1995), até a Constituição de 1988, os pescadores artesanais estavam organizados em Colônias (em nível municipal), Federações (em nível estadual) e Confederação Nacional (em nível nacional).

Essa estrutura teve sua origem na missão da Marinha Nacional levada a cabo entre 1919 e 1923 pelo comandante Frederico Villar. Este, a bordo do Cruzador José Bonifácio, percorreu a costa brasileira com o objetivo de organizar os povoados isolados de pescadores e promover a nacionalização da atividade pesqueira. A preocupação da Marinha era organizar os pescadores para a defesa do litoral, reunindo-se em Colônias onde se pudesse fornecer os serviços de educação e saúde, comercialização, etc. Inicialmente vinculada ao Ministério da Agricultura, esse setor é transferido para a Marinha (em 1923) e posteriormente de novo à Agricultura. É preciso ressaltar, no entanto, que historicamente os pescadores não podem ser vistos como um conjunto de comunidades isoladas, pois participaram de vários movimentos de revolta no período colonial (Movimento contra a ocupação holandesa e a Cabanagem no Pará, por exemplo). Até 1973, não estava claramente definido o tipo de organização que tinham as Colônias de Pescadores. No mesmo ano, pela Portaria 471 do Ministério da Agricultura, as Colônias foram definidas como “organização de classe”. No entanto, mantinha-se a estrutura autoritária e corporativista das Colônias, uma vez que os presidentes das Federações, que reuniam as Colônias de um determinado Estado, podiam intervir nelas.

A Constituição de 1988 em seu artigo 8º, parágrafo único, estabelece: “as disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e Colônias de Pescadores, atendidas as condições que a lei pode estabelecer”. No artigo correspondente, estabelece que é livre a associação profissional, observando-se o seguinte: “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação do Sindicato (...). É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial... ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria...ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado ao sindicato.”

Conforme pode ser constatado, pela Constituição Federal de 1988, os pescadores artesanais podem se organizar em sindicatos livres. No entanto, há ainda dúvidas entre os pescadores se devem criar sindicatos específicos ou continuar com as

“Colônias de Pescadores”., estas transformadas em associações livres”. (Diegues, 1995:123)

O pescador continua se organizando através das Colônias de Pescadores. Não há um número preciso de pescadores inscritos, pois muitos deles, pelos mais variados motivos, deixam de pagar a anuidade, o que torna difícil a contabilidade exata de pescadores. Por este motivo, a colônia Z-7 “Veiga Miranda” de Iguape trabalha com estimativas: de que há entre 2.500 a 3.000 pescadores que se dedicam à pesca da manjuba. São aproximadamente 1.300 os pescadores que pagam fielmente as anuidades. Os demais, pagam esporadicamente, sendo os mais prejudicados quando necessitam de algum benefício, como licença- saúde.

3.3: Os tipos de Pesca

Iguape comporta tipos de pesca muito particulares, as quais ainda resistem numa época cuja tônica é a chamada pesca empresarial-capitalista. Diegues (1973) identificou três tipos de pesca para o Litoral Sul paulista que cobrem as situações existentes na pesca dessa região: A pesca de auto-subsistência ou primitiva, a pesca realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil e a pesca realizada dentro da forma de organização capitalista da produção.

Não observei a chamada pesca realizada dentro da forma de organização capitalista da produção em Iguape. Isso porque, a esmagadora maioria dos pescadores, dedica-se à chamada pesca artesanal, a qual é realizada em ambiente fechados, como é o caso do estuário lagunar, ou a poucos metros da costa. As embarcações ainda são relativamente simples, como canoas, barcos de fibras, e pequenos barcos, estes últimos usados na pesca marítima de curta distância, como a pesca da tainha e do bagre, na entressafra da manjuba.

A chamada “pesca de auto-subsistência ou primitiva”, hoje está praticamente desaparecida no litoral brasileiro, com alguma ocorrência em locais distantes da Amazônia, praticada seja dentro dos quadros das tribos indígenas ou de pequenos agrupamentos ribeirinhos. Realizada por reduzidos agrupamentos humanos, a pesca é somente uma das atividades do grupo, aliada à caça e à pequena lavoura também de

subsistência. É realizada sobretudo dentro de uma economia onde só existe a produção de valores de uso. Em nenhum momento há a mediação da moeda nas trocas existentes e o eventual excedente produzido é utilizado dentro do princípio de reciprocidade ou de padrões redistributivos. A unidade de trabalho pode ser a própria tribo ou a unidade familiar. Mourão (1971:155), encontrou vestígios desta economia de troca em locais isolados, ao Sul do complexo lagunar de Cananéia/Iguape. Em Iguape, é um tipo de pesca que desapareceu, tendo em vista que toda a produção pesqueira no município tem como objetivo a produção de valores de troca. Tal tipo ainda pode ser observado em locais isolados do Vale do Ribeira, como na zona rural dos municípios de Eldorado e Iporanga, particularmente nas comunidades remanescentes de quilombo destas cidades.

A “Pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil” tem como principal característica a produção do valor de troca em maior ou menor intensidade, isto é, o produto final, o pescado, é capturado tendo-se em vista a sua venda. Isto pressupõe uma certa divisão social do trabalho em que, mesmo ao nível da pesca, já há funções mais ou menos especializadas que não necessariamente participam da captura; tal é o caso, por exemplo, do artesão fazedor de canoas; os produtores diretos, nesse caso, são independentes, proprietários dos meios de produção, incluindo-se aí o conhecimento tradicional empregado na localização dos cardumes. O processo de trabalho se organiza dentro da comunidade familiar (nuclear ou extensa) ou grupo de vizinhança. A tecnologia caracteriza-se pelo baixo poder de predação, e o nicho ecológico explorado é relativamente restrito. A captura do pescado se realiza com instrumentos de produção (redes, espinhéis, canoas), de propriedade familiar ou individual, sendo a apropriação do produto regida pelo sistema de partilha ou quinhão (partes do produto são distribuídas aos produtores diretos). Em suma, o princípio que organiza essa forma de produção é o da mercadoria, ainda que a mercantilização da produção varie segundo os dois subtipos que apresentamos em seguida, quais sejam, a forma de produção mercantil simples do pequeno produtor litorâneo: a produção dos pescadores-lavradores e a pequena produção mercantil dos pescadores artesanais.

Em Iguape, tendo em vista a introdução de novas tecnologias, como os motores de centro e popa, as redes de nylon e embarcações mais resistentes, como as canoas de fibra, o poder de predação se tornou maior, embora o nicho ecológico explorado

ainda seja restrito. Isso significa que, sendo o ambiente explorado restrito, e as tecnologias empregadas na pesca mais avançadas, o esforço pesqueiro tende a ser maior.

Diegues, no bojo da pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil, identificou dois subtipos: a produção dos pescadores-lavradores, quase extinta de Iguape, com algumas ocorrências em bairros distantes do centro, como o bairro do Prelado, Guilherme e Costeira, na Juréia, e a pequena produção mercantil dos pescadores artesanais, tipo a qual pertence a maioria absoluta dos pescadores da manjuba em Iguape.

No caso da forma de produção mercantil simples do pequeno produtor litorâneo dos pescadores-lavradores, a pesca continua sendo uma atividade ocasional do pequeno agricultor, restrita em geral a períodos de safra (a tainha, por exemplo). Aí a propriedade típica de produção é a doméstica (família e/ou grupo de vizinhança), e normalmente o pescado, além de salgado e secado para o consumo direto, é em geral vendido e constitui uma das principais fontes de *cash* ou dinheiro disponível para a compra de algumas mercadorias essenciais. Em todos os casos, a atividade pesqueira se inscreve dentro de atividades predominantemente agrícolas que constituem a base de subsistência e organização social desses pescadores (em São Paulo, é a típica lavoura caíçara, centrada no plantio da mandioca, mas que associa, além da pesca, o artesanato caseiro, a coleta de frutos do mato, como palmito, etc, .). O calendário complexo das atividades econômicas, apesar de diversificados, tem a predominância agrícola, mesmo ao nível mais global da cooperação no trabalho (mutirão). Todo o mundo de valores é marcado pelas atividades do trato da terra (mesmo sendo a agricultura itinerante). Em geral, os mesmos membros da família (parentes) constituem as unidades de trabalho, que se destinam seja ao trato da terra (em algumas de suas fases), seja à captura do pescado. Nesse sentido, o conceito-chave é o do grupo doméstico. Os instrumentos de trabalho, especialmente as embarcações, por exemplo, não são mecanizadas ou motorizadas, e seu raio de ação, bastante limitado. A pesca é realizada principalmente em lagunas, baías fechadas, ou dentro de ambientes protegidos, tais como recifes. Nesses casos, são os peixes que acostam. O pescador-lavrador não vai procurá-los em alto-mar. Por isso, em geral usa aparelhos fixos de captura, tais como o cerco e o curral. Ele não vive somente da pesca, nem tem conhecimento e experiência para ir buscar os peixes além dos estreitos

limites do meio ambiente que domina (precariamente). A própria canoa é muitas vezes mais um meio de transporte que um instrumento usado na captura do pescado. Nesse caso, é a pesca que mantém o contato mais intenso desses pequenos produtores, donos de seus aparelhos de pesca, com o mercado, através, em geral, do intermediário, que em um primeiro momento é o mesmo comerciante que lhes comprava o pequeno excedente agrícola, comercializando em vilas ou cidades. À medida que a pesca passa a se tornar mais intensa e o excedente maior, a dependência em relação ao intermediário cresce proporcionalmente. No fundo, esse pequeno produtor não trabalha somente como pescador; é na lavoura que se definem ainda as condições de sua produção: a terra, sob sua propriedade e seu controle, é o meio de produção mais importante. Ele se sente mais à vontade junto à casa de fazer farinha, no cultivo de seu pequeno pomar, que no calão de sua rede.

Na medida em que as atividades de produção e consumo se realizam dentro da unidade familiar, que também detém os meios de produção, e na medida em que inexistente uma acumulação de capital contínua, podemos dizer que estamos em uma unidade camponesa de produção.

Este tipo de pesca está praticamente desaparecendo de Iguape, na medida em que a população já não associa o trabalho agrícola com a atividade pesqueira. Ou ficam na zona rural, onde realizam ou uma agricultura voltada ao abastecimento interno (principalmente as feiras de Domingo, na praça da Basílica) ou uma agricultura mais capitalizada (como a banana, maracujá e chuchu) ou, ainda, migram para a zona urbana, onde vão se engajar na pesca, especialmente na pesca da manjuba. A associação destas duas atividades (pesca e agricultura) ocorrem em locais isolados, como os bairros da Costeira, Guilherme e Jairê.

Na Pequena produção mercantil dos pescadores artesanais, por sua vez, apesar da manutenção de algumas características básicas próprias da pequena produção mercantil familiar simples, surgem alguns elementos que nos permitem falar em pequena produção mercantil ampliada.

O grupo doméstico, ainda que importante na atividade pesqueira, não constitui mais a base das unidades de produção e cooperação. À medida que a pesca deixa

de ser uma atividade complementar para tornar-se a principal fonte de produção de bens destinados à venda; à medida que surge um excedente utilizado na compra de embarcações motorizadas que exigem certos conhecimentos, a mão de obra mais apropriada nem sempre é a familiar. De acordo com as novas bases de partilha da produção introduzidas, nem sempre é interessante utilizar um parente como camarada.

A atividade pesqueira passa a ser a principal fonte de renda, propiciando, em determinadas situações, uma maior produção de excedentes, em cuja distribuição entre os pescadores passam a ser introduzidos padrões menos igualitários. O dono da embarcação motorizada, por exemplo, passa a exigir mais pescado, alegando custos maiores na manutenção, pagamentos de financiamentos feitos, etc. Rompe-se então um certo igualitarismo existente na sub-forma de produção anteriormente descrita. Com isso, torna-se mais nítida a diferença entre os proprietários dos meios de produção e os camaradas. As grandes companhias, ou grupos de pesca, vão reduzindo o seu contingente de mão-de-obra para dar lugar a tripulações maiores, mais especializadas, que operam geralmente com embarcações motorizadas. Surgem então funções antes inexistentes nas embarcações não motorizadas, como o motorista, o gelador, etc., ao mesmo tempo que desaparecem outras.

Esse novo tipo de pesca, explorando ambientes marinhos e costeiros mais amplos, exige conhecimentos mais específicos que os anteriormente usados pelo pescador-lavrador. A propriedade individual dos meios e instrumentos de trabalho na pesca passa a ser um elemento fundamental em toda organização produtiva, ao passo que a propriedade familiar deixa de ser tão importante.

Há um avanço tecnológico importante, como a introdução da embarcação motorizada, das redes de nylon, de novos processos de conservação e transporte de pescado, etc.

Organiza-se todo um processo de comercialização do pescado, em que progressivamente os atravessadores individuais vão perdendo o terreno para as firmas de compra e financiamento da produção.

Em suma, é somente nesse estágio que surge o pescador artesanal como tal, que passa a viver exclusivamente ou quase exclusivamente da sua profissão. Em Iguape, este processo está extremamente relacionado ao industrial. Toda a gama de inovações que

ocorreram na atividade pesqueira depende do industrial, ou do sujeito definido como patrão, que é o sujeito detentor do capital, para a aquisição dos equipamentos. Embora se observe a propriedade de redes e canoas por parte de alguns pescadores, no geral, o que predomina é ainda a subordinação dos mesmos ao industrial/patrão.

O pescador artesanal passa a viver e a reproduzir suas condições de existência na pesca, voltada fundamentalmente para o comércio. O mercado é o objetivo de sua atividade, ainda que o balaio ou cesto de peixe, constitua uma das bases de sua sobrevivência e de sua família.

No entanto, o excedente reduzido e irregular, a baixa capacidade de acumulação, a dependência total do intermediário ou industrial, a propriedade dos meios de produção, o domínio de um saber pescar baseado na experiência (e que constitui sua profissão), são elementos que caracterizam ainda a pequena produção mercantil.

Na chamada “Pesca realizada dentro da forma de organização social capitalista da produção, podemos encontrar também dois subtipos: a produção dos armadores e a produção empresarial/capitalista. Porém, em Iguape, este tipo praticamente inexistente, podendo ser encontrado apenas mais próximo à Santos (Praia Grande, São Vicente, Itanhaém) e em menor proporção, na pesca do camarão em Cananéia.

Na chamada produção dos armadores, proprietários de mais de uma embarcação, os armadores não participam das atividades de captura, à frente das quais colocam um preposto: o mestre. Os embarcados são tripulantes engajados para as diversas tarefas da pesca. Em relação às formas de produção anteriormente descritas, há divisão de tarefas importantes, como o aparecimento de funções distintas ligadas à direção (mestres), à casa das máquinas (motoristas), à preparação do rancho (cozinheiros) e ao manejo das redes e equipamentos de pesca (os homens do convés). Não há, no entanto, a introdução do maquinismo que transformaria essas atividades em tarefas estanques, retirando seu caráter manual. Apesar de os embarcados não serem proprietários dos meios de produção, a remuneração da força de trabalho, para a maioria das funções, se faz pelo sistema de partes.

Já na produção empresarial/capitalista, é através desse subtipo que a pesca capitalista atinge seu mais alto grau elaborado. Suas principais características são: a propriedade dos instrumentos de produção está nas mãos de uma empresa, organizada em

diversos setores e integrada verticalmente: o setor de captura, a industrialização e a comercialização; o setor de captura, em terra, passa a ter uma importância fundamental, limitando o poder de decisão do mestre no que diz respeito a quanto pescar, onde descarregar, etc. o próprio processo de captura passa a ser controlado em terra pelo sistema de rádio; o sistema de salário mensal ou semanal torna-se o mais generalizado, ainda que, em alguns casos, os pescadores recebam uma porcentagem sobre o valor global da produção; a divisão de tarefas atinge um grau importante, com a introdução das máquinas para lançar e recolher a rede, de beneficiar o pescado a bordo, etc; a atividade voltada totalmente para a produção de mercadorias: a reprodução dos meios e agentes de produção passa pela extração da mais-valia dos trabalhadores no mar, que não mais possuem o conhecer e o *savoir-faire* que caracterizava o pescador artesanal. (Diegues, 1983: 149-50-51).

Através da leitura da bibliografia e correlação com o trabalho de campo, podemos dizer que a classe dos pescadores da manjuba em Iguape se insere, de acordo com a classificação de Diegues, no tipo “pescadores-artesanais”. Isto porque, principalmente, os pescadores da manjuba não pescam para complementar sua alimentação; pescam exclusivamente para vender. Geralmente, outros tipos de peixes “malhados” nas redes vão complementar a alimentação dos familiares, ou aqueles peixes que não servem para a venda, ou por serem muito pequenos, ou por não se apresentarem de forma adequada para o consumo.

Os tipos de rede empregados na pesca da manjuba são duas: a rede de espera, conhecida como corrico, e a rede de arrasto, conhecida por “manjubeira”, ou “rede grande”, ou ainda, “rede de lanço”. Na chamada pesca com a rede corrico, também conhecida como rede de espera, ou boieiro, emprega-se um ou dois pescadores numa embarcação (Canoa ou barco de fibra), o qual lança a rede, que flutua na superfície (onde estão postas as bóias, feita de isopor), sendo que a outra extremidade, amarrada com chumbo, fica no interior do rio. Entre a superfície e o fundo, os peixes são apanhados, de modo que eles ficam presos entre os nós da rede, conhecidos como malha. A rede acompanha a direção da maré, até o ponto que o pescador acha conveniente tira-la do rio, para proceder ao batimento da rede (a tirada do peixe que fica preso entre as malhas da rede).

A rede corrico apresenta, em sua composição, um só pano, e uma só malhagem.

Já na rede manjubeira, conhecida também como “rede grande”, ou “rede de lanço”, emprega-se, no mínimo quatro pessoas. É a arte de pesca mais antiga utilizada na pesca da manjuba em Iguape. É considerada rede de “meia água”, o que quer dizer que ela é utilizada em pequenas profundidades, em águas rasas. Na parte superior da rede, são colocadas bóias (de isopor ou cortiça, e, mais recentemente, também de plástico), as quais dão flutuabilidade à rede. Na parte inferior, ficam as peças de chumbo, que mantém a rede estendida, próxima ao fundo. A manjubeira apresenta diferentes malhagens, sendo composta por três partes: duas mangas e um saco, podendo apresentar ainda um braço, manga e saco.

O pescador Orlando Maciel Netto relata bem como é a pesca com os dois tipos de rede:

“No [barco] que eu trabalho vai dois: eu e o meu companheiro. No Barco. Agora, na rede de lanço, eles trabalha em quatro pessoa, em cinco, dependendo da maré, quando a maré ta forte, que ela vai pro mar, aí trabalha em sete, oito pessoa... isso na pescaria da manjuba, na Barra do Ribeira. Agora, se for dentro aqui no Mar Pequeno trabalha em dois, vai...duas pessoa. com corrico de manjuba que vai dois. Na rede de tainha também dois. Agora, lá na Barra, com rede de lanço, vai mais, geralmente em quatro cinco pessoa, né, geralmente quando vai no mar vai em sete, oito”.(Orlando Maciel Netto, Vila Garcez, 2004)

Na pesca com a rede manjubeira, o mestre é o popeiro, o que fica à frente da embarcação, aquele a quem o dono do petrecho entrega o material. Ele vai “arrumar” os camaradas. O chumbeiro e o caloeiro são os camaradas. O popeiro joga a cortiça ou bóia na água, o chumbeiro joga a chamada “chumbada”, que vai de encontro com o fundo do rio, e o caloeiro fica no barranco, segurando o “calão” (ou cabo) da rede. Enquanto o caloeiro permanece em terra segurando um dos cabos da rede, os demais remam em direção ao centro do rio. O mestre e o chumbeiro ficam em pé, na ponta da canoa, direcionando e orientando o modo como a rede deve ser solta na água.

Forma-se uma meia circunferência, de modo a cercar o cardume. O caloeiro arruma, enquanto isso, algum objeto para “apoitar” o cabo, de modo que haja tração durante o tempo em que os demais pescadores estão na água.

A meia circunferência vai se fechando, em forma de um “U”, de modo a cercar os peixes, forçando-os a entrar no saco da rede. Quando a canoa retorna à margem, os pescadores se dividem para dar o lanço, propriamente dito, que é a puxada da rede em direção à terra. Enquanto a rede é trazida em direção à margem, alguns pescadores ficam “a meia água”, com a água até a altura da cintura, mais ou menos, separando a manjuba no ensacador. Nesta fase, deve-se ter o máximo de cuidado porque, junto com a manjuba, é comum encontrarmos outros tipos de peixe, como o bagre, que “esporam” os pescadores, podendo feri-los.

O pescador aposentado Agostinho “capivara” relata como era a divisão das tarefas entre os componentes da embarcação, formados por parentes do mesmo, os quais faziam uso da “rede grande”:

“Eu pesco desde a idade de 12 anos. É... com 12 anos eu já ficava ansim com meu irmão. Meu pai e meu irmão jogava o lanço e eu ficava segurando o cabo, depois meu irmão vinha me ajudar a puxar e meu pai me ajudava a puxar a outra parte da rede nós pescava em três.” (Seu Agostinho de Carvalho, Fevereiro de 2004)

Além disso, os meios de produção desses pescadores são ainda precários, utilizando-se quase que exclusivamente canoas e barcos de fibra, com motores, ou a propulsão humana, e redes que geralmente pertencem ao industrial da manjuba, como se verá adiante.

Como bem afirma Mourão (1971), não é a canoa motorizada que determina o padrão, mas sim o proprietário da rede, tal como ocorria tradicionalmente em toda a região lagunar de Iguape- Cananéia, onde praticamente todas as famílias ribeirinhas dispunham de canoa, mas nem sempre de rede. Assim, o proprietário da rede tinha direito a um terço do resultado obtido pela pescaria, enquanto que os restantes dois terços eram divididos entre os três participantes da pescaria. No caso do proprietário da rede participar da pescaria tinha direito a um terço dos dois terços restantes. Hoje, em Iguape, observamos que o dono da rede tem direito a essa mesma proporção (um terço do produto final capturado). Se ele também for dono da embarcação, ou seja, dono dos petrechos completos, terá direito de ficar com todo o pescado, estipulando um preço por quilo da manjuba capturada, de modo que os pescadores receberão de acordo com aquilo que pescaram... se pescaram quinhentos quilos, os donos dos petrechos (conhecidos por industrial ou padrão,

como se verá) irão pagar, em média, quinhentos reais (se ficar “acertado” entre as partes o preço de um real por quilo da manjuba capturada), que será posteriormente dividido em partes iguais entre os componentes da tripulação.

No que tange à particularidade da pesca da manjuba, o mesmo autor afirma que Iguape apresenta-se como um caso a parte, pois a quase totalidade de sua pescaria encontra-se concentrada na manjuba, enquanto praticamente inexistente a pesca oceânica, mais diversificada.

A totalidade do equipamento de pesca, principalmente a motorização das embarcações, está diretamente ligada à industrialização. Isso porque há uma grande dificuldade em se conseguir financiamentos junto aos bancos para a aquisição destas inovações por parte do pescador. Como ele não consegue comprovar renda fixa, tem sérias dificuldades em conseguir tais financiamentos. Já os donos das indústrias e peixarias, por sua vez, conseguem comprovar sua estabilidade financeira, e assim, obtêm empréstimos com maior facilidade. Deste modo, eles acabam por controlar a posse destes meios de produção e, assim, acabam por dominar os pescadores que raramente conseguem ter seus petrechos de pesca.

No transporte da manjuba, utilizavam-se motores de borda. A partir de 1970 os motores de borda, de alto preço, difícil conservação e manutenção, vem sendo substituído por motores de centro que, nos últimos anos apresentam já modelos de maior potência, desenvolvendo maior velocidade e tendo maior poder de deslocamento.

A canoa, por sua vez, em suas origens, está mais ligada à função transporte do que à pesca, embora, em tamanho não tenha atingido as dimensões das canoas utilizadas no Litoral Norte de São Paulo e Sul do Rio de Janeiro que, durante muitos anos foram o principal veículo de transporte dos produtos da agricultura. Mas acabou por ser largamente utilizada na captura da manjuba.

Logo, observamos que o local de pesca para eles é ainda muito restrito, parecido com o limite de pesca para os pescadores-lavradores, ou seja, ambientes fechados como lagunas, baías e enseadas, e limites costeiros muito próximos às praias, como a Praia do Leste, Vila do Prelado, Vila Nova, Jairê e Costeira²⁵, por exemplo.

Outro fato a constatar é que, com a introdução e expansão da pesca com a

²⁵ Bairros do município de Iguape.

rede tipo manjubeira, a qual é praticada na forma de arrasto, utilizando-se uma canoa e quatro homens, em média, que puxam a rede, danos ambientais seríssimos ocorrem, como a captura de peixes muito pequenos. A esse respeito, Diegues diz que “explorando de forma predatória os recursos limitados da laguna numa resposta a uma demanda das empresas, os pequenos pescadores destruíram os seus próprios meios de subsistência, provindo daí uma pauperização ainda maior. À medida que o camarão foi escasseando, os postos de compra das empresas foram desaparecendo para se instalar em outras áreas onde o processo recomeçava” (Diegues, 1983:138).

Isso vem ocorrendo em Iguape, na medida que os pescadores, em resposta à demanda cada vez maior principalmente dos grandes centros urbanos como São Paulo e Curitiba, vêm explorando de forma cada vez mais predatória o recurso manjuba, o que pode vir a comprometer a reprodução da espécie, num futuro não muito distante.

Além disso, há também outros problemas, como é o caso do barramento do canal do Valo Grande, cujos transtornos, como o aumento da salinidade da água, vem a limitar ainda mais o ambiente de reprodução da manjuba, já que o peixe tende a procurar águas com salinidades mais baixas, ou seja, nas proximidades da foz do Rio Ribeira. Isso faz com que haja uma diminuição da área de exercício da pesca da manjuba, antes realizada em todo o estuário lagunar. Quanto menor a área para exercer a pesca, maior será o esforço pesqueiro nestes locais. Ou seja, o nível de predação tende a aumentar, mesmo na pescaria artesanal.

De acordo com o pesquisador do Instituto de Pesca de Cananéia, Jocemar Tomasino Mendonça, a biomassa da manjuba sofreu redução acima de 15% e o rendimento, na safra 98/99 chegou a cair 39%. De acordo com o mesmo, a produtividade dessa espécie apenas aumentará caso haja uma redução de 70% no esforço de pesca, o que não passa de um sonho. Esses valores apenas reforçam a idéia de que há exploração excessiva do recurso. Um fator que, segundo o mesmo, contribuiria para aumentar a sobrepesca é o emprego da rede corrico, a qual pode ser utilizada individualmente, ao contrário do que ocorre com a manjubeira, que precisa ser manejada por quatro pescadores. E muitas pessoas, mesmo com pouca habilidade, adquirem o corrico e recorrem à pesca da manjuba pela necessidade de sobrevivência. Deste modo, aumenta-se

o esforço pesqueiro e compromete-se a reprodução da espécie.²⁶ O pescador, na maioria das vezes, não é o proprietário da manjubeira por ser uma rede cara e, desta maneira, é quase sempre explorado pelo dono das redes (Industriais e patrões). Em consequência, havia uma reivindicação dos pescadores pela liberação do petrecho “corrico”, que é mais barato, produzindo, assim, um grave problema, que levaria a uma possível super-exploração da manjuba, como será analisado no capítulo 4.

3.4.: Os atores

Diante do quadro assinalado de completa dependência do pescador, aos donos dos petrechos de pesca, observei sete tipos de atores sociais atuando no processo produtivo:

O pescador que não possui os instrumentos de trabalho, porém pesca regularmente; O pescador que não possui os instrumentos de trabalho, e que não pesca regularmente. São os pescadores sazonais, conforme define Diegues (1975), que deixam por algum tempo suas outras atividades, como as agrícolas, as urbanas, ou mesmo sua condição de sub-emprego, para se dedicarem à pesca da manjuba; O pescador que possui os seus instrumentos de trabalho e pesca, juntamente com os outros companheiros e familiares; O dono de indústria de salga, aquele que detém a posse de grande parte dos instrumentos de trabalho e que os entrega aos “mestres de rede”; O intermediário e o comerciante que possuem os instrumentos de trabalho e, como os donos de salga, fornecem-nos aos “mestres de rede”; Os patrões, que possuem os instrumentos de trabalho, contratam mão-de-obra sazonal, especificamente para trabalhar na pesca da manjuba, porém não têm vínculos com os donos das indústrias, já que enviam o produto “*in natura*” diretamente para o CEAGESP²⁷, ou para a venda no mercado local, através das peixarias; Alguns deles também são donos dessas peixarias, mas a preferência unânime é a venda direta no CEAGESP e por fim o dono do caminhão que só efetua o transporte (frete) do pescado.

²⁶ in www.comciencia.br/reportagens/modelagem/mod04.htm, em 06/03/2003

²⁷ Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo.

O pescador que é proprietário dos meios de produção tem direito a duas partes do produto final, sendo o restante partilhado entre os “camaradas”. Ocorre que esta partilha, hoje em dia, é efetuada em espécie, ou seja, o produto final é vendido, e o dinheiro resultante da venda é partilhado igualmente entre os camaradas. Quando todos os tripulantes forem donos do meio de produção²⁸ ocorre uma espécie de sociedade entre eles, e o lucro obtido com a venda do pescado é partilhado igualmente entre os mesmos. Hoje quase não existe mais a partilha do peixe. O que acontece é que o mestre da rede paga aos camaradas pela produção, estipulando o preço do pescado de acordo com o preço pago pelas peixarias baseado em cotações alcançadas nos leilões realizados no CEAGES, na Capital.

Outro fato a destacar é o papel do mestre de rede no processo produtivo: ele é o homem de confiança do dono dos petrechos. Portanto, a ele são entregues os materiais, desde a canoa, o motor e a rede. A ele cabe o recrutamento dos camaradas, que são em número de dois (o mestre, mais um ajudante, ou “camarada”), no caso da pesca com o corrico, e em número de, no mínimo, quatro, no caso da pesca com a “rede grande”, a manjubeira. Mas ele não recebe a mais que os demais camaradas. Se, no final do dia, pescaram-se oitenta quilos de manjuba, o valor obtido com a venda desta quantidade será dividido igualmente entre os tripulantes.

A vantagem de ser mestre de rede, reside no fato de que o material de pesca continua com ele mesmo na entressafra. Deste modo, durante a entressafra da manjuba, ele pode se dedicar a outros tipos de pesca, especialmente à pesca da tainha, nos meses frios (de abril a agosto). Se o mestre conseguir pescar durante a entressafra, a preferência será entregar a produção ao dono do petrecho, o qual estipulará o preço pago pelo pescado, de acordo com as cotações obtidas nos leilões do CEAGESP. Além disso, ele decide quem entra e quem sai na tripulação. Ele vai observar se o pescador “é bom”, ou é “mão cansada”, e, a permanência de um pescador no barco dependerá de seu desempenho durante a safra. Ele também é o intermediário entre o camarada e o patrão, ele faz as intermediações para a obtenção dos vales, etc...

A fala do Seu Wilson, da peixaria, ilustra bem o papel do mestre de rede:

²⁸ Há ocorrência de pescadores que comprem em sociedade os petrechos de pesca (canoa, rede e motor), através da tradicional “vaquinha”, ou seja, eles dividem o valor dos petrechos como única forma de acesso à tais petrechos.

“Eles ficam de uma maneira o seguinte: eles tenham também o material, quer dizer, o motor a canoa fica com eles. E eles tenham a redinha deles de pescar tainha. A maioria tem. E nós compramos, pagamos tudo, na hora, às vezes na hora, às vezes na semana, mas... a tainha já é pago na hora. Eles vão ali e já recebem.” (Seu Wilson, da peixaria, junho de 2005)

Com relação ao fato de o mestre de rede não ganhar mais que os demais camaradas, a fala do Sr. Agostinho de Carvalho ilustra bem a situação:

“O mestre de rede é o que toma conta do material, só por isso, mas ele não ganha mais do que os outros. ganha igual, o mestre de rede ganha igual. Ele é que cuida do material...do material de nós ...esse que é o mestre de rede que não deixa estragar o material não dele o material conserta uma canoa pinta uma canoa. Então ele que cuida, ele que toma conta do material por isso que chama mestre de rede”. (Seu Agostinho de Carvalho “Capivara”, Fevereiro de 2004)

Além disso, segundo Giulietti, as relações de produção na captura da manjuba se realizam: entre a indústria de salga e o pescador; entre o intermediário ou comerciante e o pescador; entre o pescador proprietário de barco e os outros pescadores.

Segundo Diegues (1995), seria oportuno afirmar que uma das características fundamentais das formas pré-capitalistas de produção é sua articulação com outras formas que lhe são dominantes. É importante reter que a pequena produção mercantil (no caso, a produção dos pescadores artesanais, como será assinalado adiante) é uma forma subordinada, articulada a outras formas de produção. Essa articulação não é uma simples justaposição de formas diferentes de produção. Cada uma delas tem leis próprias de reprodução de seus fatores e de suas relações de produção.

A sobrevivência da pequena pesca, segundo o mesmo autor, parece não depender somente de sua articulação com as formas capitalistas de produção e circulação de mercadorias, mas também da intensidade da especulação do mercado imobiliário e urbano com o avanço da especulação sobre as praias usadas para embarque e desembarque do pescado e da degradação ambiental. Se em alguns casos o aumento da atividade turística pode reforçar a estrutura da pequena produção, através do aumento da demanda, em outro pode exercer uma influência totalmente desestruturante. A sobrevivência ou não da pequena produção pesqueira parece depender também de outras alternativas da utilização da força de trabalho, da própria intensidade da perda da praia pelos pescadores, colocando-os indiretamente à disposição do capital nas cidades.

Em Iguape, podemos dizer que, de um lado, a especulação imobiliária sobre as praias (particularmente sobre a praia da Barra do Ribeira e Juréia) veio a reforçar a estrutura da pequena produção em virtude do aumento da demanda por parte dos turistas. Isso especialmente durante a chamada “temporada” , nos meses do verão brasileiro. Tal especulação processou-se de modo não tão devastador como ocorreu em Ilha Comprida, por exemplo, onde a criação de grandes loteamentos acabou por expulsar a população caiçara para áreas cada vez mais distantes. Particularmente nas proximidades da praia da Barra do Ribeira, essa especulação processou-se de forma mais acentuada, o que provocou, de um lado, um aumento na demanda da manjuba e outros peixes, os quais passaram a ser servidos nos quiosques e botecos à beira mar e por outro, a perda da propriedade da terra por parte dos moradores, que aos poucos iam vendendo suas propriedades aos turistas. Muitos deles acabavam por se tornar caseiros e vendedores ambulantes, durante o verão. Ocorre que, nesta região (Barra do Ribeira), os espaços de embarque e desembarque do pescado não perderam tanto lugar, em virtude da legislação ambiental, que transformou locais como a Praia da Juréia e Praia do Leste, em Áreas de Proteção Ambiental, restringindo, assim, o avanço da especulação imobiliária.

Além disso, após 1978, quando foi inaugurada a barragem no Valo Grande, para que a demanda pudesse ser satisfeita, a pesca da manjuba assumiu caráter ainda mais predatório do que já era. Isso porque, dada a diminuição nos pontos de pesca ocasionada pelo aumento no teor de salinidade do Mar Pequeno, o esforço pesqueiro nos pontos que restaram (que conservaram índices de salinidades compatíveis à vida da manjuba) se tornou maior, levando a uma verdadeira desestruturação na atividade, como se verá..

3.5: A organização social do trabalho na pesca da manjuba

Mais do que qualquer outra atividade produtiva, a pesca se realiza dentro de processos de trabalho profundamente influenciados pelo tipo de recursos a serem explorados. Nesse sentido Diegues afirma que “ao contrário da indústria, onde a matéria-prima é relativamente homogênea, permitindo a produção em massa, a pesca exige ajustes contínuos a condições naturais em contínua mudança.” (Diegues, 1983:87)

A imprevisibilidade da pesca torna a atividade muito particular. Aliado a esse fato, os detentores das artimanhas da pesca, como o conhecimento da melhor lua, melhor maré, pontos de pesca, faz com que o seu detentor tenha uma posição de destaque no grupo. Esse fato, possivelmente lhe trará condições de ocupar, por exemplo, o “cargo” de mestre, que é o responsável pelos petrechos de pesca que são de propriedade do Industrial ou Patrão, e é o responsável pelo recrutamento dos “camaradas”. Ele, no caso da pesca da manjuba, recebe a mesma parte devida aos “camaradas”. A vantagem é que ele sempre fará parte da tripulação, a ele caberá a decisão quanto à entrada de um novo camarada ou a saída daquele que “não mostrou serviço” e, durante a entressafra da manjuba, ele fica com os petrechos, podendo exercer a pesca de outras espécies, como é o caso da tainha, durante os meses frios.

A existência de formas de pagamento, como o pagamento em quinhões (hoje em dia, pouco usada em Iguape), ou o pagamento em partes, ou ainda o pagamento por produtividade (de acordo com a quantidade de pescado capturada) dá a pesca da manjuba um caráter muito peculiar, que diferencia esta pesca de outros tipos de pesca, como a do camarão em Cananéia, em cujas formas de pagamentos podemos encontrar o salário.

O pagamento em quinhões era realizado da seguinte maneira: do produto final capturado, metade cabia ao dono dos petrechos de pesca, e a outra metade era dividida entre os tripulantes da embarcação. Em alguns casos, o mestre poderia receber uma parte maior, por ser ele o responsável pelo material e pelo recrutamento dos camaradas. Mas, em Iguape, isso não era regra. As partes, ou quinhões, de cada pescador, eram negociadas livremente, cabendo ao pescador decidir se venderia a sua parte aos donos dos petrechos ou não. Hoje em dia, essa forma de pagamento está em franco desuso, já que os pescadores têm a obrigação de repassar toda a produção ao dono do material, à quem caberá decidir o

valor por quilo de manjuba capturada. Hoje, se um pescador “desviar” a produção, não repassando o produto final ao dono dos petrechos, poderá ser despedido, encontrando sérias dificuldades de se engajar numa nova tripulação.

Apesar de serem dois pólos irredutíveis, existem, entre o homem e a natureza, processos de intercâmbio através do trabalho de transformação. Mas a natureza continua sendo sempre o substrato da atividade transformadora do homem. (Diegues, 1983:88)

É, no entanto, em atividades como a agrícola e a pesqueira, baseada sobretudo nos ciclos naturais, que as forças produtivas da natureza ganham uma importância capital.

O caso da atividade pesqueira é muito particular. Devido aos processos naturais (maior fertilidade das águas), e também à sorte, pode ocorrer que o pescador retire das águas um volume considerável de pescado sem um grande esforço. Podemos então afirmar que, nessas condições favoráveis, o tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência é menor que em outras situações. Marx lembra que essa fertilidade diferencial pode levar a uma dependência maior do homem em relação à natureza, levando-o a viver da mão para a boca. Nesse sentido ele afirma que não foram os trópicos, com sua vegetação luxuriante, mas os países temperados, os progenitores do capital.

No que se refere à atividade pesqueira, podemos dizer que no mar estão as condições naturais da produção: os recursos marinhos que nele existem antes da captura são, na verdade, recursos potenciais. Na medida em que, através do trabalho, o pescado é capturado, ele se transforma em objeto de trabalho ou meio de subsistência (objeto separado de suas condições naturais de existência). O peixe, na medida em que é processado, transforma-se em matéria-prima.

A maior ou menor importância do pescado, seja como objeto de trabalho ou meio de trabalho, é indicador de um maior ou menor grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e mesmo do tipo de forma de organização social da produção.

A produção do pescado enquanto meio de subsistência indica um estágio da produção em que o homem e seu trabalho se confundem com as condições naturais da produção. O homem tira proveito do que Marx chama de tecnologia natural, ou processo próprios da natureza para a produção da vida. Por isso, afirma Marx, nas sociedades pré-

capitalistas, o homem se utiliza da riqueza natural como meio de subsistência ou como objeto de trabalho, os passo que, nas sociedades de maior desenvolvimento das forças produtivas, a riqueza natural é considerada mais como instrumento de trabalho (quedas d'água, madeira, metal, matérias-primas em geral).

Daí se explica o fato de na pequena produção mercantil pesqueira o fator trabalho não entrar como capital. Ele se identifica como uma das condições naturais da produção. Na medida em que o processo produtivo se dirige principalmente para a produção dos meios de subsistência, para a produção dos valores de uso, o trabalho não é considerado um custo de produção ou um valor de troca. Da mesma forma, o próprio pescado não aparece como fruto do trabalho, mas como uma dádiva da natureza. As condições primitivas da produção se apresentam como pressupostos da existência natural do pescador; do mesmo modo, o seu corpo vivo que ele reproduz e desenvolve realmente aparece não como obra sua, mas como sua própria condição. (Diegues, 1983:91-92)

Por sua vez, quando o homem vive na dependência dos ciclos naturais (safra anual da manjuba, por exemplo), todo o seu tempo útil deve ser utilizado para a produção dos meios de subsistência para si e sua família, havendo pouca possibilidade de formação de um excedente. Como afirma Marx, sem um certo grau de produtividade do trabalho ou de desenvolvimento das forças produtivas não há excedente de produção, o nível de divisão do trabalho será baixo e como consequência não há diferenciação social. A esse nível técnico e de produtividade social e de solidariedade de grupo é uma condição indispensável para a sobrevivência física do grupo. (Diegues, 1983:94)

À medida que o capital técnico (equipamentos de pesca e navegação) se torna cada vez mais poderoso e o acesso à sua propriedade mais limitado, surge a possibilidade histórica de o seu proprietário se apropriar do sobretrabalho dos outros pescadores. Isso ocorre em Iguape por parte dos industriais e patrões (detentores dos meios de produção) sobre o pescador.

Nesse caso, a atividade pesqueira ingressa naquele estágio descrito por Marx em que as condições naturais passam a ser consideradas como instrumentos de trabalho, não mais como objeto de trabalho; o pescado se transforma em mercadoria, em matéria-prima para o processamento industrial. Inicia-se então o processo de separação do produto direto das condições naturais do trabalho: não somente os objetos da natureza se

transformam em mercadorias como também a força de trabalho se destaca de sua situação primitiva de condição natural de produção para se tornar, ela mesma, objeto de compra e venda. Surge então o trabalho excedente, o sobretrabalho, considerado como o dispêndio de energia por parte do trabalhador direto (trabalho necessário) apropriado pelos detentores dos meios de produção. (Diegues, 1983:96)

Tal fato pode ser observado em Iguape, na relação entre manjubeiros e industriais/patrões detentores dos meios de produção. Com a chegada de novas tecnologias de pesca, como os motores, os barcos de fibras, as redes de nylon, não foram todos os pescadores que puderam adquiri-los, já que eram materiais caros, obtidos mediante financiamentos junto a bancos. Somente aqueles que tinham algum capital “guardado”, fruto de um excedente, é que conseguiram ter acesso a tais tecnologias. Assim estas pessoas passaram a se destacar, já que, com tais petrechos, pescava-se mais num tempo menor. A partir deste ponto, os detentores destas tecnologias passaram a recrutar pescadores, que só tinham sua força de trabalho para oferecer, e passaram a se apropriar do sobretrabalho deles, dando origem a essa condição de dependência do pescador, desprovido dos meios de produção.

Em suma, a produção capitalista não somente se baseia na produção desenfreada da força de trabalho, como também na exploração destrutiva das forças produtivas da natureza, rompendo, freqüentemente, os complexos processos pelos quais essa indústria natural produz e reproduz a própria vida.

O aparecimento de formas capitalistas de produção na pesca significou não somente a separação do trabalhador direto dos instrumentos de trabalho e seu conseqüente assalariamento, mas também a expropriação progressiva do *savoir-faire* profissional desse conhecer complexo, apanágio de todo pescador experiente. (Diegues, 1983:97)

Ocorre que, no caso de Iguape, a introdução de certas inovações tecnológicas na pesca da manjuba, como as câmaras frias, os motores de popa, as redes de nylon, a substituição das canoas (tipo pau furado, feitas de madeiras tiradas da Mata Atlântica) por barcos de fibra, a comercialização com intermediários no entreposto do CEAGESP, a substituição da secagem do peixe ao sol²⁹ por estufas e prensas, não

²⁹ A secagem do peixe ao Sol pode ser observada, em Iguape, em locais como os bairros do Jairê e Costeira da Barra, onde funcionam pequenas “fábricas” na ilegalidade, as quais utilizam mão-de-obra familiar.

significou a expropriação progressiva do saber-fazer do pescador. Tais inovações vieram apenas a aumentar o esforço pesqueiro sobre a manjuba. Com tais inovações, a venda do produto é mais fácil, porque há meios para sua conservação. Logo, pesca-se mais, porque se vende mais. Ora, para se pescar mais, é preciso se ter conhecimento da “arte” que é pescar: tem de se conhecer a melhor lua, a hora certa de jogar a rede na água, o vento, os locais onde se encontram os cardumes. Então, o saber-fazer tradicional, passado de geração em geração, acaba por ser reforçado. É justamente através desses saberes que se atinge um grau determinado de produtividade. O bom pescador é aquele que conhece melhor a arte...

À medida que o peixe se transforma numa mercadoria, a percepção dos recursos se modifica. Instala-se o comportamento de rapina; os recursos são vistos como limitados, e o sucesso da pescaria depende da pressa com que se processa a captura. Impossibilitados de proteger suas áreas tradicionais de pesca, os pescadores locais lançar-se-ão também na pesca predatória. Há forte tendência ao rompimento da solidariedade grupal. No caso de Iguape, observa-se que, a permanência dessa solidariedade vai depender dos pescadores jovens, de sua relação com os pescadores mais velhos (e mais experientes) e da perpetuação do saber-fazer.

Com relação ao uso do espaço, mesmo hoje, observamos que há grande concentração de pescadores na Barra do Ribeira (pontos 3 e 4). Quando há períodos de estiagens, a água, no Mar Pequeno (ponto 2), torna-se mais salgada. Para se pescar a manjuba, há a necessidade do deslocamento para uma região de água mais doce. Essa condição só é tida, nos períodos de estiagens, nos pontos 1, 3 e 4. Logo, uma grande quantidade de pescadores vão buscar esses pontos.

Há uma interessante forma de se dividir o espaço pesqueiro, através de um sistema de regulação vez, chamado Fiada. Quem chega primeiro, joga a sua rede primeiro. Há um respeito pela ordem de chegada das “equipes”. É um direito constituído pelo grupo, e passado de geração em geração, a fim de se evitar a exploração individualizada de um bem em comum limitado, como é a manjuba.

Nesse sentido Lê Preste (2000) questiona o pressuposto de que a busca individual da felicidade privada e da riqueza pessoal conduziria, graças à “mão invisível” do mercado, à felicidade ou à riqueza comum, tendo como base a parábola “A tragédia dos bens comunais”, desenvolvida inicialmente em 1968, pelo microbiologista Garret Hardin.

Segundo Lê Preste, a parábola coloca o problema da conciliação do interesse individual com o interesse coletivo quando os recursos são limitados. Ele defende que, quando há a intensificação da exploração dos recursos em comum (esgotáveis), torna-se necessário limitar o comportamento dos agentes, de modo a impedir que tais recursos sejam explorados de maneira predatória. Isso porque a busca do interesse privado por alguns pode prejudicar os interesses dos outros atores, se limitar a capacidade destes últimos de gozar do bem em comum. Caberia à política determinar as melhores estratégias de uso sustentável dos recursos comuns.

Mas Iguape demonstra que não só a política pode regular esse comportamento exploratório. O direito consuetudinário, o respeito, também podem fazê-lo. E a fiada é um exemplo disso: de que se pode regular (ou ao menos tentar controlar) uma atividade tão predatória, como é a pesca da manjuba. Ela existe como forma de controlar as contradições internas da pesca

A fiada, então, é a fila que se forma no local de pesca. É uma fila indiana de embarcações, de modo que todos respeitam a ordem de chegada das equipes.

Ocorre que a Fiada só ocorre nos pontos 1, 3 e 4. No ponto 2 (Mar Pequeno), não observamos a fiada. Também numa determinada praia da Barra do Ribeira (Ponto 4), denominada Tambor, não ocorre a fiada, e sim a chamada “Loucurada”, onde cada um joga a rede à bel prazer, sem uma regulação. Nestes locais, observamos majoritariamente a presença de pescadores jovens, que não “conseguem esperar para proceder à jogada da rede”.

A fiada é o ápice onde se torna clara a dialética Homem X Natureza. Toda a atenção é voltada à observação da reponta de maré, do canto da saracura, da hora certa de dar o lanço...

A reponta de maré, segundo a sabedoria dos pescadores, é o momento que “a maré dá uma fracassada”. A maré vaza (maré baixa), até o momento em que ela apresenta uma calmaria, quando, então, ela começa a efetuar o movimento inverso (maré cheia, ou maré enchente). Esse momento de calmaria, entre a maré vazante e a maré enchente, é conhecido por reponta de maré. É o melhor momento de se jogar a rede na água, porque a manjuba aproveita o movimento de maré enchente, quando as águas avançam com força em direção ao rio Ribeira (via Barra do Ribeira) ou ao Mar

Pequeno (via barra de Icapara), para alcançar o rio e desovar. Ela só entrará no Mar Pequeno, se este apresentar uma condição de salinidade muito baixo: “quando tiver mais água doce do que salgada”. A saracura é um pássaro que, quando canta, indica o momento de reponta de maré.

O vento Leste, por sua vez, seria o melhor para a pesca. O vento Sul, e o Noroeste não trariam boas condições, porque o vento Sul torna a água muito fria, e o Noroeste, muito quente. “*A manjuba precisa de um meio termo. É iguar nós. Se tá muito frio, ela vai procura uma água mais quentinha; se tivé muito quente, ela vai procurá uma água mais fresca. É iguar gente. Tem que tá numa condição boa, pra ela se criá*” (Ramiro Maciel, Fevereiro de 2004)

Na época das chamadas “marés de lua”, ocorrem as melhores pescarias, segundo os pescadores. São as marés das luas Cheia e Nova. Só que, no dia da lua, “*a maré fica muito forte, a correnteza é grande, e tem que tê muita força pra puxar a rede*” (Ramiro Maciel, Fevereiro de 2004). Por isso, pesca-se melhor dois dias antes e dois dias após as “luas”, quando, então, a correnteza já não é tão forte, como nos dias de lua. As chamadas “Maré de quarto” (Marés que ocorrem nas luas quarto-crescente e quarto-minguante) não são boas, porque “*a maré não enche e não vaza*”. Logo, não apresentam os movimentos de correnteza, típicos das marés de lua.

Tais observações são comuns nos locais de fiada. Esta ordem na chegada das canoas só é quebrada, a “*fila só é furada*” em duas ocasiões: quando o pescador quer “*experimentar a água*”, ou quando não há canoas na frente da embarcação que deseja efetuar o lanço.

No chamado “*experimento*”, o pescador pode efetuar o lanço fora da vez, a fim de observar se há peixes no local de pesca. Ele, então, joga a rede na água e, se os demais pescadores observarem que ele pegou uma determinada quantidade de peixes, imediatamente gritam “*parou, parou!*”, para que a ordem não seja cortada. Ele só retirará o peixe, quando for a sua vez.

É um mecanismo de defesa, onde impera o respeito, a consciência de que é preciso saber repartir. Quem quiser pescar nestes locais, tem de respeitar a fiada. No caso do ponto 1, o acordo da fiada é feito antes da pescaria, de modo que, em algumas casos, ficou válido para toda a safra da manjuba. Em outros locais, como no ponto 3, o

acordo da fiada é feito no dia da pescaria. Já nos pontos 2, não ocorre a fiada, porque a pesca é efetuada com a rede “corrico”. No ponto 4, na praia do Tilviz e próximo à boca da barra, ocorre a fiada. No Tambor e próximo ao Ferry boat, ocorre a loucurada.

A fala do pescador Netto, ilustra bem essa situação:

“É.. nome de uma praia que tem na Barra do Ribeira que a gente pesca lá’. Pro lado de Iguape, pro lado do Tambor, que a gente chama, que tem um tambor grande na praia, lá não tem fiada, lá já é mais na loucura mesmo... quem pode mais, pega mais, quem não pode nada nem ...pro filho dele. Só o pescador bom pra ganhar algum negócio de matar o peixe ali, que é muita loucurada. Agora, no Tilviz já é mais tranqüilo, tem fiada... fica pra outro dia... a turma respeita a fiada. É uma praia de frente pra outra. O Tilviz fica de frente pro Tambor. Aí você escolhe: ou vai pra fiada ou vai pra loucura.(...)”

É.. eu acho que é a loucura que é melhor. Que na fiada você pode vê os outros matar peixe e não pode fazer nada né. Não é a sua vez de jogar, vai um cara e joga tira uns... quinhentos quilo, trezentos quilo de... quanto que seja lá e... você não pode fazer nada. Não pode jogar, tem de esperar outro... até chegar a sua vez e aí... acaba a maré, a maré foi embora e você não mata nada. Agora na loucura se uma pessoa dá um lanço na frente tirou trezentos quilo, você pode jogar, deu pé, você acha um lugarzinho, joga a rede e tira também(...). Lá é pescador, sossegado, mais calmo, rapaziada sem novidade né. Agora, quando é rapaziada nova vão pra loucurada né...

Mas, se você entrar na fiada você tem que respeitar...É, então tem que respeitar né, então... mas não é muito vantajoso, esse ano nós trabalhamos na fiada lá, uns dois vezes, pra não fazer muita locagem nós saímos de lá, e fomos pra loucurada”.

(Orlando Maciel Netto, 24 anos)

Os pescadores mais velhos, por sua vez, vêm com irritação essa “falta de respeito”. Se o pescador entrar na fiada, há que se respeitar:

“Ah... lógico!Respeitava... tinha que respeitar, né! Aonde você, até hoje não se respeita é na boca da Barra. Lá tem a fiada, só que você tá soltando a rede, daqui a pouco já tem outro soltando a rede por dentro da sua... da rede grande, né, e ali a mãe, a filha da p..., a mãe, come sorte! Pode ser compadre, pode ser quem fô. Eu falo isso porque, eu fui tocar um carnaval uma vez na Barra, na Barra do Ribeira, e... de dia nós ia pesca né... você tava sortando a rede lá, já tava outro aqui, era um tar de xingar...”

R- Não respeitava?

Não... os cara lá não respeita! Principalmente na hora que tá no auge do peixe, e aquele um que não tem pegado nada ainda ah... tão na bagunça lá... E o corrico também: a gente acabava de jogar um corrico, quando você via... já tinha outro já. É igual jogo de bola, né, (Atanil de Souza Ferreira, 54 anos)

3.6: O Pescador artesanal e seu modo de vida

O pescador artesanal, segundo Diegues (1983:216) não é um camponês, apesar de ambos fazerem parte da pequena produção mercantil. O primeiro vive exclusivamente da pesca e é dessa atividade que ele deve retirar não somente os seus meios de subsistência, mas o excedente que, transformando-se em dinheiro, irá pagar os seus compromissos com o comerciante-financiador onde adquiriu o seu motor ou sua rede. No entanto, o próprio caráter de pequena produção não lhe permite uma acumulação constante, na medida em que vive ainda ao sabor dos ciclos naturais. A possibilidade de se reproduzir como produtor independente reside na abundância relativa do pescado, nas áreas costeiras, que pode alcançar com sua embarcação. A dependência cada vez maior do mercado pode induzi-lo a explorar estes recursos acima de sua capacidade de reprodução natural. A predação desordenada desses recursos poderá significar também seu fim como produtor independente e sua proletarização em algum barco de pesca industrial ou sua marginalização como subempregado nas áreas urbanas.

Na produção artesanal, segundo o mesmo autor, na medida em que os pescadores moram em áreas urbanas ou suburbanas, como o bairro do Rocio, a única fonte de rendimento é a pesca, cujo resultado deve garantir ao menos a reprodução dos instrumentos de trabalho, além das necessidades da reprodução física do trabalhador e sua família. Há, porém, a reposição contínua dos meios de produção que são consumidos diariamente e que na pesca motorizada representam um grande consumo de capital. São combustível, o óleo lubrificante, o gelo, etc. (Diegues, 1983:219), os quais são retirados na forma de “vales” com os donos dos petrechos, e são descontados todo sábado, quando ocorre o “acerto de contas”.

O pescador artesanal que começa a aparecer em Iguape, entre 1910 e 1926, tem origem rural, e por este motivo, apresenta várias características que o aproximam do camponês. Tal pescador, de acordo com Mourão (1971, 2003), que não encontrou na pesca atividade que garantisse um excedente, mas antes, um modo de subsistência, em sua

maioria, no período anterior, caracterizado pela crise agrícola, não encontrava na lavoura gratificação para seu esforço, pelo menos em níveis que o incentivassem a nela permanecer. A atividade pesqueira apresentava-se, então, como atividade de mera subsistência que lhes garantia o dia-a-dia.

A pesca, como atividade profissional na região, demorou a se firmar. Durante muitos anos, até aproximadamente o final da década de 30 do século passado, ela era exercida como atividade complementar da agricultura. Por este motivo, muitos costumes e terminologias empregadas na agricultura, como a observação da melhor lua, o uso dos termos “safra e entressafra”, etc, foram herdados pelos pescadores. Com a crise na agricultura e a influência do capitalismo urbano, assistimos à passagem de contingentes humanos para a faina pesqueira que passou a ser atividade principal, mas sem determinar, num primeiro momento, a formação de um estrato social profissional. Paulatinamente fomos assistindo, em algumas áreas, à profissionalização da atividade pesqueira, de uma parte considerável dos pescadores, frutos das mudanças econômicas registradas que levam a uma acentuação nas formas de divisão do trabalho. Tal fato, observado em Iguape, foi reforçado com a criação da Colônia de Pescadores em 1950.

Com a profissionalização dos pescadores, outros elementos antes utilizados na agricultura foram sendo utilizados na pesca. Por exemplo, o emprego da força-de-trabalho familiar, que colocam o pescador numa posição muito parecida com o camponês. Os fortes laços de parentesco, compadrio, vizinhança, que são visíveis na pesca. São fatores determinantes para a entrada de um novo pescador numa tripulação. O campesinato pode ser visto enquanto um grupo social distinto que se insere de forma contraditória na sociedade moderna capitalista, constituindo um modo de vida e sua conseqüente espacialização com base em elementos predominantemente tradicionais. Isso também se observa com os pescadores artesanais em Iguape. Ocorre que o pescador, na maioria das vezes, não possui a propriedade da terra, e só por este motivo não pode ser considerado camponês.

O conceito de campesinidade, entendido como ética camponesa, constitutiva de uma ordem moral, isto é, de uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas também se observa com os sistemas de relações que envolvem os pescadores da manjuba em Iguape, os quais têm as suas leis próprias, o seu direito consuetudinário. Por exemplo, para um pescador ingressar num barco, ele só entra se for indicado por um

pescador mais antigo, ou se ele for parente, compadre ou “conhecido” de um dos pescadores que compõe a tripulação. A fala do Seu Wilson, dono de peixaria e de petrechos de pesca, ilustra esta afirmação:

“Pro cara pescar pra nós, a maioria nós já conhecemo, porque eu trabalho aqui desde...mexendo com peixe... desde 74 pra 75, que eu comecei. Quer dizer, a maioria eu conheço. Se não ele não entra.

Não, não tem veis. Vem um de lá que nós não conhecemo dizemo: não tem materiar, não tem canoa, não tem motor. Então aquele que é conhecido, que já pescou com alguém às veis, não se dá bem com o patrão, vem pescá com nós, isso acontece, e... a gente já sabe, já providencia. Se tiver, se for um pescador bom, que a gente conheça ele, chega aqui compra um motorzinho pra ele, compra a rede, compra a canoa”.(Seu Wilson da Peixaria, Junho de 2005)

Assim como se pode entender o camponês através da noção de modo de produção, ainda que a aplicação deste conceito envolva dificuldades teóricas, pode-se também entendê-lo como produzido-reproduzido pela lógica do capitalismo ao qual se subordina. Do mesmo modo, o pescador artesanal da manjuba, embora preserve suas tradições, suas crendices, suas devoções aos santos (no caso dos católicos) e a Jesus (no caso dos protestantes), é produzido-reproduzido por esta mesma lógica.

O camponês não vê a terra apenas como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e repensado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. Possui valores sociais, trabalho enquanto um valor ético. Assim também podemos dizer em relação ao mar ou rio para o pescador. Estes não são apenas o local de onde eles tiram o sustento da família, mas são a dádiva do Bom Jesus em suas vidas; daí a necessidade de tratar o ambiente lagunar ou o mar ou o rio com respeito. Se o mercado domina o campesinato, ele não o organiza. Assim também podemos falar em relação à pesca da manjuba em Iguape: o mercado, obviamente, domina a pesca artesanal, uma vez que o destino principal do pescado é o CEAGESP, é a venda. Porém, ele não organiza o modo como a atividade se

estrutura. Por isso é que comumente o pagamento dos pescadores não se dá sob a forma de salário. Por isso é que as relações entre os pescadores são permeadas pelo direito consuetudinário, como a fiada. Cito este exemplo, porque a fiada é um sistema de regulação de vez, que vem a organizar o uso deste tão competitivo espaço pesqueiro, através de uma “lei” verbal, ditada em conjunto pelos pescadores, que deve ser respeitada por todos aqueles que fazem uso deste espaço. Não há nada registrado em cartório, por exemplo, que obrigue um pescador a cumprir esta norma. Mas, passada de geração em geração, tal norma vem sendo respeitada. Os pescadores que não respeitam este direito, aventuram-se em outros espaços, como em alguns locais do bairro do Barra do Ribeira, onde estabelecem novas “regras”, como a “loucurada”, a qual será analisada adiante.

Na pesca da manjuba, observamos a importância da família enquanto o grupo responsável pela manutenção do saber-fazer artesanal e a importância da família enquanto local de reprodução da força-de-trabalho. Nem todos os pescadores da região estuarina podem ser classificados como artesanais. Por exemplo, em Cananéia, as inovações tecnológicas trazidas pelos catarinenses, veio a mudar o modo como os pescadores do camarão se organizavam. Na medida em que os limites da pesca se ampliaram, com a introdução das traineiras, dos motores de centro, e de novas técnicas de captura, alguns pescadores, que passaram a ter o controle destas inovações, passaram a explorar a força-de-trabalho daqueles que não tinham os instrumentos. Com isso, os pescadores passaram a ser remunerados com salário, e muitos deles passaram a se dedicar à pesca de alto-mar, completamente capitalizada.

O apego à tradição pode ser o meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói (ou destrói) as possibilidades do futuro. A tradição, muitas vezes, impede que inovações tecnológicas sejam assimiladas, podendo determinar uma condição maior de empobrecimento por parte daqueles que resistem à chegada das inovações, colocando-os à mercê do mercado. No caso da pesca da manjuba, observamos que os pescadores não são resistentes quanto à entrada de inovações tecnológicas, como os motores, que substituíram os remos, os barcos de fibra, que vem paulatinamente substituindo as canoas “pau furado”, feitas com madeiras da Mata Atlântica. Com a transformação de determinados locais, como a Juréia, em Unidades de Conservação, a

retirada de madeiras foi proibida, e assim, os pescadores foram, aos poucos, deixando de fabricar canoas, sujeitando-se cada vez mais ao patrões/industriais, os quais podem comprar os barcos de fibra. Logicamente, alguns deles gostariam de continuar fazendo canoas, com vistas a ter mais independência frente aos donos do petrechos. Mas, a situação agora, é outra. Não tem saída: ou se trabalha para aqueles que detém os meios de produção, sujeitando-se à chegada de inovações, ou fica sem emprego...

A discussão ganha corpo quando tratamos o pescador como um grupo socialmente distinto, com suas práticas tradicionais e saber próprios, tratados por alguns autores como Diegues (1973) como não completamente capitalizados. Mesmo utilizando práticas pré-capitalistas, como o pagamento dos “tripulantes” das canoas através do sistema de quinhões, ou pagamento “por produtividade” o destino final do pescado é o CEAGESP e a mesa dos grandes centros urbanos. Neste sentido, muito se aproximam dos camponeses. Porém, fato decisivo e que os distinguem por completo dos camponeses, é que, o que se observa hoje, é a não-propriedade da terra por parte do pescador. No caso de Iguape, o pescador já não cultiva mais a terra, porque perdeu sua propriedade com o avanço cada vez maior do turismo e da indústria dos loteamentos, e porque passou a se dedicar, na entressafra da manjuba, a outros tipos de pesca, como o robalo e a tainha, ou a auxiliar os turistas, como vendedores ambulantes ou caseiros, ou como piloteiros, que são aqueles pescadores que auxiliam os turistas, guiando as embarcações até pontos de pesca que tenham ocorrência de peixes de maior porte. Estes, são pagos por dia, e o resultado da pescaria fica sempre com o turista.

De qualquer modo, ainda preservam seus saberes tradicionais, como a observação da melhor lua para a pesca, da maré, do canto dos pássaros e da direção do vento. Muitos pescadores trabalham com a família, e o compadrio ainda é fator muito presente na entrada de um novo pescador na tripulação.

Outro fato a discutir é que o pescador artesanal de Iguape pode ser considerado caíçara. Diegues *et* Arruda (2001) entendem por caíçara aquelas comunidades formadas pela mescla étnico-cultural de indígenas, de colonizadores portugueses e, em menor grau, de escravos africanos. Os caíçaras têm uma forma de vida baseadas em atividades agrícolas, da pequena pesca, do extrativismo vegetal (como a caxeta e o palmito) e do artesanato. Este tipo de cultura se desenvolveu principalmente nas áreas costeiras dos

atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina. Tais comunidades teriam se formado nos interstícios dos grandes ciclos econômicos do período colonial, fortalecendo-se quando estas atividades voltadas para a exportação entraram em declínio. Sua decadência, particularmente no setor agrícola, deu incentivo às atividades pesqueiras, sobretudo nos ambientes de água salobra (como é o caso do estuário lagunar de Iguape). No interior dos espaços caiçaras surgiram cidades como Parati, Santos, Iguape, Ilha Bela, Ubatuba, etc. As comunidades caiçaras sempre mantiveram com essas cidades, em maior ou menor intensidade, contatos e intercâmbios econômicos e sociais, delas dependendo também para o aprovisionamento de bens não produzidos nos sítios e nas praias. Estes contatos se conservaram por via terrestre (caminhos), fluvial e marítima, sobressaindo, até as primeiras décadas do século passado, as canoas, nas quais eram transportados produtos agrícolas, peixe seco, entre outros.

A maioria destes centros, segundo os mesmos autores, e suas respectivas áreas rurais, entrou em decadência no final do século XIX, principalmente com a abolição da escravatura, o que causou o declínio de determinadas atividades agrícolas de exportação, como o arroz. As comunidades caiçaras mantiveram sua forma tradicional de vida até a década de 1950, quando as primeiras estradas de rodagem interligaram as áreas litorâneas com o planalto, ocasionando um fluxo migratório.

Porém, o avanço da especulação imobiliária nas décadas de 1950 e 1960, para a construção de residências de veraneio, passou a ser a principal ameaça às comunidades caiçaras. Isso porque, principalmente durante o verão, os caiçaras passaram a deixar as suas atividades tradicionais para trabalhar como ambulantes, caseiros, etc. Também o fato de grande parte do seu território ter se transformado em área de proteção, resultou em graves limitações às atividades tradicionais de agricultura itinerante, caça, pesca, coleta de palmito (extrativismo), etc.. Muitos dos caiçaras, expulsos das áreas naturais protegidas, passaram a residir nas periferias das cidades, em verdadeiras favelas, como é o bairro do Rocio, em Iguape.

Deste modo, muitos caiçaras, expulsos de seus antigos territórios, onde faziam mutirão, dançavam fandango, encontraram na pesca o único modo de conservar um pouco da cultura caiçara. Por isso é comum observarmos nas falas dos pescadores de Iguape, termos comuns utilizados pelos caiçaras, como “consertar o peixe” (tirar-lhe as

vísceras), “rebojo” (marolas formadas pelo vento sul, próximo à boca da barra), etc. Embora tenha perdido a posse da terra, não colete mais palmito ou exerça a caça, a duras penas tenta conservar um pouco da cultura caiçara, seja através do seu linguajar ou de seus hábitos alimentares.

Quando o caiçara é expulso das praias, indo habitar em bairros menos valorizados do ponto de vista imobiliário, como o bairro do Rocio, terminologicamente passa a ser simplesmente “pescador artesanal”, como bem explanam Diegues *et* Arruda (2001). Porém todo o seu saber é constituído, alicerçado pela cultura caiçara.

3.7: As inovações tecnológicas nas mãos de poucos: Os padrões e os industriais, reforçando a dependência.

Na medida em que os petrechos de pesca representam um investimento maior de capital e a produção do excedente é mais estável, é difícil dizer se a parte ou quinhão que cabe a cada pescador representa um salário ou formas não-capitalistas de remuneração da força de trabalho. A pesca da manjuba em Iguape é um caso típico desta situação, já que os pescadores recebem de acordo com a quantidade de pescado capturado. Quando a pesca da manjuba se inicia³⁰, provavelmente no ano de 1926, as redes de algodão, tingidas com jacatirão, pertenciam aos pescadores de Iguape e Icapara. A produção era vendida às salgas dos industriais que vendiam a manjuba salgada e seca para São Paulo, no Paraná e mesmo no Nordeste. O processamento da manjuba era feito (e ainda é) em estufas, em pequenas indústrias que utilizam principalmente uma força de trabalho sazonal (freqüentemente mulheres).

De acordo com Diegues (1983:209), a partir da segunda Grande Guerra, as redes de cerco feitas de algodão foram substituídas por grandes redes de nylon, e as canoas a remo, por canoas motorizadas. Dado o alto custo desses equipamentos, somente as indústrias, num primeiro momento, podiam comprá-lo. O industrial passou então a alugar a rede e a canoa motorizada a uma equipe de pescadores, chefiada pelo mestre de rede. Estes usam os equipamentos durante a safra, e ficam como “fiéis depositários” destes materiais durante a entressafra, comprometendo-se a apresentar o material sempre em bom estado de

³⁰ Diegues, 1983:209

conservação. A produção é vendida compulsoriamente ao dono da indústria, ou ao dono dos petrechos de pesca (o patrão, como é conhecido) a um preço muito menor do que é cotado nos leilões do CEAGESP, após o desconto dos custos da produção (combustível, desgaste do equipamento, etc) considerado como preço pelo aluguel dos equipamentos de pesca. O líquido recebido é dividido entre os pescadores (três ou quatro) sendo que o mestre recebe a mesma parte devida aos camaradas. O controle dos industriais e patrões sobre a força-de-trabalho é enorme, pois uma grande parte dos manjubeiros tem um emprego regular somente durante a safra da manjuba, caindo no subemprego ao final desta. São totalmente dependentes dos industriais/patrões, pois grande parte deles recebe vales. Os pescadores que tentarem vender a produção para outros, que não sejam os donos dos petrechos, correm o risco de não poderem mais trabalhar na pesca da manjuba, pois não serão aceitos como pescadores em nenhuma outra indústria. O sistema de partilha usado para remunerar a força-de-trabalho no interior das unidades de produção é utilizado como argumento de que o pescador recebe segundo sua produção. Por outro lado, uma parte considerável dos custos de reprodução da força de trabalho recai sobre a família do pescadores, cujos membros, sobretudo as mulheres, trabalham como domésticas ou outra função.

Os “vales” vem a criar um vínculo muito forte entre os pescadores e os donos dos petrechos. Isso porque tais vales são adiantamentos em dinheiro efetuados sobretudo na entressafra, quando os pescadores geralmente não têm outra ocupação remunerada. Efetuado este adiantamento, o pescador se compromete a “pagá-lo” na próxima safra, devendo, assim, submeter-se à pessoa que lhe fez o empréstimo. O pescador, então, fica preso ao empregador, não podendo pescar para outra pessoa. Da mesma forma, toda a produção deve ser entregue ao dono dos petrechos. Se ocorrer algum “desvio” (se, por exemplo, o pescador tentar vender alguns quilos do pescado a turistas), o pescador é excluído definitivamente daquele grupo de pescadores, além de não ser recomendado para nenhum outro “patrão” ou “industrial”.

A fala do Seu Wilson ilustra essa situação:

“A gente toma o materiar. A gente avisa a primeira veis. Olha, nós soubemo que você vendeu manjuba da nossa embarcação assim, assim, assim. Ai ele diz,

Não mais não foi... oi, se você continuar a vender, da próxima veis, trazemo e pegamo o materiar de você, como neste ano, nós pegamo de dois” (Seu Wilson da Peixaria, Junho de 2005).

Considerando os manjubeiros como autônomos remunerados pelo sistema de produtividade, os industriais não só exploram a mais-valia absoluta, forçando os pescadores a longas horas de trabalho na água, como também remuneram somente a força-de-trabalho do pescador individual. É necessário ressaltar que os mestres e os pescadores que não apresentarem alto rendimento são preteridos na safra seguinte. Por outro lado, todo o aumento de produção recebe como resposta uma diminuição do preço pago ao pescador pelo industrial que obtém assim não somente a mais-valia do pescador como um sobrelucro comercial, vendendo com bons lucros a manjuba beneficiada.

Geralmente os pescadores são pagos por quilo de pescado capturado, o que garante uma exploração ótima da força-de-trabalho por parte do industrial/patrão, sem se preocupar com as tarefas de controle encontrado no trabalho das fábricas, onde o salário é por tempo. Explorando a mais-valia absoluta do manjubeiro, não interessa ao industrial introduzir inovações e novas técnicas no processo de capturas. Nas safras em que os cardumes de manjuba aparecem mais escassos a reprodução do capital constante é garantida pelo aluguel descontado antes mesmo do pagamento aos pescadores. É com ele que o industrial divide os riscos do empreendimento, mas jamais os lucros. (Diegues, 1983:210)

Esse fato gera um grave problema: o pescador tem de pescar cada vez mais, para poder obter uma quantia que garanta os mínimos necessários ao sustento seu e de sua família. Neste momento, o risco da sobrepesca começa a ser um risco presente:

“a destruição das forças da natureza em ecossistemas aquáticos extremamente produtivos, como os lagunares e os estuarinos, atinge primordialmente os pequenos pescadores, os quais, dados os equipamentos relativamente pouco predatórios e embarcações de pequena autonomia que empregam, tiram daí os seus meios de subsistência. Na medida em que inúmeras espécies de pescado têm nas lagunas e estuários o seu ambiente de reprodução, a sobrepesca aí exercida causa uma diminuição da produtividade global do oceano” (Diegues, 1983:83)

Aliado a este fato, “com o aproveitamento agrícola intensivo das terras próximas às lagoas, grande parte da água doce dos rios que aí desembocavam foi desviada para a irrigação, alterando-se o teor de salinidade das águas estuarinas, com efeitos negativos sobre a reprodução das diversas espécies marinhas. Em outros casos, como em Iguape, a abertura de canais ligando lagoas ao oceano também alterou a salinidade, prejudicando o equilíbrio ecológico preexistente e causando a pauperização das populações de pescadores” (Diegues, Op.cit., 83)

A deterioração crescente das condições naturais da produção no ecossistema marinho, a pauperização dos pequenos pescadores resultante da sobrepesca de recursos pesqueiros limitados, as verdadeiras catástrofes ecológicas suscitaram questões relevantes na relação entre os tipos de sociedade e os diferentes ecossistemas. A súbita tomada de consciência, a nível planetário, do caráter limitado dos recursos renováveis e não-renováveis fez com que o tema das relações entre o homem e a natureza voltasse a ser discutido sob um outro prisma.

À medida que os equipamentos de pesca artesanal se tornam mais caros, sua propriedade se restringe a um número menor de pescadores. Essa concentração progressiva dos meios de produção coloca em evidência um elemento novo: o número crescente de camaradas ou companheiros³¹. À diferença dos camaradas dos pescadores-sitiantes que possuíam uma roça, os novos camaradas que vivem em meio urbano passam a depender mais da própria pesca ou de empregos temporários, tais como de pedreiro, caseiro. Se a unidade de produção dos pescadores-sitiantes era constituída de produtores autônomos, donos de suas parcelas de terras, que lhes garantia os meios de subsistência, a composição da unidade de produção dos pescadores artesanais, sobretudo dos que vivem no meio urbano, é diferente. Como o capital técnico é maior, e a sua propriedade se encontra mais concentrada, os camaradas nem sempre podem ser considerados produtores independentes (Diegues, 1983:236)

Na produção capitalista a expropriação do sobretrabalho se faz com a separação do trabalhador dos instrumentos de trabalho e com a perda do controle do processo de trabalho. Já em formas não-capitalistas de produção, essa expropriação do

³¹ Aproximadamente 2.800 pessoas, de acordo com a Colônia de Pesca Z-7 “Veiga Miranda” de Iguape.

sobretabalho se faz sem que o trabalhador direto tenha perdido totalmente a posse ou o controle dos meios de produção.

Trata-se, então, de acordo com Diegues (1983:205), de um sistema semelhante à parceria, em que o camarada se encontra totalmente despojado dos meios de produção e tem um controle variável sobre o processo de trabalho. Esse controle sobre o processo de trabalho se traduz, por exemplo, no conhecimento acumulado das artes de pesca, mesmo que o camarada não embarque com os seus equipamentos, ele entra na canoa com uma bagagem de conhecimentos que o dono da rede respeita e considera ao tomar uma decisão sobre onde e quando lançar a rede.

Marx afirma que a pequena produção atinge sua forma mais clássica no momento em que o trabalhador é o proprietário dos meios de produção, que ele próprio controla. É o caso do camponês que detém a terra que cultiva, ou do artesão que maneja suas ferramentas como um virtuoso. É o caso, também, do pescador que possui o barco e a rede, e, que trabalha junto da tripulação. Esse modo de produção pressupõe a dispersão dos meios de produção.

Ao pescador, porém, cabe se associar à colônia de pescadores, como já foi exposto, pagando uma anuidade que no ano de 2003 era de 25 reais, e em 2004, 50 reais. Isso para se garantir um mínimo de direitos, como a aposentadoria, a licença médica e, a partir de 2004, também o seguro-defeso.

Diante do quadro assinalado de completa dependência do pescador, aos donos dos petrechos de pesca, tem-se os seguintes agentes sociais atuando no processo produtivo, conforme já exposto:

O pescador que não possui os instrumentos de trabalho, porém pesca regularmente; O pescador que não possui os instrumentos de trabalho, e que não pesca regularmente. São os pescadores sazonais, conforme define Diegues (1975), que deixam por algum tempo suas outras atividades, como as agrícolas, as urbanas, ou mesmo sua condição de sub-emprego, para se dedicarem à pesca da manjuba; O pescador que possui os seus instrumentos de trabalho e pesca, juntamente com os outros companheiros e familiares; O dono de indústria de salga, aquele que detém a posse de grande parte dos

instrumentos de trabalho e que os entrega aos “mestres de rede”; O intermediário e o comerciante que possuem os instrumentos de trabalho e, como os donos de salga, fornecem-nos aos “mestres de rede”; Os patrões, que possuem os instrumentos de trabalho, contratam mão-de-obra sazonal, especificamente para trabalhar na pesca da manjuba, porém não têm vínculos com os donos das indústrias, já que enviam o produto “*in natura*” diretamente para o CEAGESP; Alguns deles também são donos de peixarias, mas a preferência unânime é a venda direta no CEAGESP e, por fim, os donos dos caminhões que apenas fazem o frete do pescado.

Esses agentes, no entanto, podem exercer mais de uma função. Por exemplo, há um número considerável de donos de peixarias, que também são donos de petrechos de pesca e que fazem o frete para São Paulo, como é o caso do entrevistado, Seu Wilson. Levando-se em consideração que cada uma dessas peixarias, com exceção da Peixaria Martins, possuem petrechos de pesca próprios, temos uma pequena idéia da quantidade de pescadores que dependem diretamente destas pessoas. Por exemplo, na peixaria do Wilson na safra 2004/2005, foram empregados mais de trinta pescadores. Essa mesma proporção é válida para as demais peixarias abaixo citadas.

Tabela 4 - Situação das peixarias com relação à propriedade dos meios de produção		
Peixaria	Dono do Petrecho	Dono do Caminhão
Jairê	X	X
Manuel Simões Xavier (Rocio)	X	
Mar Azul (Rocio)		
Peixaria Ademir	X	X
Peixaria Alvarenga	X	
Peixaria Avelino	X	X
Peixaria do Wilson	X	
Peixaria Colaço	X	
Peixaria do Zé Carlos	X	X
Peixaria Flor do Mar		
Peixaria João Rodrigues	X	
Peixaria Martins		X
Peixaria Zé Roque	X	X

Isso justifica, por exemplo, a quantidade de pescado descarregado no CEAGESP, conforme tabela apresentada no capítulo seguinte. Grande parte da produção, que não é quantificada, vai abastecer estas peixarias, que revendem o produto a um preço até 500% acima do valor pago ao pescador.

3.8: Com a construção da barragem, uma nova situação se apresenta

Quando se fechou o canal do Valo Grande, em 1978, a manjuba, que se concentrava neste local e na própria foz do rio Ribeira de Iguape, passou a se concentrar quase que exclusivamente próximo à foz do rio, no bairro da Barra do Ribeira. Por consequência, a pesca, que se fazia de uma maneira mais “espalhada” por todo o estuário lagunar e no Rio Ribeira de Iguape, até proximidades do município de Eldorado, passou a se concentrar quase que exclusivamente na barra do rio Ribeira. Assim, um contingente

muito grande de pescadores passou a se concentrar na Barra do Ribeira, pescando, às vezes, na própria foz, local proibido por lei³².

“aquilo ali era mas o menos em 80 e pouquinhos, a época da manjuba aqui em Iguape, daí pra cá só foi diminuindo com o fechamento do Valo diminuiu a pesca. Os primeiro ano foi bom e depois foi soreando conforme foi soreando o rio a boca da barra foi baxando então o peixe foi diminuindo e ta diminuindo cada vez mais. se comparar hoje a safra da manjuba com antigamente o que o pescador pesca no ano a gente pescava numa semana”. (Seu Agostinho de Carvalho, Vila Garcez, 2004)

Esse relato demonstra que o primeiro impacto visível com o fechamento da barragem no Valo Grande foi o aumento nos processos de assoreamento da boca da barra e do trecho conhecido como Ribeira Velho (trecho compreendido entre o Valo Grande e a foz natural do Rio Ribeira). O assoreamento, segundo relatos colhidos, acaba por impedir que parte da manjuba consiga alcançar o Rio Ribeira.

“Porque... não é pelo tanto de pescador, pela quantidade de rede é porque nós não temo boca de barra. A boca da barra secou demais. Então, a manjuba é um peixe que vem em grande cardume. E aí chega um cardume grande de manjuba na boca de barra e ele não vai entrar. Ele é um peixe muito sensível se ele esbarrar em qualquer coisa ele more. Ele esbarrou na rede já ta morto então ele, na boca da barra é a mesma coisa vem o cardume de peixe grande chegava numa boca de barra baixa que nem tá agora ele não faz entrada. Ele vorta.” (Seu Agostinho de Carvalho)

Outro fato observado é que, com a diminuição no estoque da manjuba, devido ao grande esforço pesqueiro sobre a espécie, além da diminuição nos pontos de pesca, em virtude do aumento no índice de salinidade da água do Mar Pequeno (Ponto 2), a grande maioria dos pescadores passou a disputar arduamente o espaço de pesca, nos chamados pontos 3 e 4. A manjuba, sendo capturada próximo à boca de barra (foz natural do Rio Ribeira), acaba por não conseguir alcançar um grande trecho do Rio Ribeira. Além disso, o aumento da pesca com o “corrico” acaba por contribuir para a notória sobrepesca da espécie, como se verá adiante.

“Não senhora, a senhora tá muito enganada... por que antigamente tinha muito mas pescador, na minha época [tinha mais] do que agora. O que tá pescando agora, hoje, não corresponde a uma indústria de antigamente. Antigamente cada uma indústria

³² Ver a parte “anexos”.

dessa aqui, o mínimo que tinha era 42 rede. Hoje o máximo que pode sê pescando não chega a 50 de rede .A rede acabô tudo, hoje o que mais pesca é uma rede chamanda corrico... sabe como se chama isso? É a rede que tá pescando, mais que pesca de 1 a 1 . Antigamente nós pescava de 3 a 3[com a rede grande] e tinha pescaria até as pedrinhas, de manjuba, e hoje não tem daqui a Sete Barras... hoje a manjuba não vai até o Jairê³³” (Seu Agostinho de Carvalho).

O que se observa é que, com o término da construção da barragem no Valo Grande, ocorreu a diminuição nos pontos de pesca. Os pescadores dos bairros de Vila Garcez, Porto do Ribeira e Rocio, que eram acostumados a pescar no Valo Grande, já não podiam fazê-lo, tendo em vista que, com o aumento no teor de salinidade da água, além do barramento da foz artificial do Rio Ribeira, a manjuba deixou de adentrar no estuário, via barra de Icapara; passou a subir o Ribeira pela sua foz natural, cujas condições ambientais continuaram praticamente as mesmas de antes da conclusão da barragem.

Os dados de desembarque de manjuba disponíveis mostram que, nos últimos cinco anos, antes do fechamento do Valo Grande, o volume de captura vinha crescendo ano a ano. Com a construção da barragem, após um primeiro ano atípico que se deveu possivelmente a fatores de concentração dos cardumes e da área de pesca, o estoque natural da espécie vem diminuindo sistematicamente, indicando uma provável ocorrência de sobre-pesca aliada à restrição da área de captura, segundo o relatório conjunto realizado pelo IBAMA, pelo IOUSP, pelo Instituto de Pesca e pela Secretaria do Meio Ambiente no ano de 1990.

Assim, os pescadores destas localidades, que sem dúvida são maioria absoluta, tiveram de se deslocar até os pontos 3 (Praia do Leste/Vila Nova) e 4 (Barra do Ribeira) para continuar exercendo sua profissão.

Mas essa atitude acarretou em sérios problemas, porque os pescadores dos pontos 3 e 4 não aceitavam a “invasão” de seus pontos de pesca. Mesmo sendo todos iguapenses, aqueles que não pertenciam ao lugar (ao bairro, seja Vila Nova, Icapara, Aquárius ou Barra do Ribeira), ou que não tinham nenhum vínculo de compadrio ou parentesco, eram vistos como “os de fora”, os “bagunceiros”, aqueles que vinham alterar a “ordem” que sempre existiu no lugar.

³³ Bairro do município de Iguape, distante dez quilômetros do centro.

“A verdade é o seguinte: os pescador acham que tem muito pescadô porque eles tão tudo amontoado num lugar só.

Eu torno a falar que o pescador tão só num determinado trecho de rio e antigamente não... o pescador tinha mais espaço pros pescadores. Então hoje ta tudo num lugar só. Se a senhora ver a diferença que tem daqui até as pedrinhas pescando, tudo gente pescando daqui até lá que um não incomodava o outro... daqui até Sete Barras, e também um não incomodava o outro não! Cada um tinha o seu ponto de lanço, ele jogava a rede a hora que ele queria, ninguém perseguiu, ninguém mandava ele jogar porque cada um tinha o seu lanço. Hoje não... hoje não tem vez! Um ta jogando, outro ta jogando por cima da rede já, senão não dá tempo pra ele, a maré, e ... ele não tem tempo também.”(Seu Agostinho “Capivara”, Vila Garcez, Fevereiro de 2004)

A leva de pescadores que se dirigia aos pontos 3 e 4, após o barramento do Valo Grande, passou a “incomodar” os pescadores que habitualmente pescavam nestes locais. O sentimento de invasão, para os pescadores destes pontos, é notório... mas a sobrevivência de centenas de famílias fala mais alto. Por este motivo, o pescador do Rocio, do Porto do Ribeira, da Vila Garcez, não tem outra alternativa a não ser enfrentar os dezoito quilômetros que separam os pontos 1 e 2 dos pontos 3 e 4...

Com relação aos bairros rurais de Iguape, observa-se que, após a construção da barragem (que ficou fechada durante cinco anos- de 1978 a 1983), as várias cheias que ocorreram acabaram por expulsar grande parte da população para a cidade. Sem emprego, essa população acabou por se engajar na pesca da manjuba, uma das poucas alternativas de trabalho que a cidade de Iguape oferecia.... um grave problema se formava e, a cada ano, parecia aumentar, como se verá no próximo capítulo. O esforço pesqueiro sobre a manjuba foi se tornando, ano a ano, maior, exigindo cuidados por parte do poder público e dos próprios pescadores.

“por que nós só podemos aumentar com o turista agora, por que com lavoura, quem que vai prantar lá no no no Peroupava se quando ele tá com a prantação toda vem uma cheia e cobre tudo? O rio soreado do jeito que tá ! Então, ele agora, a solução é fechar a barragem e uma solução pra afundar a boca da barra também, por que se fechar a barragem e não afundar a boca da barra, quanto mais a barragem tá fechada aqui, mais sorea a boca da barra. Aí é que vai fechar de vez a boca da barra; aí que vai fechar de uma vez...não... dragando a boca da barra é o suficiente. fazendo o serviço na boca da barra já é o suficiente por que nós temos diversas e diversas boca de barra que tem o derrocamento né, então o derrocamento na boca da barra ele fundeia isso aí e não precisa dragar pra cá nada. Ela mesmo puxa essas ilha que tem Isso aí ela tira tudo tendo força na boca da barra eu não sei em que lugar, mas em Itajaí tem uma boca de barra iguar a nossa aqui.E hoje entra navio lá.

CAP 4: A PESCA DA MANJUBA HOJE

4.1: A sobrepesca da manjuba?

Uma das conseqüências do fechamento do canal do Valo Grande, em 1978, pelo então governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, foi o aumento do teor de salinidade de água no Mar Pequeno - alteração da composição físico-química da água. Milhares de crustáceos, moluscos e peixes correm o risco de desaparecer das águas estuarinas, consideradas pela International Union for the Nature Conservation (IUCN) como um dos mais importantes e produtivos berçários da vida marinha do mundo. Esse canal, aberto com vistas a melhorar a situação do antigo porto de Iguape (e que, por sinal, foi o principal motivo de seu declínio) passou a se constituir numa segunda foz do Rio Ribeira. Assim sendo, a espécie conhecida por manjuba, acostumada a baixas salinidades, encontrou em tal local condições para penetrar o rio e desovar. Desde o declínio da agricultura comercial, que foi concomitante com o declínio do porto de Iguape, a pesca da manjuba passou a ser a única atividade econômica de grande vulto para a localidade.

Desde o início da pesca comercial da manjuba em Iguape, que teria ocorrido entre 1910 (Mourão, 1971, 2003) a 1926 (Diegues, 1983), a atividade encontrou já uma estrutura portuária formada, o que facilitou muito o seu desenvolvimento. A canoa, que era usada como meio de transporte, passou a ser um dos principais petrechos de pesca. Enquanto a pesca era uma atividade complementar da agricultura, as redes, feitas de algodão e tingidas de jacatirão, eram de propriedade familiar, e nem de longe podiam ser comparadas às atuais redes de nylon, bem maiores e com mais compartimentos.

Com a introdução das redes de nylon, inovação trazida pelas indústrias de salga e secagem, a propriedade delas passou a ser quase que exclusiva de pessoas como os industriais, os quais tinham condições de adquiri-las nas lojas especializadas, que as vendiam a um preço que normalmente não estavam ao alcance do pescador. A posse desse petrecho, então, passou a ser a menina dos olhos de qualquer pescador, já que isso era um meio de elevar o *status* deles. Aquele que detinha tais petrechos, passou a assumir uma posição de destaque entre os pescadores.

A partir da década de 40 do século passado, espalharam-se pelas margens do Ribeira, até os municípios de Sete Barras e Eldorado, as famosas “indústrias de salga e secagem da manjuba”, que distribuíam seus produtos para Santos e para a Capital através da estrada de ferro Juquiá-Santos. Com a abertura da BR-2 (atual BR-116), em 1960, o produto passou a ser vendido também *in natura*, dada a facilidade de escoamento da produção, e dada a utilização de novas tecnologias, como a refrigeração.

De acordo com Fortes (2000), a indústria da pesca em Iguape (ou, mais especificamente, a pesca da manjuba) passou a adquirir importância a partir do final da década de 1930. Em 20 de junho de 1936, foi fundada a *Sociedade Industrial de Iguape Ltda*, que se localizava às margens do canal do Vaio Grande.

Em janeiro de 1939, era fundado o *Estabelecimento de Pesca Industrial de Manjubas Iguapense Ltda*, a famosa Fábrica *Epamil*.

Em setembro de 1940, foi fundada a *Indústria de Pesca “Única” Ltda*, que marcou época em Iguape no processo de industrialização da manjuba. Essa indústria instalou-se no prédio da Cia *Matarazzo*.

Ainda na década de 1940, foi fundada a *Indústria de Pesca “Pirá” Ltda*, que, durante muitos anos, trabalhou com a industrialização da manjuba. Também na década de 1940, passaria a funcionar a indústria *Floramante, Paulino & Costa*. A *Pirá* funcionou regularmente até a década de 1970, quando interrompeu suas atividades.

Essas indústrias, principalmente a “Única”, trouxeram uma grande inovação para a pesca da manjuba, que foram as redes de nylon. Com isso, as redes passaram a ser mais resistentes, tendo uma vida útil maior, se comparada às redes de algodão. Além disso, as indústrias passaram a se constituir em importantes postos de trabalho, na medida em que contratavam mão-de-obra sazonal, especialmente pescadores e “empacotadeiras”, estas, mulheres que trabalhavam diretamente no processamento do pescado.

Fortes (2000) ainda relata que, pelos registros da Capitania dos Portos de Iguape, efetuados no período de 1940 a 1962, têm-se uma idéia do total de pescadores cadastrados nessa entidade:

Ano	Total/Pescadores
1940	730 (636 de Iguape)
1941	690
1942	843
1943	826
1945	926
1948	916
1949	956
1950	991
1951	1.157
1962	1.790

Pela análise desses dados, constata-se que, num período de onze anos, o total de pescadores cadastrados quase dobrou. Isso reflete a importância da pesca e das indústrias nessa fase.

Tal atividade propiciou um surto econômico importante para o município, com a criação de muitos empregos diretos e indiretos através das indústrias de salga e secagem, além da criação de uma série de novos serviços no setor terciário, como escritórios de contabilidade, lojas especializadas em artigos para a pesca, dentre outros.

Com o fechamento do canal em 1978, sem o prévio estudo do impacto ambiental (assim como foi a sua abertura), a foz artificial do rio foi fechada. De acordo com Giulietti (1992), em 1979 capturaram-se as maiores quantidades do pescado já registrados: 3.444,9 toneladas, enquanto que em 1978 o volume havia sido de 2.805 toneladas. Já em 1980, o volume capturado havia caído para 1.732,8 toneladas, enquanto que em 1990 chegou ao nível mais baixo de onze anos, apenas 742,3 toneladas³⁴. Isso quer dizer que o peixe, acostumado a penetrar o Ribeira pelo Valo Grande, não encontrou mais a mesma condição, em 1979. Como consequência do fechamento, a maioria dos pescadores teve que se deslocar até a Barra do Ribeira (foz natural do Rio) para conseguir pescar.

Mas, como se observa na legislação desde 1967 até a Instrução Normativa 33/04³⁵, “é proibido pescar na Boca da Barra do Ribeira e Icapara, com qualquer petrecho³⁶”.

³⁴ Fonte: Seleção de Controle da Produção Pesqueira – DPM – Instituto de Pesca

³⁵ Ver na parte “anexo”.

³⁶ A legislação tenta regulamentar a pesca. As duas leis citadas, especificam os locais permitidos e proibidos de pesca. A Instrução Normativa 33/04, institui o defeso em Iguape para a safra 2004/2005, proibindo a pesca da manjuba neste período.

Mesmo assim, os pescadores insistem em pescar nesta região, que é a única via de penetração para o Ribeira. Deste modo, impedida de subir o rio para desovar, as fêmeas são capturadas sem a possibilidade de se reproduzir.

Os números descritos por Giulietti (1992) constituem indício de que a sobrepesca é um fato digno de toda preocupação.

Lê Preste coloca uma questão importante relacionada à exploração desenfreada de determinados recursos, como é o caso da exploração da manjuba em Iguape. Segundo o autor, “o problema, com o qual se defronta um bem público é, geralmente, o de como incitar todos os consumidores desse bem a conservá-lo. Uma vez que o acesso é gratuito, é difícil convencer os usuários a investir no seu aprovisionamento .” (Lê preste,2000:44)

Ainda segundo Lê Preste, numerosos bens, que parecem “públicos”, são, na realidade, bens “em comum”. Sejam ou não renováveis, é difícil limitar o acesso a eles e sua exploração é, no final das contas, concorrencial, de maneira que eles colocam um problema político. (Lê preste, 2000:43)

Tal constatação é verdadeira, na medida em que a maioria dos pescadores acha que a manjuba nunca vai acabar. Deste modo, chegam a super-explorar o recurso, atendendo a uma demanda cada vez maior, e raramente se preocupam em lutar para que o ciclo reprodutivo do peixe se complete, o que garantiria a permanência da atividade durante muitas gerações. É justamente o que o autor chamou do “problema da conciliação do interesse individual com o interesse coletivo, quando os recursos forem limitados” (Lê preste, 2000:42)

Como bem afirma o mesmo autor “as soluções para a tragédia dos bens comunais são, primordialmente, políticas.” (2000:46).

A regulamentação consistiria, segundo o mesmo autor, “no estabelecimento de normas que ordenem os processos de exploração ou as características dos produtos, limitando o acesso ao bem do qual se trata. (...) Este é um método comprovado, muitas vezes o mais aceitável politicamente. Por fim é, freqüentemente, a melhor maneira de prevenir danos irreparáveis ou poluições inaceitáveis. (...) A regulamentação exige, portanto, investimento importante nos métodos de vigilância e verificação, não raro dispendiosos e tecnologicamente sofisticados” (2000:47)

A parte mais complicada da regulamentação é, portanto, a dificuldade na fiscalização e verificação, as quais exigem gastos. As leis acima citadas, como a Instrução Normativa, são exemplos de regulamentação. Porém, os responsáveis pelo cumprimento da lei, que são o IBAMA e a Polícia Ambiental, não dispõe de pessoal e equipamentos (carros, embarcações, etc) suficientes para realizar uma fiscalização mais constante, em todos os dias da semana. Dada essa carência, muitos burlam a lei, lançando-se numa pesca cada vez mais predatória.

Observa-se, com tais leis, que há no mínimo a intenção em organizar a atividade pesqueira de modo que haja a reprodução desta atividade no tempo. Mas não é o que ocorre na realidade. Com a tendência, por parte do Governo Federal, em investir no que Diegues (1983) chamou de pesca empresarial-capitalista, a pesca artesanal, dentro da qual se inclui a pesca da manjuba em Iguape, está sujeita a uma quantidade menor de investimento e, concomitantemente, de fiscalização. Eis o grande problema que encontramos no ordenamento da pesca da manjuba e da necessidade na permanência do período do defeso, para preservar esse bem que é “em comum” e que está visivelmente se esgotando, conforme podemos observar através da tabela e do gráfico abaixo:

MANJUBA CAPTURADA EM IGUAPE/SP

SAFRA	PRODUÇÃO (kg)	PRODUÇÃO (ton)
76-77	2.062.277	2062
77-78	2.493.812	2494
78-79	3.864.728	3865
79-80	2.211.449	2211
80-81	1.779.171	1779
81-82	2.350.135	2350
82-83 ³⁷	1.073.919	1074
83-84	1.193.836	1194
84-85	2.413.399	2413
85-86	1.423.966	1424
86-87	1.492.144	1492
87-88	1.480.419	1480
88-89	959.309	959
89-90	1.539.090	1539
91-92 ³⁸	2.770.236	2770
92-93	927.929	928
93-94 ³⁹	739.876	740
94-95	1.305.612	1306
95-96	5.422.045	5422
96-97	5.964.860	5965
97-98	1.391.669	1392
98-99	832.043	832
99-00	1.044.967	1045
00-01	1.140.020	1140
01-02	1.222.652	1223
02-03	1.008.614	1009
03-04	1.061.644	1062

Fonte: Instituto de Pesca de Cananéia, Gestão Pesqueira.

³⁷ Ano em que o grande volume d'água, resultado da enchente que assolou todo o Vale do Ribeira, destruiu a barragem no Valo Grande

³⁸ 1990/1991: ano em que foram reiniciadas as obras de fechamento da barragem, com a construção de vertedouros (comportas)

³⁹ 1994: uma nova cheia veio a destruir definitivamente a barragem.

Manjuba capturada em Iguape/SP, por safra entre os anos de 1976 a 2004

Através dos dados acima, podemos observar que 1979 é um ano atípico, já que foram capturados quase 4.000 toneladas da manjuba. Essa quantidade, 1.371 quilos a mais que a safra anterior, explica-se porque os cardumes ainda vão tentar alcançar o Rio Ribeira através do Valo Grande, fechado no ano anterior. Encontrando o acesso barrado, estes cardumes vão ser facilmente capturados.

Outra safra excepcionalmente grande foi a de 97-98. Nesse período, a grande captura da manjuba se explica pelos reflexos do último defeso em 1994 (instituído através da portaria 004/94). Neste ano, a presença de chuvas bem distribuídas aumentaram a incidência do peixe, que, como vimos, necessita de água com mínima (ou zero) salinidade. A ocorrência de chuvas é fator que contribui grandemente para que haja diminuição no teor de salinidade da água no Mar Pequeno (estuário lagunar). Com índices de salinidade menores, a manjuba vai penetrar no Rio Ribeira também através do canal do Valo Grande.

No ano de 1994, com a ocorrência de grandes chuvas, o que havia restado da barragem, destruída no ano de 1983, foi definitivamente arrancada pela força da correnteza,

restando, apenas, algumas estruturas de concreto ao fundo, e a ponte que interliga a cidade de Iguape ao bairro do Rocio, e o local onde deveriam ter sido instaladas as comportas.

As perspectivas futuras para a pesca da manjuba em Iguape não são animadoras. Cálculos realizados pelo Instituto de Pesca de Cananéia, utilizando modelos matemáticos de Jones e de Tompson & Bell, entre os anos de 1997 e 2001 demonstram que a biomassa sofreu redução acima de 15% e o rendimento na safra 98/99 chegou a cair 39%. Segundo Jocemar Mendonça, do Instituto de Pesca de Cananéia, a produtividade dessa espécie apenas aumentará caso haja uma redução de 70% no esforço da pesca. E isso não passa de um sonho.⁴⁰

Esses valores apenas reforçam a idéia de que há exploração excessiva do recurso. Segundo Jocemar, um fator que contribui para aumentar a sobrepesca é o emprego da rede denominada corrico. Ela pode ser utilizada individualmente, ao contrário do que ocorre com a rede manjubeira, que precisa ser manejada por quatro pescadores, em média. E muitas pessoas, mesmo com pouca habilidade, adquirem o corrico, que é bem mais barato, e pode ser obtido mediante financiamento, e recorrem à pesca da manjuba pela falta de oferta de serviços em outras áreas. Assim, aumenta-se o esforço pesqueiro e a espécie fica seriamente comprometida.

A manjuba é uma espécie de peixe de vida curta, chegando, segundo o Instituto de Pesca, a três anos e quatro meses, e com condições de se reproduzir apenas a partir de um ano. Assim, para garantir a sobrevivência da espécie, ela é bastante dependente do estoque de peixes que podem desovar e das condições ambientais. Por exemplo, quando há muita chuva, aumentando a vazão do Rio Ribeira de Iguape, a incidência de manjuba aumenta no estuário. Isto porque ela é uma espécie anádroma, isto é, que precisa migrar para áreas de água doce para se reproduzir. Nesse caso, a manjuba migra do Oceano Atlântico para as águas do Rio Ribeira. A alta pluviosidade é uma condição favorável para a pesca da manjuba. A quantidade de chuva condiciona a vazão, que condiciona a entrada da manjuba no rio e a sua reprodução.

⁴⁰ Disponível no site www.comciencia.br/reportagens/modelagem/mod04.htm

Com tais argumentos, a construção das barragens no Rio Ribeira de Iguape pode ser vista como um grande desastre ambiental, na medida em que impediria que se completasse o ciclo reprodutivo da manjuba, que necessita subir o Rio Ribeira para desovar. Encontrando o rio barrado, seria, num primeiro momento, facilmente capturada, e em curto prazo, exterminada.

Os pesquisadores do Instituto de Pesca de Cananéia alertam que a aplicação do defeso é uma alternativa que resulta em aumento da biomassa. Há a necessidade de realizar um trabalho paralelo sobre a comercialização do pescado. A maior parte da produção é vendida in natura, mas agregar valor ao produto é uma saída econômica e ambientalmente eficiente. Na maioria das vezes, para obter lucro, o pescador tem que aumentar a produção, e, dessa forma, aumentar o esforço da pesca sobre a manjuba.

Muitos pescadores são impelidos a pescar de forma predatória, utilizando o arrasto, efetuado com a rede manjubeira, ou exercendo a atividade em época de defeso, para garantir a sua sobrevivência, o que pode aumentar a possibilidade da sobrepesca.

Outros fatores que contribuem para a diminuição dos estoques da manjuba no estuário (Mar Pequeno) e Rio Ribeira, estão diretamente associados aos processos de assoreamento do trecho conhecido como Ribeira Velho (compreendido entre o Valo Grande e a foz natural do Rio Ribeira). Segundo alguns relatos, a manjuba é um peixe muito sensível. Quando ela barra na rede, seja na manjubeira ou corrico, em pouco tempo, elas morrem. Se as bocas de barra, que são os acessos naturais aos ambientes de desova, apresentarem-se assoreadas, os cardumes voltam para o mar, desovando próximo às bocas de barra, enquanto que, se os acessos estiverem livres, os cardumes penetram o Rio Ribeira para completar o seu ciclo reprodutivo.

“aquilo ali era mas o menos em 80 e pouquinhos, a época da manjuba aqui em Iguape, daí pra cá só foi diminuindo com o fechamento do valo diminuiu a pesca os primeiro ano foi bom e depois foi soreando conforme foi soreando o rio a boca da barra foi baxando então o peixe foi diminuindo e ta diminuindo cada vez mais. se comparar hoje a safra da manjuba com antigamente o que o pescador pesca no ano a gente pescava numa semana”. (Seu Agostinho de Carvalho “Capivara”, Fevereiro de 2004)

Após esta safra atípica em 1994, ano a ano, o volume capturado vem diminuindo, o que motivou as discussões sobre a volta do defeso da manjuba.

Hoje, graças à ação conjunta de pescadores conscientes da condição predatória da pesca em Iguape e de órgãos como o IBAMA, a Polícia Ambiental, o Instituto de Pesca e o DEPRN, foi aprovado o defeso da manjuba em Iguape, publicado no Diário Oficial da União, edição número 115 de 17 de Junho de 2004, em anexo.

A cooperativa de pescadores da Vila Nova, bairro este localizado próximo à Barra do Ribeira, é um exemplo de esforço no sentido de agregar valor ao pescado, evitando a venda *in natura*.

Fundada por moradores do bairro e pessoas ligadas à Pastoral dos pescadores, a idéia inicial era que os moradores do bairro, composto majoritariamente por pescadores, vendessem a produção para a cooperativa, a qual também ofereceria os petrechos de pesca aos cooperados. A produção entregue seria processada (salgada e/ou seca) na sede da cooperativa, e, posteriormente, vendida. O dinheiro obtido com a venda seria, então, repartida entre os cooperados. A intenção era de que, em médio prazo, a cooperativa pudesse produzir o aliche de manjuba, que teria alto valor comercial.

Deste modo, os pescadores deixariam de se subordinar aos detentores dos meios de produção (os industriais ou os patrões), os quais determinam o valor pago pelo pescado, e também deixariam de depender dos meios de produção, que são, do mesmo modo, monopolizados por estes agentes.

Fato a destacar é que a rede empregada na cooperativa é a manjubeira, a qual dá maiores possibilidades de integração do pescador ao mercado.

Ocorre que a Cooperativa da Vila Nova atingiu apenas parte dos seus objetivos, tendo em vista que a maioria da produção ainda é vendida *in natura*, ao invés de ser processada, conforme estava previsto. Até o ano de 2005, ainda não havia sido iniciada a produção do aliche da manjuba, por falta de investimentos em equipamentos apropriados para esse fim.

4.2: Os dois lados da moeda: Pescadores e Lavradores.

A situação vivida pelo município, entre os anos de 1978 e 1983, período em que a barragem permaneceu fechada, foi de caos. Os jornais regionais mostravam o desespero das famílias de lavradores, que viram suas roças “irem por água abaixo”, literalmente. O Jornal “A Tribuna do Ribeira”, em sua edição de 31 de Janeiro a 06 de Fevereiro de 1981, ano em que ocorreram fortes enchentes no Vale do Ribeira, mostra bem essa situação, como se verá.

Além disso, a ocorrência de enchentes veio a alterar ainda mais o quadro de assoreamento das bocas de barra. O relato do Sr. Agostinho, demonstra essa situação:

“ E hoje como a barragem, na época, quando era aberta, tinha agricultura...[havia] esses bananeiros, tinha muita gente, muita gente que... corria o dinheiro. Ali, todo mundo vivia sossegado. Hoje, com a barragem, acabou aquela gente... assim... como acabou a pesca por causa da barragem. Então hoje ela tem que ser fechada por que se não for fechado, vai piorar mais, por que só pode aumentar aqui, hoje, não mais com este... como se diz, com a lavoura,[e] com a agricultura, mas sim, com o turista, se for fechada [a barragem].

R_mas por que?

_por que nós só podemos aumentar com o turista agora, por que, com lavoura, quem que vai plantar lá no no no Peroupava se quando ele ta com a plantação toda vem uma cheia e cobre tudo? o rio soreado do jeito que ta ! Então, ele agora, a solução é fechar a barragem e uma solução pra afundar a boca da barra também, por que se fechar a barragem e não afundar a boca da barra, quanto mais a barragem tá fechada aqui, mais soarea a boca da barra. Aí é que vai fechar de vez a boca da barra; aí que vai fechar de uma vez...” (Seu Agostinho, Fevereiro de 2004)

A situação das barras, a barragem no Valo Grande e o assoreamento do leito do Rio Ribeira, vieram a prejudicar ainda mais os dois lados que eram os esteios econômicos do município: a pesca, especialmente a pesca da manjuba, e a agricultura. Bairros como o Peroupava, que já foram muito prósperos, e o Jipovura, que foi sede da Colônia KKKK (Colônia Katsura) de Japoneses, hoje são quase desabitados. O bairro do Peroupava, conforme o Jornal “A tribuna do Ribeira”, edição quinzenal de 31 de janeiro a 06 de fevereiro de 1981, perdeu mais de seis milhões de pés de banana, o que motivou a união de mais de cem agricultores, que passaram a exigir atitude do Governo Municipal no sentido de controlar a incidência de enchentes, agravadas pela barragem e pelo

assoreamento no Rio Ribeira e estuário Lagunar. O bairro do Jipovura, que já teve um importante porto, onde eram descarregadas sacas e sacas de produtos produzidos pelos colonos japoneses, e que seguiam para importantes centros consumidores, como São Paulo, hoje não passa de um bairro cujo rio encontra-se completamente assoreado, coberto por uma vegetação típica de rios eutrofizados (ambientes com pouco oxigênio), a Brachiária.

A brachiária é uma gramínea exigente em nitrogênio e fósforo. O crescimento desordenado desta gramínea é um indicativo de que o ambiente está sofrendo um processo de poluição denominado eutrofização, que é o resultado do aporte e acúmulo de elevadas concentrações de nutrientes (matéria orgânica, como árvores levadas pela enchente), os quais não são absorvidos em sua totalidade. Assim, há um excessivo enriquecimento do meio, devido à grande oferta de nutrientes e, como consequência, há a proliferação de algas e espécies vegetais aquáticas e terrestres como aguapés, que passam a consumir esses nutrientes (matéria orgânica) em excesso na água, resultado de enchentes. Com grande oferta de alimentos, essas espécies vegetais aquáticas vão se reproduzir desordenadamente, as quais passam a disputar arduamente pelo oxigênio dissolvido na água, levando à morte do rio.

Já as famosas fábricas de salga e secagem, que segundo relatos do Sr. Jaime Cabral e Sr. Ovídio Trobo Real, ex-proprietários de indústrias, chegaram a mais de 22, e foram, pouco a pouco, fechando suas portas. Essa situação foi motivada, dentre outros fatores, pela construção da barragem, que, como vimos, alterou o índice de salinidade da água no Mar Pequeno. Devido a esta alteração físico-química da água, os pescadores tiveram de se deslocar até bairros como a Barra do Ribeira, para continuar pescando. Assim, os custos para as fábricas foram se tornando ainda mais elevados: havia a necessidade de comprar mais motores para os barcos, já que os pescadores tinham de se deslocar, em média, mais de dezoito quilômetros entre as sedes das indústrias (de onde eles partiam diariamente) até os pontos de pesca (pontos 3 e 4); havia a necessidade de compra ou aluguel de caminhões, para levar pescadores e petrechos até tais pontos; havia a necessidade da compra de gelo, já que o pescado capturado tinha de ser congelado, para posteriormente seguir para as fábricas... assim, os custos foram se tornando muito altos para os industriais, e a maioria, não suportou essa situação. Hoje há apenas duas fábricas, que, a duras penas, resistem às exigências da fiscalização do Ministério da Agricultura, como a

cobrança de impostos, cobrança de atestados periódicos da vigilância sanitária, atestados do Corpo de Bombeiros (quanto às instalações de equipamentos de combate a incêndio), necessidade de instalação de equipamentos de conservação de produto perecível, medição dos índices de calorias e nutrientes do pescado processado, dentre outros. As “fábricas de manjuba”, instaladas às margens do Valo Grande, aos poucos, foram fechando suas portas, porque não tinham como transportar os pescadores até a Barra do Ribeira, porque não agüentaram o rigor das fiscalizações do IBAMA, Ministério da Agricultura, Polícia Ambiental.

As reportagens abaixo, tiradas do Jornal Regional “A Tribuna do Ribeira”, edição semanal de 31 de janeiro a 06 de fevereiro de 1981, ilustram bem a situação vivida pelos agricultores e pescadores, nos anos em que a barragem esteve fechada:

“Enchentes: o drama dos desabrigados” (A tribuna do Ribeira, edição de 31 de janeiro a 06 de fevereiro de 1981)

Iguape começa a viver um drama social cujas consequências são ainda imprevisíveis. Há muitos pedintes nas ruas do centro, milhares de pessoas desabrigadas e poucas perspectivas de emprego para toda essa gente. O êxodo rural, depois da nova cheia, é iminente. Os prejuízos ainda não foram calculados, mas acredita-se que eles cheguem perto de Cr\$ 1 bilhão. Todo o setor econômico do município já começa a sofrer as consequências da inundação do Ribeira.

O prefeito Carlos Fausto diz que não existem condições de o Poder Público absorver a mão-de-obra que agora está disponível. O comércio da cidade, que aguarda uma crise, também não tem essa condição. Várias famílias estão pensando na possibilidade de ingressar no ramo da pesca, mas como a captura de manjuba na safra atual é pequena — com relação à safra anterior —, as perspectivas se tornam mais reduzidas.

Esses fatos explicam a relutância de muitas famílias rurais em abandonar suas posses até a última hora. Apesar de sabermos que a cheia de fevereiro passado se repetiria este ano (ninguém esperava que a gravidade fosse maior), essas famílias também tinham consciência de que novas perdas seriam definitivamente irreparáveis.

A zona ribeirinha está completamente alagada. No Peropauva, um bairro eminentemente agrícola, foram atingidos cerca de 3 milhões de pés de banana, motivando revolta generalizada dos agricultores locais. No Baicó as águas chegaram perto do telhado de algumas casas. Dizem os lavradores que só não houve vítimas desta vez porque todos estavam preparados e, quando as águas começaram a subir, na noite de Natal estabeleceu-se um estado de alerta.

Paulo Yanagisawa, irmão do atual presidente do Sindicato Rural, Joaquim Yanagisawa, estabelecido no Jipuvira, perdeu alguns alqueires plantados em cana. Seu sobrado, em estilo colonial japonês, teve o piso inferior completamente tomado pelas águas. E num momento de maior reflexão, ele analisou a situação dos trabalhadores, famílias pobres “que agora têm poucas perspectivas de continuar sobrevivendo em Iguape”. E lamentou: “Infelizmente esse não é o apoio que esperávamos para a agricultura”.

Revoltados com os prejuízos que tomaram pelo segundo ano consecutivo, cerca de 100 lavradores e agricultores do Peropauva — bairro rural que apresenta maior nível de união entre os atingidos — foram ao gabinete do prefeito Carlos Fausto Ribeiro na última segunda-feira, protestar contra a inércia das autoridades do município. Mesmo realizando um movimento pacífico, vários deles chegaram a se exaltar quando falaram da fome das famílias desabrigadas.

Não foi fácil para o prefeito serenar o ânimo dos agricultores. Alguém na prefeitura, inclusive, solicitou policiamento, pensando que os agricultores desejassem adotar medidas mais drásticas. Mas tudo o que eles fizeram foram três reivindicações, por ordem de importância: mantimentos para as famílias que passam fome (atendida pre-

cariamente), indenização pelos danos causados no ano passado e neste e o fim das enchentes — esta última, sob a ameaça de eles explodirem a barragem do Vale Grande caso providências não sejam tomadas.

Político hábil, Carlos Fausto convenceu os agricultores de seu empenho com uma frase de efeito: “O secretário de Obras e Meio Ambiente, Walter Coronado Antunes, me prometeu a construção de vertedouros tão logo baixem as águas. Pois não vou deixá-lo dormir enquanto não cumprir com sua palavra. A mesma coisa vou fazer com relação à indenização de vocês: não vou deixar o Governo dormir enquanto os prejuízos não forem pagos”. Só que os agricultores já alertaram: “Desta vez vamos cobrar as promessas de todos, pois os prejuízos somando-se o do ano passado, já ultrapassam mais de Cr\$ 1,4 bilhão, que é quatorze vezes mais que o orçamento da cidade”.

No entender dos agricultores do Peropauva, as autoridades de Iguape fizeram muito pouco para evitar que as enchentes se repetissem este ano. Eles analisam, inclusive, o aspecto político da questão, afirmando que “vários políticos se mantêm no PDS para receber benefícios do Governo, mas na verdade não têm o mínimo apoio. Essa é, aliás, a tônica de manifesto que o PMDB começou a distribuir na cidade na terça-feira, com os seguintes dizeres: “O Diretório do PMDB de Iguape, responsabiliza o governador de São Paulo, sr. Paulo Salim Maluf, o prefeito municipal, sr. Carlos

Fausto Ribeiro e a Câmara Municipal pelos prejuízos irreparáveis causados ao povo deste município e, em particular, aos agricultores e pescadores ribeirinhos por não terem exercido suficiente pressão para que as obras da barragem do Vale Grande fossem concluídas, evitando a dramática cheia deste ano. Isso demonstra que eles não possuem o mínimo prestígio junto a seus padrinhos políticos do PDS. O que não se entende dos dirigentes desta cidade é o servilismo e a lealdade político-partidária, já que precisam implorar para conseguir alguma coisa, como declarou o sr. prefeito”.

Os políticos da cidade, por sua vez, defendem-se dessas acusações afirmando que enviaram vários ofícios para o governo solicitando as obras de complementação da barragem do Vale Grande. O único deles também atingido pela cheia é o vereador José Santiago Ferreira, que possui duas fábricas — uma de manjuba e outra de palmito — no Porto da Ribeira, bairro próximo ao centro da cidade, onde as águas chegaram a subir mais do que um metro e meio. Santiago tem feito áspersas críticas ao governador Paulo Maluf, “que não atendeu às reivindicações nossas”. E acrescenta: “Não se pode acreditar num homem que vive prometendo mas cumpre muito pouco”.

Para que se tenha uma idéia da crise social que atinge a cidade, basta afirmar que os dois caminhões de mantimentos enviados até agora pelo Governo foram insuficientes para alimentar todas as famílias flageladas. No caso das famílias do Peropauva, a prefeitura foi obrigada a adquirir

alimentos num supermercado da cidade — o Pag Poko — porque os agricultores locais exigiram uma medida imediata.

O Bairro do Rocio — que além de ser o mais populoso é o que reúne a camada maior da população carente do município — está sendo invadido por homens, mulheres e crianças que não pretendem retornar mais ao meio rural. Não existem condições imediatas de moradia e sobrevivência para todos e o drama social, neste caso, ganha uma extensão maior. Ninguém chega ao exagero de acreditar que o fato possa gerar uma onda de marginalidade — que é justamente a tendência desses casos nas grandes cidades. Mas prevê-se um período de tensões.

O prefeito Carlos Fausto mostra-se preocupado com o drama social. Na última terça-feira ele afirmou que tentará soluções do Governo por todos os canais que for possível penetrar, com o objetivo fundamental de convencer as famílias afligidas a retornarem à zona rural. Carlos Fausto concorda, também, com todas as colocações feitas pelos agricultores — menos quando eles culpam os políticos da cidade de omissão. Isso significa que ele também responsabiliza o Governo pelos prejuízos causados pela enchente.

Exemplo maior do desespero das famílias desabrigadas foi dado no último fim de semana, quando trabalhadores rurais criaram uma espécie de pedágio na estrada do Peropauva, a fim de angariar dinheiro para comprar mantimentos. Eles colocaram estacas, impedindo o trânsito na estrada, e só liberavam o veículo mediante o pagamento de determinada taxa.

Já os dados de população mostram o êxodo rural ocorrido principalmente entre as décadas de 70 e 80 do século passado, conforme gráfico e tabela da pág. 18.

População de Iguape			
Ano	Total	Urbana	Rural
1970*	19.289	8.920	10.369
1980	23.306	16.255	7.051
1990	27.401	20.695	6.706
2000*	27.487	21.990	5.497

* Fonte: IBGE

Fonte: Fundação SEADE

Os dados mostram que, na década de 1970, a maioria absoluta da população habitava a zona rural. Na década seguinte, começa a haver uma inversão, e a população, ano a ano, deixa a zona rural em direção à zona urbana. Logicamente, Iguape seguiu uma tendência nacional. Mas essa situação veio a ser reforçada devido à situação vivida por centenas de famílias, que não suportaram as enchentes, após 1978, e passaram a deixar a zona rural em direção a bairros como o Rocio, a Vila Garcêz. Essa leva de pessoas, aos poucos, foi se engajando na única atividade econômica que a cidade podia oferecer: a pesca da manjuba. Nos anos em que a barragem esteve fechada, outras atividades, como a função de piloteiro (motorista da embarcação que serve como “guia pesqueiro” aos turistas) na chamada pesca esportiva ou pesca turística, foi reforçada. Além disso, o chamado camarão “ferrinho”, e outras espécies de peixes de grande porte, como o robalo, podiam ser capturados no Mar Pequeno, onde a água passou a apresentar índices de salinidade elevados.

Para o pescador de Camarão, Atanil de Souza Ferreira, a solução seria “fechar a barragem”:

“Oi... pra nós, a barragem fechada é melhor. Agora... no nosso caso, deveria ter feito as comportas porque... qualquer chuva que dá pra lá [Ribeira acima], já passa, já suja a água. Da... essa estiagem, né, fica a água limpinha, fica salgada a água aí já começa: cê vai, pesca camarão do mar, aí já começa a vir bastante daquelas larvinha de marisco, que já vem do fundo. Esses marisco preto, né. Que já tá se criando. De repente,

dá uma chuva lá pra cima, passa direto, o camarão que você tá pegando aqui no Sete Belo, no Farol, naquela região, já vai embora, né... sai de Pedrinhas, pra lá! Aí acaba...

Eu, eu parei[de pescar manjuba] porque, o meu sogro... ele já trabalhava com... com turismo, né aí... já comecei a trabalhar com ele, comecei a ... ,caçar camarão, e aí a água salgou, né, fechou a barragem e a água salgou, aí já veio o camarão do mar, aí nós já começamo a pegá camarão do mar, aí já começou, os turista já começaram a aumentá, aumentá, aí, eu achei melhor, né, eu parei... né, aí já era direto: verão, inverno..

R- Camarão pega o ano inteiro?

At- É... o ano inteiro! É... aqui pra nós é!

É... o camarão branco e o ferrinho. No verão dá mais o branco...e agora dá mais o ferrinho. Acabando o branco ele, é, mês de agosto, setembro, outubro... é mais o ferrinho. E... esse ferrinho, quando ele procria aqui né, ele procria a maioria lá fora, e ele entra, quando ele tá com mais ou meno um palmo, é... ele começa a saí. (Atanil de Souza Ferreira, pescador de camarão)

Ocorre que poucos pescadores ingressaram neste ramo: somente aqueles que tinham algum vínculo (compadrio, parentesco) com os donos dos petrechos para pesca turística. Além disso, toda a estrutura de pesca era voltada à pesca da manjuba. Assim, a pesca da manjuba continuou sendo praticada, mesmo a barragem estando fechada. A pesca da manjuba, no ponto 2, no período em que a barragem permaneceu fechada, praticamente desapareceu... levam e levam de pescadores se deslocavam para os pontos 3 e 4, em caminhões, ou de barco, atravessando a sinuosa barra de Icapara. A pesca no ponto 1, continuou, só que com menos pescadores, já que a maioria preferiu se deslocar até os pontos 3 e 4, onde a captura “era mais fácil”... enfim, o esforço pesqueiro sobre a espécie só aumentou, ou seja, pescava-se cada vez mais. Aos poucos, o peixe salgado e seco, cujo valor agregado fazia com que o preço do produto final fosse sensivelmente elevado, foi sendo deixado de lado, porque o peixe passou a ser comercializado *in natura*. As técnicas de refrigeração, os caminhões frigoríficos, passaram a se constituir nas principais técnicas de conservar o pescado, em resposta também às exigências do Ministério da Agricultura. Passou a ser comum, nos quiosques da Ilha Comprida e demais praias do Litoral Sul, as famosas porções de manjuba frita. Os migrantes da zona rural, cansados de tanta enchente, deixavam seus sítios em direção à cidade, e passaram a disputar arduamente por uma vaga numa tripulação de pesca da manjuba, já que a cidade não oferecia outras oportunidades de engajamento no mercado de trabalho. E a sobrepesca foi se tornando uma constante...

4.3: A pesca da manjuba hoje e o debate sobre o Valo Grande

O ano de 1983 foi um marco para o município, porque foi um ano de grande desespero para todo o povo. Durante todo o mês de janeiro deste ano, ocorreram fortes chuvas que assolaram o Vale do Ribeira. Iguape sofreu sobremaneira, já que toda a água do Rio Ribeira atingia o Mar apenas pela Barra do Ribeira, tendo em vista que a barragem estava fechada. Foi quando a barragem não suportou o grande volume d'água e rompeu. As águas invadiram a cidade, deixando milhares de pessoas desabrigadas, as quais foram alojadas provisoriamente em escolas do centro da cidade. Bairros como o Peroupava e Barra do Ribeira foram muito prejudicados. O relato da Sra. Aracy Barbará, ex-agricultora do bairro do Peroupava, demonstra o desespero vivido por dezenas de famílias do bairro:

“ Nós tínhamos mais de dez mil pés de banana próximos ao Rio Peroupava. Tinha um paiol onde a gente guardava o veneno pro bananal, adubo e as ferramentas. Chegou a chuva forte de madrugada, era... eu acho... duas horas da manhã, quando eu vi a água perto da cama... eu e o Valdomiro saímos correndo, mas a água já tinha rodado os tambores de veneno, as ferramentas... o tratorzinho, a gente pôs em cima de um chapéu de Sol, pra ver se salvava... perdemos tudo, tudo, tudo...daí o meu velho morreu, eu vim pra cá pra cidade, com o dinheiro da indenização que o governo deu. Só que não foi todo mundo que ganhou... esse dinheiro gerou uma grande roubalheira, que muita gente ficou sem receber até hoje... tenho saudades daquele tempo, das galinhas, da casinha de madeira na beira da estrada... é...acabou!” (Dona Aracy Barbará, junho de 2003)

Com o rompimento da barragem, a água acumulada ganhou vazão, e a correnteza mais se parecia com ondas do mar, tamanha era a força. A água suja da enchente inundou todo o estuário lagunar, provocando grande impacto sobre o ambiente, até então, salgado. Surge, então, uma nova fase de discussões no município.

No ano de 1990 a possibilidade de fechar novamente a barragem ganha corpo. Nesse mesmo ano, são iniciadas as obras de fechamento, com a construção de eclusas, as quais dariam vazão ao Rio Ribeira através do Valo Grande somente nas grandes cheias. Em 1991 são abandonadas as obras do fechamento do canal. Em 1994 ocorre uma outra cheia (em proporções bem menores às cheias de 1983), e o que restou da barragem

fica definitivamente aberta, restando somente algumas estruturas de concreto, no fundo, uma ponte que interliga o centro de Iguape ao bairro do Rocio, e o local onde seriam instaladas as comportas (ver fotos 11 e 12).

A pesca, sofreu grandes modificações, porque, conforme relatos, nos anos em que a barragem permaneceu fechada, os processos de assoreamento do leito do rio Ribeira se intensificaram. A manjuba passou a ser capturada também, no mar, conforme observamos na reportagem da Tribuna do Ribeira, porque ela passou a ter mais dificuldades para penetrar o Rio Ribeira, em virtude do assoreamento e em virtude da grande concentração de pescadores na foz natural do rio. A pesca no mar era (e é) efetuada com a rede manjubeira, com uma média de seis a oito homens numa embarcação... logo, era necessário pescar mais, porque havia mais pescadores e todos necessitavam de uma remuneração para obter o sustento de suas famílias. Deste modo, havia a necessidade de se pescar mais... Já não era em todos os locais que existia a fiada, o respeito com o lugar.

Após 1983, ano em que a barragem foi rompida, pessoas completamente sem experiência no ramo passaram a “embarcar” nessa aventura, porque a cidade não oferecia outras opções. O número de redes corrico aumentou, porque eram mais fáceis de ser adquiridas. Um sério problema se criou... pescar e pescar, é norte de todo pescador...

Foto 11: o Valo Grande e o que restou da barragem

Carneiro, R.R.S.

Foto 12: O espaço onde seriam instalas as comportas, quando da reconstrução da barragem
Carneiro, R.R.S.

Os debates sobre a reconstrução da barragem foram, pouco a pouco, sendo deixados de lado. De 1986 até 1989, o assunto de reconstruir a barragem foi sendo esquecido. Os governantes só voltaram a falar no assunto nas épocas de eleições, em 1988, mas sem o mínimo conhecimento da questão, e sem a participação do pescador. Toda a história do Valo Grande foi marcada pelo autoritarismo, pelo descaso quanto àqueles que sofriam as conseqüências... jamais se consultou “o pescador” e o “lavrador” sobre suas opiniões sobre a questão... somente algumas entidades, como a Colônia de Pesca e o Sindicato rural lutavam pelos direitos de seus filiados...aqueles que não eram filiados, ficavam às margens de qualquer discussão, sem direito a indenizações. Era comum o cadastramento de centenas de famílias nos programas sociais da Igreja Católica, como a Pastoral da Família e da Criança, que forneciam, na medida do possível, orientação nutricional para as crianças, além de cestas básicas arrecadadas nas celebrações eucarísticas.

Em 1990, o Governo Municipal abre licitação para a construção da ponte que interliga o centro da cidade ao Bairro do Rocio. Iniciam-se, também, a construção das comportas. Ocorre que, desta obra, apenas a ponte foi inaugurada. As comportas jamais chegaram a ser terminadas. De 1992 (ano da inauguração da ponte Iguape-Rocio) pra cá, nenhuma obra foi feita no sentido de controlar a vazão do Ribeira através do Valo Grande.

A fala do Seu Wilson ilustra o distanciamento entre as decisões políticas e a opinião dos moradores:

“Olhe... com o fechamento da barragem, foi uma coisa... fizeram um projeto de fechamento, sem comunicar o pescador. Se daria certo, se não daria certo. Então eles fizeram por conta deles. Vamos dizê que a pescaria da barragem, o fechamento da barragem, em pontos, ele não prejudicou muito a manjuba. Prejudicou o Vale do Ribeira inteiro, de lavradores, né, na zona rural. Deu enchente, muitos saiu, muitos não pode prantá nada até hoje. Isso prejudicou muito. Mas enquanto o peixe, a pescaria da manjuba, ela não influenciou muito. Ta? É a mesma coisa. Dá por lá [Barra do Ribeira] e dá por aqui [Mar Pequeno]. No fechamento, só ficou pra lá. Prejudicou o valo... a parte de cá do Mar Pequeno. Prejudicou porque ninguém pescava. Tudo água sargada. Pra turma do Rocio... Ah.. prejudicou muito! Prejudicou muito, ca água sargada. Porque quem vai pescar daqui, no Rocio, se for pescar na Barra da Ribeira, é difícil, né, só pra quem tem caminhão, né. Então isso prejudicou muito. Agora, depois que caiu a barragem, que a água tirou novamente, a água doce começou a passar novamente por aqui. Aí acertou novamente a pesca da manjuba. Agora, se fechar a barragem prejudica a pesca da manjuba do pessoal, da maioria daqui. Se fechar...” (Seu Wilson, Junho de 2005)

As opiniões sobre o que fazer quanto à “questão do Vale Grande” são inúmeras:

Oi... pra nós, a barragem fechada é melhor. Agora... no nosso caso, deveria ter feito as comportas porque... qualquer chuva que dá pra lá, já passa, já suja a água. Da... essa estiagem, né, fica a água limpinha, fica salgada a água aí já começa: cê vai pesca camarão do mar aí já começa a vir bastante daquelas larvinha de marisco, que já vem do fundo. Esses marisco preto, né. Que já ta se criando. De repente dá uma chuva lá pra cima, passa direto, o camarão que você ta pegando aqui no Sete Belo, no Farol, naquela região já vai embora, né... sai de Pedrinhas, pra lá! Aí acaba... (Atanil de Souza Ferreira, 2004)

“As comportas”, cuja construção foi iniciada em 1990 e, até hoje, não foi concluída, é tema central quando o assunto é fechar ou não a barragem.

“No meu modo de vista e pra todo o pescador influi, sem dúvida! Porque aí, fechando a barragem como era antigamente, com comporta, aí vai salgar a água... aí no caso no inverno que a gente vem trabalhar pra cá vai ter muito mais peixe, de fartura. Porque tudo quanto é peixe do mar ele vai entrar como era antigamente no Mar Pequeno, né. Agora nem de Mar Pequeno pode chamar porque tá mais doce do que salgado. E aí, fechando aí, ele salga tudo a água aí como era antigamente, boto dentro do Valo e mais peixe, mais fartura, mais ramo pra pescar...tem o camarão, vai ter o marisco,tem ostra... e aí vai ter mais trampo pra você se espalhar aí na água.. não vai ser uma coisa tudo em cima igual... na época da tainha fica tudo mundo em cima da tainha, não tem outra coisa pra fazer, não tem outro peixe, não tem outra coisa... então, se a barragem fechar o pescador vai se espalhar mais por aí, o pescador vai trabalhar pelo acordo, vai trabalhar com o camarão, siri, vai levar turista pra pescar de varinha...sem dúvida vai ser mais vantajoso...” (Orlando Maciel Netto, 2004)

Seu Agostinho “Capivara”, por sua vez, comenta as conseqüências para o agricultor:

“e hoje como a barragem, na época, quando era aberta tinha agricultura... esses bananeiros, tinha muita gente, muita gente que corria o dinheiro ali. Todo mundo vivia sossegado, hoje, com a barragem, acabou aquela gente, assim como acabou a pesca por causa da barragem. Então hoje ela tem que ser fechada, por que se não for fechado, vai piorar mais, por que só pode aumentar aqui, hoje, não mais com este... como se diz, com a lavoura, com a agricultura, mas sim com o turista, se for fechada.” (Seu Agostinho “Capivara”, 2004)

Quanto aos agricultores, fechar a barragem é um assunto que volta como um fantasma, como uma triste possibilidade da volta das enchentes “com qualquer chuvinha”, hoje mais forte, por causa do assoreamento no leito do Ribeira e seus afluentes.

“Olhe, qualquer chuvinha, hoje, já alaga tudo... porque o rio tá raso, não tem fundura. Não se pranta mais como antigamente. Lá no Jipovura, só tem meu irmão,

que não quis sair de jeito nenhum da casinha da japonesada velho... não dá pra prantá muito, porque vem uma chuva grande e alaga tudo. Se fizé a barragem é pior ainda... aí é que a turma vai fica debaixo d'água de vez...”(Seu Marcos Nakamura, Junho de 2004)

A resolução da “questão do Valo Grande” é uma grande incógnita, porque há várias facetas do diamante que devem ser cuidadosamente analisadas: há dois lados que são diretamente afetados pela situação: pescadores e lavradores, cujas opiniões devem ser analisadas.

Outra opinião reflete bem o que o Valo Grande representa para a cidade:

“Olhe, eu acho que não deve mexer nisso aí... porque o Valo Grande é o câncer de Iguape. Se mexer, aí é que a doença vai espalhar de vez, levando à morte do município. Se deixar quietinho, do jeito que tá, aí vai-se levando, empurrando com a barriga. Pelo menos vai vivendo, sem muita dor de cabeça...”(Walter Xavier, Presidente da Colônia de pescadores de Iguape e Vereador)

“Deixar do jeito que tá”, é uma opinião também presente entre alguns pescadores, principalmente os da manjuba. A barragem fechada, seja com comportas , seja com barragem rebaixada, trará impactos. E hoje, o que se observa é que, “aos trancos e barrancos”, a pesca da manjuba continua. Quanto à agricultura, a cidade já não tem a mesma prosperidade de outrora, mas Iguape é um dos maiores produtores de chuchu do Estado, grande produtor de maracujá e banana, produtor de bromélias e antúrios. A produção desses itens acontece em propriedades de médio porte, utilizando mão-de-obra assalariada... a pequena propriedade familiar ainda persiste, em alguns bairros, como o Jairê, Momuna, Peroupava, Retiro, Embu, Tabaquara, Pé-da-Serra e a produção destas unidades familiares podem ser vistas nas feiras livres da cidade...

Os pontos de pesca já não tem a mesma distribuição geográfica, porque também há as portarias, que tentam regulamentar a atividade, numa resposta à aparente sobrepesca da espécie. Por exemplo, não se pode pescar no Valo Grande (Ver anexo)

“...vivia forgado...forgado,forgado,forgado.vivia muito forgado sobre a pesca nós vivemo muito forgado .A senhora pode acreditar que tudo quanto foi de pescador na época ele construiu o seu barraco. Construiu a custa da pesca e hoje o pescador não sai do vermelho... não sai do vermelho” (Seu Agostinho de Carvalho, 2004)

O que se observa é que, em virtude da carência cada vez maior de recursos financeiros, o pescador acaba por ter de alterar até mesmo seus hábitos alimentares: Já não come mais as tradicionais “misturas” do café, como o bolo de roda (feito à base de fécula de mandioca, ovos e farinha de milho), a coruja (feito à base de goma de mandioca, ovos e farinha) ou o cuscuz de arroz, porque tais “especiarias” custam muito caro: um pedaço de cuscuz de aproximadamente cem gramas era vendido, na feira do produtor rural em 10/07/2005, a um real; o bolo de roda, a dois reais; a coruja, a um real e cinquenta centavos, na mesma feira. Assim, o pescador está deixando de comer estas comidas tradicionais, para comer o pão francês (unidade de 50 gramas), o qual era vendido, no dia 09/07/2005 a dez centavos de real a unidade, no supermercado “Nova Vida”, e a quinze centavos de real na “Panificadora Iguapan”. Nos “áureos tempos” da pesca da manjuba, até 1978 (ano do fechamento da barragem), tais “especiarias” eram adquiridas com maior facilidade, já que o pescador podia pagar por elas. Hoje, a história é diferente... a renda do pescador já não permite que os mesmos degustem tais “misturas”. Quando é possível, compra-se o pãozinho francês, que é mais barato.

Do mesmo modo, o pescador passou a comer cada vez menos o peixe, porque o alvo de sua produção é sempre a venda, ou a entrega de uma quantidade cada vez maior de peixes aos donos dos petrechos. No lugar do peixe, come-se a salsicha , que era vendida a um real e noventa e nove centavos, o quilo, no “Supermercado Nakamura”, e no “Supermercado Magnânimo”, no dia 09/07/2005. Já o peixe mais barato, vendido na “Peixaria do Wilson”, na mesma data, era a tainha, custando quatro reais e cinquenta centavos o quilo.

O alvo do pescador é a satisfação alimentar sua e de sua família, nem que, para isso, ele tenha de alterar seus hábitos, em troca de hábitos mais baratos, como deixar de comer Bolo de Roda para comer o pão francês. Como ele necessita de uma grande quantidade de calorias para conseguir trabalhar, seja puxando a rede (efetuando o “lanço”) ou jogando e batendo o “corrico”, ele vai buscar esse suprimento em alimentos mais

baratos, porém mais pobres em nutrientes... e assim, a vida do pescador vai sendo paulatinamente alterada.

Quando o pescador se aposenta, já está bastante debilitado: geralmente, segundo dados da Colônia de Pesca e da Unidade Mista de Saúde de Iguape, portando problemas renais, em virtude de permanecer por horas dentro d'água (à meia água), com problemas de coluna, devido ao esforço na “puxada de rede” e com problemas visuais, como glaucoma e catarata, devido aos reflexos do sol na água... uma vida cada vez mais “puxada”, cada vez mais carente... e assim vive o pescador da manjuba, sem grandes perspectivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iguape é lugar de uma das mais contraditórias atividades econômicas que o município já viveu: a pesca da manjuba. Contraditória porque, ao mesmo tempo em que se apresenta como “a saída” para centenas de pessoas que não encontram emprego em outras áreas, acaba por se apresentar como uma “ameaça” à reprodução da própria atividade, na medida em que a pesca desordenada pode comprometer o fechamento do ciclo reprodutivo do peixe.

Assim, um sério problema se cria: pesca-se mais, a fim de se obter um rendimento maior; por sua vez, com uma grande oferta, os preços pagos pelo pescado caem. Com isso, há a necessidade de se pescar mais, e mais... a aparente tranquilidade que imperava até a década de setenta do século passado nos pontos de pesca, espalhados pelo estuário lagunar e Rio Ribeira de Iguape, já não existem.

Durante os anos em que a barragem no Valo Grande esteve fechada (1978-1983), os pontos de pesca se restringiram ao Rio Ribeira de Iguape, até a altura do bairro do Jairê, e nas barras de Icapara e do Ribeira: as brigas originadas pelas “invasões” dos pontos de pesca passaram a ser mais constantes, e a tranquilidade reinante até então passaram a compor a memória dos pescadores mais velhos, que viam com grande tristeza o fechamento das Indústrias de Salga e Secagem da Manjuba, e a chegada do “caminhão”, que além de levar pescadores mais novos para estes pontos, levava também a produção *in natura* em caixas com capacidade para vinte quilos do produto para São Paulo, Cananéia e Curitiba.

Com a destruição da barragem, em 1983, a paz parecia ter voltado à pesca da manjuba: apenas “parecia”... porque, desde então, a pesca da manjuba passou a se apresentar como a única saída para centenas de pessoas que deixavam a zona rural, e para os migrantes que diariamente desembarcavam na Rodoviária, com destino ao Bairro do Rocio e à Ilha Comprida. As bocas de barra, e o leito do Rio Ribeira, por sua vez, jamais voltaram a apresentar as profundidades de “antes da barragem”: assim, apresentavam-se como novos obstáculos ao fechamento do ciclo reprodutivo da manjuba.

Os pescadores que iam surgindo, embora herdassem parte do conhecimento tradicional de seus antepassados, já não tinham tanto “apego” pelo lugar, antes tido como local de respeito: há a necessidade, hoje, de pescar mais e mais, de se deslocar quilômetros

para pontos de pesca permitidos pela lei, há a necessidade de, forçosamente, se criar algum tipo de laço, de conhecimento, com os moradores destes pontos, a fim de se minimizar indiferenças: a pesca tem de continuar...

O lugar da pesca, antes tido como um lugar de companheirismo e cooperação, hoje é o lugar da pressa, da ganância por querer pescar quantidades cada vez maiores do peixe, o lugar da desconfiança. Muitos tentam resistir a essas mudanças, preservando, por exemplo, a fiada, através da qual há uma tentativa de regular a atividade pesqueira, de modo que todos tenham acesso ao “lanço de rede” sem correr o risco que outra rede caia por cima daquelas já postas... alguns, respeitam; outros, lançam-se a pescarias cada vez mais arriscadas, acampando durante dias em barracas próximo à Barra do Ribeira, na Vila Nova e na Praia do Leste.

“A gente dorme na praia [do Leste] porque de noite não tem fiscal do IBAMA, nem da Polícia Florestal... então, quando vem a reponta de maré, a gente joga a rede n’água e mata peixe pra caramba. De noite não tem muita gente, só quem precisa mesmo. Depois a gente recolhe o material, quando amanhece o dia, põe no caminhão, e volta embora, sem que a Florestal veja...” (Um pescador)

O medo, por parte daqueles que tentam burlar a lei, pescando em locais proibidos, passa a fazer parte do dia-a-dia dos pescadores. Muitos, convivem com essa situação; outros, resistem, pescando dentro dos limites permitidos, e assumindo outras jornadas fora da pesca, como pequenos bicos de caseiros, pedreiros, e até como músicos, tocando o tradicional fandango em salões de bailes da cidade, como o “Supimpa”, a “Sandália de Prata” ou os bailes promovidos pela SABRO⁴¹.

E, desta maneira, a pescaria da manjuba em Iguape continua... o conhecimento tradicional sobre o ciclo de vida do peixe resiste. Até mesmo os pescadores novatos procuram conhecer as “manhas” que envolvem a pesca da manjuba, usam em seus vocabulários palavras específicas da pesca, e passam a viver em função da época da fartura (Safrá da manjuba) e época da “correria” (entressafrá da manjuba).

Todos os pescadores, de uma forma ou de outra, mostram-se preocupados com a situação do assoreamento no Rio Ribeira e nas bocas de barra, e temem que, um dia, a manjuba não consiga mais subir o rio para desovar. Temem que as gerações vindouras

⁴¹ Sociedade de Amigos do Bairro do Rocio.

não conheçam a arte que envolve a pesca da manjuba em Iguape. Temem que muitas histórias de vida que envolvem o pescador sejam esquecidas, ou apenas lembradas nas conversas dos pescadores antigos.

Este trabalho permitiu justamente verificar essas continuidades/descontinuidades reinantes na pesca da manjuba e na “questão do Valo Grande”. Permitiu uma leitura da atual condição do pescador da manjuba em Iguape, e os porquês dessa condição. Mostrou um pouquinho das dificuldades que o pescador tem de se reproduzir como tal, num tempo tão difícil, e numa atividade tão competitiva, como é a pesca da manjuba.

ANEXO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 16 DE JUNHO DE 2004.

“ O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS- IBAMA, no uso de suas atribuições previstas no art. 24, Anexo I, da Estrutura Regimental aprovado pelo Decreto nº 4.756, de 20 de junho de 2003, e art. 95, item VI do Regimento Interno aprovado pela portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º: Permitir o exercício da pesca da manjuba, com o petrecho denominado “manjubeira”: no Rio Ribeira de Iguape até os locais conhecidos como Praia do Lagarto e Prainha, no Costão do Icapara até a pedra do Jejava; e na margem da Ilha Comprida até o Hotel Maré Alta.

Art. 2º: Permitir o exercício da pesca da manjuba, com o petrecho denominado “corrico”: no Mar Pequeno (ou Mar de Dentro) até o Sabaúna, e também no Rio Ribeira de Iguape até os locais conhecidos como Praia do Lagarto e Prainha.

Art. 3º: Proibir o exercício da pesca da manjuba, com qualquer petrecho: nas bocas das Barras do Rio Ribeira de Iguape e do Icapara, na Praia do Leste e no Canal do Valo Grande.

Parágrafo Único: A boca da Barra do Icapara, no Costão do Icapara e margem da Ilha Comprida, será delimitada por marcos e placas.

Art. 4º: Proibir o exercício da pesca da manjuba com o petrecho denominado “manjubeira” no Mar Pequeno, exceto nos locais estabelecidos no Art. 1º desta portaria.

Art. 5º: O petrecho “manjubeira” permitido para a pesca da manjuba nos locais do Mar pequeno e do Rio Ribeira de Iguape descritos no Art. 1º desta Instrução Normativa, deve apresentar as seguintes características:

- I- Panagem;
- a) Redes compostas do Braço, manga e saco com comprimento máximo de 150m (cento e cinquenta metros); cada segmento da rede deve ter as características do comprimento e malhagem especificadas nos incisos II, III e IV deste artigo;

- b) Redes compostas somente de manga e saco com comprimento máximo de 150m; cada segmento da rede deve ter as características do comprimento e malhagem especificadas nos incisos II, III e IV deste artigo.

II- Braço (se houver):

- a) Comprimento máximo de 34m (trinta e quatro metros), malhagem mínima de 24mm (vinte e quatro milímetros);

III- manga:

- a) Comprimento máximo de 90m (noventa metros), malhagem mínima de 20mm (vinte milímetros).

Parágrafo único: Para efeito de mensuração, define-se tamanho de malha como a medida tomada entre ângulos opostos da malha esticada e o tamanho da rede como medida tomada entre as extremidades da panagem.

IV- Saco:

- a) Comprimento máximo de 26m (vinte e seis metros), malhagem mínima de 18mm (dezoito milímetros).

Parágrafo único: Para efeito de mensuração, define-se tamanho de malha como a medida tomada entre ângulos opostos da malha esticada e o tamanho da rede como medida tomada entre as extremidades da panagem.

Art. 6º: O comprimento da rede “corrico” a ser utilizada no Rio Ribeira de Iguape e no Mar Pequeno não deve ultrapassar trezentos metros, com malhagem de 24mm (vinte e quatro milímetros).

§ 1º: Para efeito de mensuração, define-se tamanho de malha como a medida tomada entre os ângulos opostos da malha esticada e o tamanho da rede como medida tomada entre as extremidades da panagem.]

§ 2º: Será permitido o uso e o transporte de apenas uma rede por embarcação.

Art. 7º: A partir da safra de 2004/2005, é fixado o período de defeso entre os dias 26 de Dezembro e 25 de Janeiro.

Art. 8º: Tornar obrigatório o envio mensal ao IBAMA dos dados de produção verificada no mês anterior pelas empresas de pesca, excetuando-se

aquelas que descarregam no entreposto da CEAGESP, município de Iguape, através do formulário Desempenho Industrial.

Art. 9º: Aos infratores das disposições constantes desta Instrução Normativa serão aplicadas as sanções previstas no Decreto nº 3.179, de 21 de Setembro de 1999.

Art. 10º: Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11: Fica Revogada a portaria IBAMA/SP nº 1/99, de 13 de Agosto de 1999.”

Marcus Luiz Barroso Barros.

Vale salientar que grande parte da portaria até agora utilizada, 001/99, foi aproveitada na atual Instrução Normativa, modificando-se apenas o tamanho do comprimento da rede tipo “corrico”, que passou de 150m para 300m.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva: de que lado estamos?** Aldine Publishing Company, Traduzido. Rio de Janeiro: Zahar Editores, Biblioteca do NUPAUB/USP, 1970.

BEGOSSI, Apina (org). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.** São Paulo: Hucitec/Nepam/Unicamp/Nupaub/Fapesp, 2004.

CAMPOS, A.. **Contribuição dos Clupeóides das águas brasileiras.** Arq. Zool. Estado de São Paulo 3:203, 1942

CARRIL, Lourdes de Fátima B. Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e reesitência. São Paulo, FFLCH/USP, Dissertação de mestrado, 1995.

CARVALHO, J.P. . **Engraulídeos brasileiros do gênero *Anchoa*.** Bolm. Paulista Oceanogr. S.Paulo 1(2): 43-69

CARVALHO, J.P. & RAMOS, A.F.. **O desenvolvimento da pesca e a industrialização da manjuba no Rio Ribeira,** Bol Industr. anim.. 134:56-58, São Paulo, 1941

DAEE,. **“Valo Grande - resumo e conclusões dos estudos realizados”**datilografado. Registro, 23p. , Julho de 1984

DAVIES, LUIZ A. XAVIER **A pesca da manjuba no rio Ribeira de Iguape e adjacências, litoral Sul do Estado de São Paulo.** Fundação Universidade de Brasília, edição do autor. Brasília, 1994.

DEBANÉ, N.J. **Subsídios para o estudo da economia nacional brasileira. A pesca e os pescadores no Brasil - no ponto de vista econômico e social.** Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1924.

DIEGUES, A.C. SANT'ANNA. **A pesca no Vale do Ribeira.** SUDELPA .São Paulo, 1971.

DIEGUES, A.C.S. **Pesca e marginalização no litoral paulista.** Dissertação de mestrado, Depto. de Ciências Sociais, USP. São Paulo, 1973.

DIEGUES, A.C.S. Formas de organização da produção pesqueira no Brasil, alguns aspectos metodológicos. In: Diegues, A.C.S.(org) . **Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil, Coletânea de trabalhos apresentados.** Programa de pesquisa e conservação de área úmidas no Brasil. São Paulo, p. 1-39, 1988.

DIEGUES, A.C.SANT'ANNA. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**, Ática, São Paulo, 1983.

DIEGUES, A. C. SANT'ANA. **Povos e Mares**. NUPAUB. São Paulo, 1995.

DIEGUES, Antonio C.; ARRUDA, Rinaldo S. V. (orgs). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília; Ministério do Meio Ambiente, 1990.

FOOTE-WHYTE, Willian. **Treinando a observação participante**. In: ZALUAR, Alba. Desvendando máscaras sociais. (org). 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980.

FORTES, Roberto. **Iguape...Nossa história**. Iguape:Roberto Fortes, 2000.

FRANÇA, M.C. **Pequenos centros paulistas de função religiosa**. Vol.I. Instituto de Geografia. USP. São Paulo, 1975.

FURUYAMA, M. **O teor da matéria graxa da manjuba**. Bolm. Inst. Oceanogr. S. Paulo 10(3):3-10, 1959 .

GARCIA-TORNEL, Francisco Calvo. **Sociedades y territorios em riesgo**. Barcelona, Ediciones Del Serbal, 2001.

GEOBRÁS S.A **Complexo Valo Grande, Mar Pequeno, Rio Ribeira de Iguape** V. 1,2 São Paulo, 1965.

GIULIETTI, N. **A pesca e a Industrialização da manjuba, em Iguape**. Tese de mestrado, FFLCH, USP, São Paulo, 1992.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Olhares cruzados: visões e versões sobre a vida, o trabalho e o meio ambiente no Vale do Ribeira**. Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira, julho de 1998.

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. ed. Perspectiva, São Paulo, 1998.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do estranho**. Hucitec. São Paulo, 1993.

MARTINS, José de Souza.. **O cativo da terra**. Hucitec. São Paulo, 1992.

MARTINS, Eduardo. A sustentabilidade procura espaço no mundo global. Disponível no site < www.elabore.com.br/temas_artigos>, acesso em 23/06/2002

MARX, Karl. **Capítulo VI (Inédito) do Capital**. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1978.

MINTZ, Sidney. **Encontrando Taso, me descobrindo**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Nº 01, 1986.

MOURÃO, F.A.A. **A pesca no litoral Sul do Estado de São Paulo e o pescador na região lagunar de Iguape/Cananéia.** FFLCH/USP, São Paulo, 1967.

MOURÃO, F.A.A. **Os pescadores do litoral Sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial.** Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 1971.

_____, **Os pescadores do litoral Sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial.** Hucitec, NUPAUB/CEC, São Paulo, 2003.

NOVELLY, Y.S.; CINTRON, G.M. **Contribuição à avaliação da qualidade do ambiente estuarino lagunar de Cananéia. Encontro técnico sobre problemas ambientais na região de Cananéia-Iguape.** Nº 61. São Paulo: Aciesp/Cetesb, 1988.

PAIVA FILHO, A . M.; GIANNINI, F. B. R. **A pesca da manjuba *Anchoviella lepidentostole* (Engraulidae) no estuário de São Vicente, SP.** Relatório interno do Instituto Oceanográfico. São Paulo, nº 29, 1990.

PETRONE, P. **A baixada do Ribeira. Estudo de Geografia Humana.** Bolm 283. Cadeira de Geografia. 14. São Paulo, 1966.

PRESTE, Philippe lê. **Ecopolítica internacional.** São Paulo: SENAC, 2000.

QUEIRÓZ, Maria Isaura P. **Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas** São Paulo, DAEE, USP, 1967.

_____. **Relatos orais: Do “indizível” ao “dizível”.** In: SIMSON, Olga (org). Experimentos com histórias de vida. São Paulo, Vértice, 1988.

_____. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva.** 2ª ed. São Paulo: CERU e FFLCH, 1983.

QUEIRÓZ, Renato S. 1983. **Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia Econômica.** São Paulo, FFLCH/USP, Antropologia 1.

ROSSI-WONGTSCHOWSKI, Bianco et al.. **“A manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) no Rio Ribeira de Iguape. Biologia, comportamento e avaliação de estoque”.** São paulo, IBAMA/IOUSP/IP-AS/SEMA, 1990. datilografado, 43p.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. **A natureza do espaço habitado.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **“Entrevista com Milton Santos”**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2000.

_____. **“O país distorcido- O Brasil, a globalização e a cidadania”**. São Paulo. Divisão de Publicações da Empresa Folha da Manhã S/A. 2002.

SANTOS, Milton et SILVEIRA, Maria Laura. **“O Brasil: território e sociedade no início do século XXI”**. Rio de Janeiro, Record, 3ª ed, 2001.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Meio Ambiente. **Macrozoneamento do complexo estuarino-lagunar de Iguape/Cananéia**. São Paulo, 1990.

TIBIRIÇÁ, JORGE *et* BOTELHO, CARLOS. **Exploração do Rio Ribeira de Iguape**. Typographia Brazil de Rotschild & Co., 2ª ed, São Paulo, 1914.

YOUNG, E.G. **História de Iguape**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico. 8:222-375. São Paulo, 1903.

ZALUAR, Alba. **Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas**. In: RUTH, C. L. A aventura antropológica Teoria e pesquisa. (org). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ZAN, José Roberto. **Conflito de Terra no Vale do Ribeira. Estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra no município de Sete Barras S/P**. Dissertação de Mestrado, FFLCH - USP, São Paulo, 1986.

www.seade.org.br

www.ibge.org.br

www.iguape.sp.gov.br

www.valedoribeira.com.br

www.comciencia.com.br

www.elabore.com.br